



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Cecílio Henrique Costa

O PROGRAMA DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA- (PCS):
PRIMEIRAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADO DO NEOLIBERALISMO NO
BRASIL

Marília/SP

2024

Cecílio Henrique Costa

O PROGRAMA DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA –(PCS):
PRIMEIRAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADO DO NEOLIBERALISMO NO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, (UNESP), campus de Marília.

Área de Concentração: Ciências Sociais
Linha de Pesquisa: Pensamento Social,
Educação e Políticas Públicas
Orientador: Prof Dr.^a Sueli Guadalupe de Lima
Mendonça

Marília/SP

2024

C837p	Costa, Cecílio Henrique O PROGRAMA DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA –(PCS) : PRIMEIRAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL / Cecílio Henrique Costa. -- Marília, 2024 153 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientadora: Sueli Guadalupe de Lima Mendonça 1. Comunidade Solidária. 2. PCS. 3. Reforma do Estado brasileiro. 4. Neoliberalismo. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

Cecílio Henrique Costa

**O PROGRAMA DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA –(PCS): PRIMEIRAS
PARCERIAS PÚBLICO PRIVADO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, (UNESP), campus de Marília. Realizada no dia 30 de setembro de 2024, às 14:00, no(a) Via sistemas de videoconferência e outras ferramentas de comunicação a distância.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Linha de Pesquisa: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas

Orientador: Prof^a. Dr.^a Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (orientadora)

Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (UNESP/FFC)

Prof. Dr. Marcelo Totti

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/FFC)

Prof. Dr. Eva Aparecida da Silva (UNESP/FCL)

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

AGRADECIMENTOS

Realizar esta pesquisa não foi um trabalho apenas individual, porém resultado da colaboração, estímulos e incentivos de diversas pessoas.

Primeiramente agradeço à minha orientadora, a Professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, pela sua dedicação e por ter aceitado acompanhar-me neste trabalho. Sua amizade, sua generosidade e dedicação intelectual de suas análises, conselhos contribuíram decisivamente para a minha formação e para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores Marcelo Augusto Totti e Eva Aparecida da Silva por terem aceitado participar da banca examinadora de meu Exame de qualificação e defesa de Dissertação de Mestrado.

A todos os meus professores e professoras não quero citar nomes para não correr o risco de ser injustos com cada professor(a) que desde a graduação me acompanham na minha trajetória acadêmica.

Aos meus amigos(as), companheiros (as) desse processo, revisores do meu trabalho Marília Gabriella Machado pelos toques, pelos cortes, por tudo que ela fez nesse processo desafiador. Ao meu amigo irmão Daniel Elias por tudo que fez na minha vida. Leonardo Sartoretto, Renan Kell e Sabrina Delsarto.

À Sandra Mara, à Ana Paula por trocar comigo e me estimular a não desistir desse processo.

Aos meus mestres (as) Fatinha, Meméia, Mestre Nico que nos dias mais tristes me animaram e me incentivaram a continuar.

Aos meus pais, Arlete Maria Costa, Ivamar dos Santos / José Henrique filho.

Aos meus avós que partiram durante a minha caminhada Maria Apolinária, Paulo Borges, Antonio Henrique Filho, Maria Jovita de Jesus, Isabel Bispo da Costa e Antonio Henrique Filho.

Aos meus 17 irmãos; aos meus sobrinhos Anthony, Isabela, Alana, Ana Clara, Marcos Vinicius, João Vitor e Mirela Gomes.

Em especial a Vinicius Machado, por ter paciência, compreensão e companheirismo nos diversos momentos em que estive envolvido com minha dissertação.

Ao meu amigo Thiago Lopes de Magalhães. A Leonardo Lemos por me escutar e ser tão grandioso na minha vida.

Por fim, AGRADEÇO :a minha Psicóloga Barbara Milhomem por cuidar da minha saúde mental nesses três anos, a ti sou muito grato!

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.”

“A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz é para o homem o próprio homem” (Marx e Engels, 20013. p.157).

“A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração assim como o espírito de estados de coisas embrutecidas. Ela é o ópio do povo” (Marx e Engels, 2013, p.162).

“Assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais, e tão logo o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente nesse ingênuo solo do povo” (Marx e Engels, 2013. p.162).

RESUMO

Este trabalho é uma análise do programa “Comunidade Solidária/Comunidade Ativa: Um passo adiante”. Ele busca compreender a trajetória histórica e os impactos desse projeto no que tange à articulação da reforma do Estado brasileiro, desde o início da idealização do programa da reforma neoliberal pelos intelectuais do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e do capital via “Interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho Comunidade Solidária no período de 1996 – 2002”. Ele também analisa a implantação da indução do Desenvolvimento Local Integral e Sustentável (DLIS) nas esferas federal, estadual e municipal do Estado. A partir das intervenções do Programa do Comunidade Solidária (PCS), juntamente com 10 ministros de Estado e 21 entes da sociedade civil durante os governos presidencial de Fernando Henrique Cardoso que criam e articulam as condições para promover a reforma do Estado Brasileiro e inserir o país no neoliberalismo de forma irreversível. Para tal, foi usado como método o materialismo histórico-dialético desenvolvido por Marx-Engels (2016). Esse método nos permite compreender as contradições presentes no projeto de reestruturação do capital articulado pelo PCS. Além disso, será feita uma análise documental da “Interlocução Política e da Indução via DLS” produzida pela Comunidade Solidária/ Comunidade Ativa e um estudo bibliográfico de outras pesquisas já realizadas sobre o PCS nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-Chave: Comunidade Solidária. PCS. Reforma do Estado brasileiro. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This work is an analysis of “Comunidade Solidária/Comunidade Ativa: um passo adiante”. It seeks to understand the historical trajectory and impacts of this program with regard to the articulation of the reform of the Brazilian State, since the beginning of the idealization of the neoliberal reform program by intellectuals from the Brazilian Social Democracy Party (PSDB) and capital through the “Interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho Comunidade Solidária no período de 1996 – 2002”. It also analyzes the implementation of the induction of the Desenvolvimento Local Integral e Sustentável (DLIS) at the federal, state and municipal levels of the State. Based on the interventions of the Solidarity Community Program (PCS) together with 10 State ministers and 21 civil society entities during the Fernando Henrique Cardoso's presidential governments, they created and articulated the conditions to promote the reform of the Brazilian State and insert the country into neoliberalism in an irreversible way. To this end, dialectical historical materialism developed by Marx-Engels (2016) was used as a method. This method allows us to understand the contradictions present in the capital restructuring project articulated by the PCS. In addition, a documentary analysis will be made of the “Political Interlocution and Induction via DLS” produced by Comunidade Solidária/ Comunidade Ativa and a bibliographic study of other research already carried out on the PCS in Fernando Henrique Cardoso's governments.

Keywords: Solidarity Community. PCS. Reform of the Brazilian State. Neoliberalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	55
Tabela 2	57
Tabela 3	58
Tabela 4	61
Tabela 5	81
Tabela 6	89
Tabela 7	90
Tabela 8	95
Tabela 9	114
Tabela 10 Governos de FHC- privatizações.....	121
Tabela 11	136
Tabela 12	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID- Bando Internacional de Desenvolvimento
BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM- Banco Mundial
CA- Comunidade Ativa
CCPR- Casa Civil da Presidência da República
CCS – Conselho do Comunidade Solidária
CEBRAP- Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz
CEBs- Comunidades Eclesiais de Bases
CEPAL- Comissão Econômica para América Latina
CNBB- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONSEA- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
CS – Comunidade Solidária
FHC- Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social
MAA- Ministério da Agricultura e do Abastecimento
MARE- Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MBES- Ministério do Bem- Estar Social
MEC – Ministério da Educação
MEE- Ministério Extraordinário dos Esportes
MEPF- Ministério Extraordinário para Política Fundiária
MF – Ministério da Fazenda
MIR- Ministério da Integração Regional
MJ – Ministério da justiça
MPAS- Ministério da Previdência e Assistência Social
MPO- Ministério do Planejamento e Orçamento
MS- Ministério da Saúde
MTE -Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE- Organização Europeia de Cooperação Económica

OSCIP-Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PCA – Programa Comunidade Ativa

PCS – Programa do Comunidade Solidária

PISA- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNUD- Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. Estado neoliberal e as origens do neoliberalismo como fenômeno distinto de liberalismo clássico.....	29
2.1 A proposta do neoliberalismo para o extermínio dos sindicatos, movimento operário/gastos sociais, nos países de capitalismo avançado da OCDE e entre os norte-americanos	35
2.2 Breve balanço da implementação do neoliberalismo nos países do capitalismo avançado	38
2.3 Os impactos do triunfo neoliberalismo na América Latina e no Brasil	44
3. ESTADO NEOLIBERAL E PCS DEFINEM POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	50
3.1 A secretaria executiva do conselho do Comunidade Solidária e a inserção do Brasil no neoliberalismo por meio da sua interlocução política	54
3.2 Ruth Cardoso: líder intelectual do PSDB e ação da reforma neoliberal no Brasil.	61
3.3 O que se esconde por trás da aprovação do marco legal do terceiro setor <i>versus</i> as contradições do programa neoliberal do Comunidade Solidária na “cartilha das OSCIP”	65
3.5 O Consenso	67
3.6 A mudança	69
3.7 Consenso e controle	70
4. INTERLOCUÇÃO POLÍTICA DO PCS: VISÃO E CONCEPÇÃO TEÓRICA QUE NORTEIA OS DESMONTES NA LEGISLAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	74
4.1 Intelectuais/atores à frente do conselho do Comunidade Solidária: hierarquia, projeto, cargos e funções.....	79
3.2 Documentos oficiais e publicações da Secretaria Executiva do Conselho (1996-2002)	81
4.3 As atribuições ou premissas da interlocução política de 1996-2002	84
4.4 A interlocução política do PCS: no comando das pautas e agendas da reforma do estado	93
4.5 Agendas e pautas na interlocução política do PCS	95
4.6 Os pressupostos do discurso político do PCS para a interlocução política de 1996-2002 chegar ao consenso da reforma e a extinção de dois Ministérios	100
4.7 Origem teórica da proposta autoritária da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária e a interlocução política neoliberal do governo FHC	103

4.8 Diálogos e negociações contínuas	107
4.9 Comunidade ativa: um passo adiante.....	108
4.9.1 Breve apresentação da reformatação	109
4.9.1 Comunidade ativa: um passo adiante e a agenda neoliberal assumida por FHC via DLIS.....	110
4.9.2 As rodadas de interlocução política do Comunidade Solidária- DLIS – como resultado do trabalho dos intelectuais do PSDB e do estado à frente dos interesses neoliberal.....	111
4.9.3 A reformatação da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária.....	113
4.10 Interlocução política da Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária que insere o Brasil no neoliberalismo é alinhada ao MARE e se firma com a aprovação da Lei 9.790/99	119
4.11 Os desmontes e cortes na educação no governo FHC	127
4.12 Revista da Comunidade Solidária: publicização da metodologia resultados da política e ideologia neoliberal e alinhamento da interlocução política do PCS para os governos sucessores	131
4.13 Resultados da pesquisa	137
4.12.1 Os parceiros do programa alfabetização solidária e resultados	139
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147

1. INTRODUÇÃO

Na presente dissertação nós nos propomos a fazer uma análise do Comunidade Solidária /Comunidade Ativa: Um passo adiante. Reconstruiremos a trajetória histórica dos seus impactos no que tange à reforma do Estado brasileiro, desde o início da sua idealização pela “Interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho Comunidade Solidária no período de 1996 – 2002” e sucessivamente na implantação da Indução do Desenvolvimento Local Integral e Sustentável.

Investigaremos como se constrói a concepção teórica metodológica que norteia os /as Intelectuais do PSDB, do Capital e da Máquina do Estado, mediado pelo “Comunidade Solidária Comunidade Ativa: Um passo adiante”; para promover a reforma do Estado brasileiro, e inserir o país no neoliberalismo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A literatura, as pesquisas já realizadas e Documentos Oficiais sobre o PCS mostram que, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República juntamente com Ruth Cardoso, Presidente do PCS, teve início o processo reformas do Estado do brasileiro. Essa iniciativa das reformas se acentuou de modo contínuo alinhado aos interesses e a propostas de reestruturação do Estado de bem-estar social pelo capital global, por meio das agências internacionais, entre elas, podemos destacar como exemplos: Banco Mundial, o Banco Interamericano de Recursos e Desenvolvimento-BIRD. E os impactos desse processo são os desmontes nas políticas públicas que nos assolam de forma irreversível e nefastas, em todas as esferas da sociedade brasileira e especialmente na ofensiva da redução do Estado mínimo para serviços públicos em geral.

De acordo com Guilhaon (2001), em *O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil*, esse processo dos desmontes das políticas públicas e das políticas sociais no Brasil se inicia no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso juntamente com Programa do Comunidade Solidária sob controle da presidência do PCS- Ruth Cardoso.

A partir de então, a reestruturação capitalista que acompanhou esse fenômeno de mudanças caracterizou-se pela introdução de inovações tecnológicas e organizações no processo produtivo e pela adoção de mecanismos de flexibilização internos às fabricas, configurando o chamado regime de acumulação flexível, permitindo que a produção se constitua cada vez mais enquanto realidade supranacional (Guilhaon, 2001, p.32).

Segundo Guilhaon (2001, p.32), “dessa forma, criam-se as condições sócio-históricas favoráveis ao desenvolvimento de uma reestruturação capitalista que atinge não só o processo produtivo, mas também a regulação socioestatal”.

Para Guilhaon (2001), esse processo de reestruturação capitalista também levou grande parte da população mundial, em todas as partes do mundo, ao empobrecimento e à fome.

De acordo com Netto (2012), em seu livro *A ofensiva neoliberal e seu Significado*, o pesquisador sugere que a ofensiva neoliberal no Brasil é produto da:

crise global da sociedade contemporânea, que marca particularmente as três últimas décadas deste século, revela-se - plena, embora não exclusivamente - *na crise do Estado de bem-estar e na crise do chamado socialismo real*, as duas conformações societárias que, cada uma a seu modo, procuraram soluções para os antagonismos, e suas consequências, próprios à ordem do capital (Netto, 2012, p.73).

Tomamos a decisão de começarmos nossa análise por estes dois Documentos Oficiais que foram produzidos pela Presidente do PCS, Ruth Cardoso. Após as dificuldades de acessar esses materiais, quatro décadas após sua publicação oficial, eles continuam retidos nas bibliotecas do ENAP- Graciliano Ramos, do Poder Executivo – Presidência da República, Biblioteca Oficial da UNICAMP e Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

Durante o processo da nossa última revisão bibliográfica soubemos da existência desses Documentos Oficiais e entramos com um pedido de acesso oficial pela Biblioteca da FFC- Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Marília, mas nessa primeira investida não tivemos sucesso ambas as bibliotecas referenciadas anteriormente, pois apresentaram obstáculos para acessar esses dois documentos.

Vimos a ter acesso a esses documentos a partir da ajuda de um parlamentar localizado em Brasília, quando conseguimos o primeiro. Por vias de um pesquisador de Mestrado das Ciências Políticas da Unicamp, nós acessamos o segundo. Mais adiante especificaremos os demais documentos que comporão essas análises.

É fundamental mostrar o processo de dificultar o acesso aos Documentos Oficiais do Programa do Comunidade Solidária, mencionados acima, pois a própria Presidente do PCS, Ruth Cardoso, afirma que havia Documentos Oficiais, textos, artigos, revistas e jornais que eram feitos para publicizar e possuíam o objetivo de informar a

sociedade em geral e formar a opinião pública sobre o PCS, porque interessava a presidente do PCS a veiculação e divulgação publicação com o propósito de formar opinião pública sobre PCS. Podemos destacar alguns entre eles que tiveram essa publicação e distribuição gratuitas como: Rodadas de Conversas, Cartilha sobre Oscip e Microcrédito, entre outros. Em contrapartida, existiam aqueles Documentos Oficiais que não poderiam se tornados público, “ora subsidiavam reflexões, ações internas dos Conselheiros, Coordenadores” (Cardoso, 2002, p.34). Destacamos a seguir uma passagem desse documento que mostra isso.

Segundo Cardoso (2002)

Essas publicações ora tiveram circulação externa, para o público em geral (interlocutores, pesquisadores representantes do governo, das organizações da Sociedade), ora subsidiaram reflexões, ações internas, entre Conselheiros, Coordenadores de Programas, assessores (Cardoso, 2002, p.34).

Essas informações podem ser encontradas na lista das *Publicações da Interlocução Política* (p.34). Esse Documento Oficial que nós analisaremos pela primeira vez.

No artigo *O Comunidade Solidária: Uma Estratégia de Combate à Fome e à Pobreza*, de autoria da Secretaria Executiva do Programa do Comunidade Solidária, juntamente com IPEA e a Consultoria do IPEA Posição de Outubro de (1995), é possível encontrar a concepção e atuação do Comunidade Solidária, os objetivos gerais e específicos, bem como os cinco princípios que norteiam o Comunidade Solidária. Exploraremos melhor essa concepção no capítulo de análise dos nossos documentos.

Segundo Peliano (1995, p.1) nesse mesmo artigo nos define sobre o governo de FHC e PCS. É possível que: “O compromisso governamental com o combate à fome e à pobreza passa pela estabilidade da moeda, pelo crescimento econômico e pela redistribuição da renda nacional”. Além disso, destacamos dessa publicação também a origem do Conselho do Comunidade Solidária.

De acordo com Peliano (1995),

O Comunidade Solidária nasce, cresce e amadurece a partir de uma experiência brasileira e inédita que emergiu no início de 1993 com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar — CONSEA. O CONSEA inaugurou uma nova era colocando na agenda do presidente da República a questão do combate à fome e à miséria como prioridade nacional. Introduziu os princípios de parceria, solidariedade e descentralização como eixos norteadores da ação do governo

federal. Sempre defendeu a articulação das ações públicas como a melhor estratégia para o enfrentamento das grandes carências sociais (Peliano,1995, p.01).

Estes autores do Conselho do Comunidade Solidária e do IPEA nos mostram também “Como o CONSEA se tornou no Comunidade Solidária” no processo de reforma do Estado brasileiro durante os desmontes das políticas públicas e políticas sociais no país no governo de FHC; desde o início do processo de descentralização das leis sob o comando da Presidente do PCS- Ruth Cardoso; essa publicação traz também , a narrativa de como esses atores políticos extinguem o CONSEA para a inserção do Comunidade Solidária .

Destacamos a seguir a origem desse processo das transformações do CONSEA no PCS.

Segundo Peliano (1995), o

CONSEA engendrou o Comunidade Solidária: o que é mais importante, mudaram-se os nomes, as pessoas, mas permaneceram as idéias-valores. Pela primeira vez na história do país, assiste-se, apesar da mudança de governo, a uma *continuidade* da linha de orientação das políticas públicas que visam ao enfrentamento da fome e da miséria (Peliano,1995, p.1).

De acordo com esse artigo (1995, p.20), o governo de FHC “ampliou e aperfeiçoou” com essa inovadora experiência do CONSEA e do Conselho do Comunidade Solidária mecanismos que permitiram a extinção de dois ministérios na época conhecidos como os “ministérios -balcões”.

Os dois ministérios que foram extintos pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, a partir da Junção do CONSEA - Conselho do Comunidade solidária sob comando da presidente do PCS, Ruth Cardoso, foram: “MIR – (Ministério da Integração Regional) e o Ministério do Bem -Estrar Social (MBES)”.

É partir desse marco que, O Conselho do Comunidade Solidária sob comando da presidente Ruth Cardoso junto com o Governo de FHC, coadunados com mais 10 ministérios, criam de fato o Comunidade Solidária.

De acordo com Peliano (1995), O Comunidade Solidária foi criado:

Como uma estratégia que busca um novo estilo de gerenciar ações públicas com base na integração e descentralização das ações de governo, e em uma abertura à participação e parceria com a sociedade na procura de soluções mais adequadas para a melhoria das condições de vida das populações mais pobres (Peliano,1995. p.21).

Para Peliano e os demais autores desse artigo (1995), o Programa do Comunidade Solidária deve ser compreendido como:

Uma proposta do governo federal de *parceria* entre os três níveis de governo — federal, estadual e municipal — e a sociedade em suas diversas formas de organização e expressão. Pretende ser uma estratégia de *articulação* e *coordenação* de ações de governo no combate à fome e à pobreza, não se tratando de mais um programa. A parceria e a descentralização que caracterizam a proposta do Comunidade solidária não permitem a elaboração de um modelo único de atuação. Trata-se de um processo extremamente *dinâmico*, construído coletivamente (Peliano, 1995.p21).

Também fez parte dos propósitos do Comunidade Solidária, segundo Peliano (1995), “introduzir na esfera pública novas formas de gerenciamento de programas sociais, evitando o clientelismo, a centralização, a superposição e fragmentação das ações e a pulverização dos recursos, eliminando a ineficiência, a descontinuidade e o desperdício”. (p.21).

Segundo Del Porto (2006), foi

No período 1995-1998, o Programa Comunidade Solidária constituiu-se, de fato, no principal referencial governamental das ações do governo federal voltadas para o enfrentamento das situações agudas de pobreza. Mas, não só o programa passou por modificações expressivas, como outras opções (de) políticas de enfrentamento da pobreza foram se sucedendo após 1998, ano da grave crise macroeconômica, cujos efeitos fizeram com que o governo brasileiro, dentre outras medidas, buscasse ajuda junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (Del Porto, 2006, p.10).

Além disso, nós destacamos a dissertação de mestrado de Del Porto (2006), sobre a construção da *Trajetória do Programa do Comunidade Solidária 1995-2002* e os principais programas que compuseram a iniciativa do conselho do Comunidade Solidária, como por exemplo: Comunidade Ativa e Projeto Alvorada para compor essa primeira parte da nossa introdução.

De acordo com Del Porto (2006), na sua dissertação sobre a construção da *Trajetória do Programa do Comunidade Solidária 1995- 2002*, afirma o pesquisador que:

O período 1999-2002 foi, assim, marcado pelo surgimento de novas iniciativas, programas e estratégias. Em 1999, foi criado, no âmbito do Programa Comunidade Solidária, o Programa Comunidade Ativa, uma estratégia de indução ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Nesse mesmo período, como decorrência dos acordos firmados com o FMI em 1998, foi sendo constituída a chamada Rede de Proteção Social, formada por diversos

(velhos e novos) programas de transferência de renda de diferentes naturezas. Em 2000, foi criado o Projeto Alvorada, abrangendo um conjunto de programas federais de infraestrutura social e econômica básicas (Del Porto, 2006, pp.05 – 06).

Diante das diversos projetos criados pelo PCS de interlocuções para promover as reformas do Estado brasileiro, o Conselho do Comunidade Solidária sob o comando de Ruth Cardoso, apresentou propostas e estratégias para combater e erradicar a fome, a pobreza, a miséria e enfrentar os problemas da educação pública, da saúde, da moradia e da reforma agrária, conforme mostram as publicações dos Documentos Oficiais, Artigos e Revistas publicados em jornais e sites oficiais e a literatura sobre o PCS no país. Ao longo dessas quatro décadas, vimos que esses projetos não resolveram esses problemas, muito pelo contrário, observa-se que as crises que atingem esses setores da sociedade brasileira se aprofundaram.

Temos acompanhado o aprofundamento das crises do Estado neoliberal, Capitalismo, do capital e avanços da extrema direita neoliberal organizada internacionalmente e nacionalmente. Diante disso existem motivos mais do que suficientes para que estudemos a origem do Neoliberalismo no Estado brasileiro e os impactos das políticas de descentralização, focalização no combate à fome e à pobreza.

Yazbek (2001) nos mostra no prefácio do “PCS: o não – enfrentamento da pobreza”, que é fundamental:

Trazer ao debate o tema instigante e polêmico no âmbito das Ciências Sociais, Políticas Públicas e do Serviço Social brasileiro: o PCS- é instituído pela Medida Provisória nº 813 em 1º/01/1995, dia mesmo em que tomou posse, em seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesta Medida Provisória, o Governo, entre, outras definições, extinguiu o Ministério de bem-estar social, a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), O centro Brasileiro para a Infância e A adolescência (CBIA), fragmentando o campo de atuação da Assistência Social no Ministério da Previdência e Assistência Social e a questão da Infância e da Adolescência, assim como das Pessoas Portadoras de Deficiência (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência –(CORDE), No Ministério da Justiça (Yazbek, 2001, p.07).

Desse prefácio de Yazbek (2001, p.07), também cabe destaque na nossa pesquisa que contribuí para nossa discussão, o fato dessa mesma medida que o governo de FHC apresentou como estratégia excepcional para atender parte da população que não possui recursos para sanar suas necessidades essenciais, em especial o “combate à fome e à pobreza, (articulado ao artigo 12 da MP): O PCS - que vai se instalar no conjunto de

reformas que caracterizam o novo governo, vinculado diretamente à Casa Civil como peça-chave na ação social do governo FHC”.

De acordo com Yazbek (2001) é um:

programa de grande apelo simbólico, onde estão previstas ações de combate à fome e à pobreza, pela parceria Sociedade/governo, uma vez que foi pensado como estratégia de coordenação e articulação solidária da sociedade, como causa de mobilizar adesões e apoios generalizados. No Programa, não há qualquer menção à Assistência Social ou a Direitos (Yazbek, 2001, p.8).

Cabe destacar que o PCS passou a ganhar notoriedade também do discurso e constrói sua aceitabilidade coadunado ao pensamento neoliberal, a partir do reconhecimento moral, de prestar socorro aos pobres apelando para o ideal que todos os seres humanos somos responsáveis pela miséria do outro e pelo cuidado com outros, associado aos ideais e ideologias e valores de capital humano e Capital social.

Segundo Yazbek (2001),

Cabe lembrar que esta intervenção da Presidência de república na área social se faz à margem da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei nº8742 de 07/12/93, que inclui a Assistência Social no âmbito da Seguridade Social, reconhecendo-a como política pública de direito de cidadania social. Como política de Estado, constitui espaço para a definição de ações no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social (Yazbek, 2001, p.8)

Diante desse panorama apresentado sobre PCS, apresentamos as seguintes perguntas que nos ajudarão a compreender nosso objeto e suas características históricas e os impactos da idealização do processo de interlocução, indução e execução da descentralização das leis, para promover os desmontes das políticas públicas e das políticas sociais no Brasil, a partir da implementação do neoliberalismo no país pelo Comunidade Solidária.

Qual é a primeira concepção porta de entrada do neoliberalismo no Brasil?

Quais intelectuais foram cooptados e/ou fizeram adesão ao Programa do Comunidade Solidária? Qual é a concepção do Programa do Comunidade Solidária apresentado e defendido pelos intelectuais do PSDB envolvidos no Projeto de Reforma do Estado brasileiro?

Qual é o ideal dessa parceria do governo de FHC que regula as relações entre Estado e Sociedade Civil - idealizado e executado pela Presidente do Conselho do Comunidade Solidária, Ruth Cardoso?

Qual é a importância dessas parcerias do governo FHC envolvendo o Estado e Sociedade Civil /setor público privado para as políticas públicas e políticas sociais no futuro do país?

Quem foram os parceiros privilegiados/beneficiados pela Lei 9.790/99, conhecida “como Alternativa para o Terceiro Setor” ou “Lei das OSCIP¹”, ou “Lei 9.608/98. “Conhecida como a Lei da Filantropia” criadas pela Presidente do Programa do Comunidade Solidária Ruth Cardoso?

Na sequência, apresentamos as nossas hipóteses:

1 – HIPÓTESE parte do pressuposto de que Programa do Comunidade Solidário foi e/ou representa a expressão máxima da interlocução, indução política e metodológica dos intelectuais orgânicos do capital para gerenciar e implementar a reforma do Estado brasileiro no neoliberalismo.

2- HIPÓTESE é de que o neoliberalismo com sua capacidade de se reapropriar das críticas que são feitas ao capital, ele consegue ganhar adesão e a atenção de intelectuais orgânicos do capital, que vão trazer uma diferenciação de qualidade, um outro elemento no discurso da qualidade, eficiência e eficácia /uma outra roupagem aos ideais neoliberais da Reforma do Estado, para a implementação da proposta do Comunidade Solidária.

OBJETIVO GERAL: é compreender como O Comunidade Solidária implementa e/ou insere as primeiras experiências do Brasil no neoliberalismo, nessa fase inicial.

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- 1- Compreender como O Comunidade Solidária fez a cooptação /adesão dos intelectuais para idealização, interlocução e indução da proposta neoliberal no Brasil;
- 2- Avaliar como o governo de Fernando Henrique Cardoso, juntamente com Ruth Cardoso (Presidente do Conselho do Comunidade Solidária) e mais dez ministérios desenvolveram e favoreceram as parcerias entre Estado, Sociedade Civil, Capital Internacional, Organizações Não-Governamentais (ONGs/OS) e Empresas Privadas que passaram realizar os serviços públicos com financiamento, incentivos e verba pública.

¹ - Segundo a Cartilha das OSCIP (2001) - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

MÉTODO:

A presente dissertação parte dos princípios e/ou tem como fundamentação teóricos-metodológicos que orientam a nossa discussão o materialismo histórico-dialético proposto por Marx e Engels (2016), apresentado em *Contribuição à crítica da economia política*.

Segundo Marx e Engels (2016), sobre os resultados gerais das suas pesquisas é o de que:

na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se elava uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (Marx, 2016, p.5).

O materialismo histórico-dialético enquanto método nos permite compreender as muitas amarrações e/ou os nós feitos pelos(as) intelectuais do PSDB, do Capital e da máquina do Estado via *Comunidade Solidária Comunidade Ativa: Um passo adiante*, alinhado ao programa de reestruturação do capital promover a reforma do Estado brasileiro e inserir o país no neoliberalismo e compreender os impactos desse processo na atualidade.

De acordo com Lukács (2018) ao discutir sobre o papel do método na sua obra *História e Consciência de Classe*, chama atenção para o papel do método materialismo histórico-dialético como aquele que é capaz de nos mostrar:

a oposição entre a descrição de uma parte da história e a história como um processo unitário não se baseia numa simples diferença de amplitude, como é o caso da distinção entre as histórias particulares e a história universal, mas numa oposição entre métodos, uma oposição entre pontos de vista. A questão da compreensão unitária do processo histórico surge necessariamente com o estudo de cada época e de cada setor parcial, entre outras coisas. E é aqui que se revela a importância decisiva da concepção dialética da totalidade, pois é inteiramente possível que alguém compreenda e descreva de forma correta os principais pontos de um acontecimento histórico, sem que por isso seja capaz de compreender esse mesmo acontecimento naquilo que realmente representa, em sua verdadeira função no interior do conjunto histórico ao qual pertence, isto é, sem compreendê-lo no interior da unidade do processo histórico (Lukács, 2018, pp.83-84).

Na nossa pesquisa incorporamos parte desse posicionamento de Lukács (2018) sobre o método e como argumentos que norteiam a justificativa e importância de realizar esta pesquisa, bem como defender novas interpretações do PCS e dos impactos que o neoliberalismo em seu processo de reformas contínuas do Estado brasileiro trouxeram e trazem como desmontes das políticas públicas e direitos sociais no país nestas quatro décadas do seu aprofundamento histórico.

Destacamos ainda da obra de Lukács (2018, p.155), em relação a importância do método materialismo histórico-dialético: “o fato do homem nunca conseguir se conscientizar (nem por meio de uma consciência adjudicada) das verdadeiras forças motrizes que se escondem por trás dos motivos das ações humanas na história”.

Segundo Lukács (2018, p.155), na verdade, elas permanecem ocultas como forças cegas da evolução histórica por trás dos motivos. Os fatores ideológicos não recobrem somente os interesses econômicos, não são bandeiras e palavras de ordem, mas parte integrante e elementos da própria luta real.

Cabe a nós enfatizarmos o quão é importante a escolha de realizar essa pesquisa a partir do princípio teórico metodológico presente no materialismo histórico-dialético. Segundo Lukács (2018, p.155), torna-se fundamental a escolha desse método historicamente, pois “quando entra o sentido sociológico dessas lutas é procurado por meio do materialismo histórico, então esses interesses podem, sem nenhuma dúvida, ser descobertos como momentos de explicação finalmente”.

METODOLOGIA

Na nossa pesquisa faremos uso da análise bibliográfica e documental e tomaremos como base as recomendações teóricas do exame e crítica do documento proposto por Cellard (2021).

Segundo Cellard (2021),

Torna-se, assim essencial saber compor como algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas que podem nos esclarecer, por pouco que seja, sobre uma situação determinada. Entretanto, continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. Essa avaliação crítica constitui, aliás, a primeira etapa de toda análise documental (Cellard, 2021, p.299).

Em síntese, de acordo com Cellard (2021, pp.299-306), “toda análise documental se aplica em cinco dimensões: o contexto, o autor ou autores, o autor e a confiabilidade do texto, a natureza do texto, e por fim a análise”.

Na nossa pesquisa serão analisados os seguintes documentos oficiais produzidos pelo Comunidade Solidária: 1º- *Seis Anos de Interlocução Política. Metodologia Resultados e Avaliação 1992-2002* (2002) e 2º- *Comunidade Ativa- Uma Estratégia de Indução ao Desenvolvimento Local Integral e Sustentável* (2002) e 3º- *Revista Comunitas* (2002).

Esses documentos foram produzidos pela Presidência da República, Casa Civil e Secretaria - Executiva da Comunidade Solidária com patrocínio da Petrobras.

Além disso, destacamos mais um fator importante, que é o fato desses dois documentos primeiros nunca terem saído das bibliotecas do ENAP - Graciliano Ramos, nem da Biblioteca Oficial da UNICAMP e tão pouco da Biblioteca da FGV. Além desses três documentos analisaremos mais outros documentos que foram veiculados e publicados como parte dos documentos oficiais do(a) Comunidade Solidária que são: 3º: “OSCIPI- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público A Lei 9.790/99 como Alternativa para o Terceiro Setor”, Texto: “Discurso na cerimônia de apresentação do Avança Brasil: Plano Plurianual 2000/2003 e Orçamento da União para 2000”; e “A reforma do Aparelho do Estado e a Constituição brasileira”. Produzido por Luiz Carlos Bresser Pereira (2001), como parte do programa ideológico da Interlocução Política do Comunidade Solidária.

TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Esta pesquisa teve início com o pré-projeto de pesquisa que se propunha fazer: “Uma análise histórica e dialética do CMSP de Educação do Estado de São Paulo”; como produto histórico das reformas do Estado brasileiro realizadas durante os governos de FHC como presidente da República e Mário Covas como governador do Estado de São Paulo. Nas nossas primeiras abordagens começamos por investigar e/ou tentar compreender como as políticas neoliberais articuladas e executadas pelo PSBD paulista e seus intelectuais, há mais de 30 anos no poder e no controle das políticas educacionais

via SEE² no Estado de São Paulo passaram por reformas continuadas e trazem as marcas da políticas gerencialista e de cortes gastos do Estado em todas as áreas dos serviços públicos. Além disso, nós buscávamos compreender o papel dos atores / governantes do PSDB e seus Intelectuais na reforma do Estado brasileiro com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República e Mário Covas ao Governo do Estado de São Paulo contribuíram para a inserção do Brasil no neoliberalismo. Diante das evidências de que o projeto político desses governos sempre esteve alinhado aos interesses do capital globalizado, nessa fase de reestruturação do capital é o modelo já testado na OCDE e América Latina, e traz seu formado e experiências prontas para esses governos liberais no Brasil.

Restou apenas a ambos os governos do PSDB e os intelectuais orgânicos do partido e do capital articular, por meio da interlocução política nas diferentes frentes do PCS, a reforma do Estado nas diversas esferas e os desmontes da legislação que garantia as conquistas consolidadas na Constituição Federal de 1988. E, com isso, promover a precarização, flexibilização, a privatização dos serviços públicos alinhada ao projeto do Estado neoliberal das reformas estruturais do Capital sob comando e determinações do FMI, Banco Mundial e BIRD como parte do projeto societal da reestruturação do capital nos Governos de FHC e de Mario Covas. Vemos também que esse processo das reformas acentua-se mais ainda, durante a pandemia da Covid 19.

Em síntese, a ideia central era fazer uma análise documental e bibliográfica – qualitativa - desse processo, a partir dos documentos oficiais publicados no Diário Oficial do Estado de SP, sobre esse tema.

Na tentativa de analisar a particularidade da política educacional paulista gerenciada pelo PSDB de Mária Covas com a totalidade do país, gestada por FHC, nós analisamos, dentre outras fontes: a revista ‘Comunidade Soldaria, fortalecendo a sociedade promovendo o desenvolvimento’, edição única 2002. Esse material funciona como uma fonte de prestação de contas da reforma do Estado sob o comando de Ruth Cardoso na presidência do PCS. Essa fonte traz uma publicidade e dados que mostram parte desse processo de prestação de conta da interlocução política do PCS no controle das reformas do Estado brasileiro no governo de FHC, e evidência as mudanças na forma

² Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Atualmente esta sigla é SEDUC, mas nesta pesquisa manteremos SEE, pois assim o era chamada nas publicações efetuadas no Diário Oficial do Estado de SP.

do Estado gestar todas as políticas públicas no país, e mostra como partir dessa mudança executada pelo PCS concretizada com Marco Legal. O Estado neoliberal passa a estabelecer novas parcerias entre público privado de forma irreversível até o presente. Observamos que a revista Comunidade Solidária busca o consenso e também formar opinião pública sobre o esse tema. Além disso, esse documento foi decisivo para nossa pesquisa.

Esse primeiro Pré-Projeto de Pesquisa foi levado até à Banca do Exame de Qualificação, durante o Exame de Qualificação, a Banca Examinadora sugeriu que seria mais viável, um estudo sobre: A Comunidade Solidária / Comunidade Ativa: Um passo adiante” já que o estudo realizado até o exame trazia muitas evidências de que a reforma da educação pública paulistas fazia parte de um projeto político maior realizado historicamente no país, e que suas raízes haviam sido construídas como parte programa de reforma do Estado brasileiro promovido pelo PCS³ juntamente com o governo de FHC.

Também foi recomendado que fizemos um levantamento dos documentos oficiais produzidos pelo PCS e demais documentos oficiais produzidos pelo governo do PSDB de FHC, pronunciamentos, publicações e revistas que tornou a reforma do Estado público no passado e a importância desse tema na atualidade para pensarmos os avanços e aprofundamento das reformas promovidas pelos governos caracterizados como neoliberais e aquilo que se firmou como neoliberalismo no Brasil, desde então até o presente de forma irreversível.

Desses debates surge o iminente esboço para a realização de uma pesquisa com amplo espectro de investigar de fato, como PCS - por meio da sua interlocução política a presidente do PCS forma o consenso e opinião sobre a reforma do Estado que insere o Brasil no neoliberalismo de (1996 – 2002).

Segundo Jacomini,

Tal lógica foi gradativamente incorporada nos sucessivos governos até a posse de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cuja matriz teórica -ideológica alinhou-se ao neoliberalismo tendo como uma das palavras de ordem a reforma administrativa, conduzida pelas mãos do intelectual orgânico do Partido, Luiz Carlos Bresser – Pereira frente à pasta criada especialmente para esse fim (Jacomini, 2022, p.13).

³ - Programa da Comunidade Solidária - faremos uso dessa sigla sempre que nós nos referirmos ao Programa da Comunidade Solidária.

Foi uma longa reconstrução da trajetória histórica do nosso objeto de pesquisa e dura revisão bibliográfica e profunda busca pelos documentos oficiais do PCS – é a partir desse processo que, chegamos ao título da nossa dissertação: O Programa do Comunidade Solidária: Primeiras Parcerias Público Privado do neoliberalismo no Brasil.

A Seção 2 – Trata de fazer o debate teórico sobre as diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo suas características e marcas das reformas neoliberais na OCDE e depois, seu aprofundamento nos Estado Unidos e América Latina e posteriormente no Brasil, no início dos anos 1990, e seu aprofundamento nos governos de FHC, sob controle / comando de Ruth Cardoso na articulação política do PCS.

A Seção 3 -Nós faremos uma análise das fontes históricas dos documentos oficiais produzidos pelo Comunidade Solidária/ Comunidade Ativa: Um a passo adiante” sob o comando de Ruth Cardoso como intelectual líder orgânica desses programas , governo de FHC alinhado ao Programa Neoliberal de reformas do Estado brasileiro de 1996 a 2002, período, cujo, o PCS por meio da sua Interlocução Política comandado por Ruth Cardoso mais 10 ministério de Estado mais 21 entes da sociedade civil insere o Brasil, de forma imprevisível nas políticas neoliberais.

A Seção 4 - Nós analisamos esse processo e tecemos a partir dos dados qualitativos contidos nestas fontes, e tecemos as nossas considerações e explicitamos os impactos do processo da Reforma do Estado brasileiro nessas quatro décadas, e de como esse processo tem se aprofundado até o presente de forma irreversível.

2. ESTADO NEOLIBERAL E AS ORIGENS DO NEOLIBERALISMO COMO FENÔMENO DISTINTO DE LIBERALISMO CLÁSSICO

Iniciemos nossa análise por identificar e compreender quais são as características ou “as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado” (Anderson, 2015).

Segundo Anderson (2015, p. 9),

O neoliberalismo nasceu logo depois, da II Guerra Mundial, na região da Europa e América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o Caminho da servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado, contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria (Anderson, 2015, p.9).

Segundo o autor (1995, p.09), “a mensagem de Hayek é drástica”: ‘apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna’.

De acordo com os argumentos do pesquisador,

enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte – americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros (Anderson, 1995, p.10).

Segundo Anderson (1995, p.10), é a partir desse encontro que tem início a “sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos”.

Para esse pesquisador, o propósito dessa organização internacional neoliberal era, “combater o keynesianismo e o solidarismo reinante e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras no futuro” (Anderson, 1995, p.10).

Além disso,

as condições para esse trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado entrando numa longa fase de auge sem precedentes - sua idade de ouro-, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. Por esta razão, não pareciam muito verossímeis aos avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por trás do Estado (Anderson, 1995, p.10).

De acordo com os argumentos centrais definidos por Anderson (1995) sobre a “polêmica contra regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior”.

Segundo Anderson (1995, p.10),

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos (Anderson, 1995, p.10).

Para o pesquisador, esse grupo neoliberal, ao desafiar o consenso da época, defendia, como argumento central, que “a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si-, pois disso precisavam as sociedades ocidentais”. Segundo Anderson (1995, p.10), esta máxima perjurou “na teoria por mais ou menos 20 anos”.

Anderson (1995, p.10) nos apresenta dois argumentos centrais nas suas pesquisas para caracterizar a origem do neoliberalismo na Europa, a partir dos ideais e da ideologia neoliberal combativa de Hayek e seus companheiros e seus ataques ao Estado de bem-estar social clássico.

Tomando como base os argumentos de Anderson (1995, p.10), o primeiro processo favorável ao neoliberalismo e os ideais neoliberais defendidos por Hayek e seus companheiros, se deu com a chegada da grande crise em todo mundo capitalista avançado do pós-guerra, em meados dos anos 1973. Ou melhor, nas palavras do autor, “é quando o mundo capitalista avançado caiu pela primeira vez, numa profunda recessão, combinando, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo”.

O segundo processo, para os neoliberais justificarem a necessidade do fim do Estado de bem-estar, surge com a ideologia defendida por Hayek e seus companheiros que consistia em afirmar que:

as raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, no movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (Anderson, 1995, p.10).

Principalmente Hayek e seus companheiros defendiam como princípio do pensamento neoliberal para aniquilar o Estado de bem-estar “que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (Anderson, 1995, p.10)

Para os neoliberais ao desfiarem o pensamento da época e /ou até mesmo o consenso vigente daquele período, no cerne do pensamento neoliberal está a defesa de que “a desigualdade é um valor positivo, na realidade imprescindível em si, pois disso precisavam as sociedades ocidentais” (Anderson, 1995, p.10).

Afirma Anderson (1995) que esses dois fenômenos favorecem aos defensores dos ideais do neoliberalismo já que

esses dois processos destruiriam os níveis de lucros das empresas e desencadeariam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de Estado de bem-estar, defendida por Hayek e seus companheiros (Anderson, 1995, p.10).

Francisco de Oliveira (1995) concorda com o balanço do neoliberalismo de Anderson (1995).

Segundo Oliveira (1995):

o receituário do Plano pode ser reconhecido, quase ponto por ponto, em todas as características listadas exclusivamente pelo professor Perry Anderson. Sua letalidade entre nós tem duas poderosas facetas: a primeira é a mais evidente, pois, enquanto a economia se recupera, o social piora. Tal como nos países desenvolvidos, tal como nos laboratórios do rigor neoliberal: Bolívia a ex-URSS, por exemplo (Oliveira, 1995, p.26).

Como parte desse ataque ao social, presente na primeira faceta do neoliberalismo no Brasil, Oliveira (1995, p.27) destaca o ataque “às bases da esperança que se construiu nos anos mais duros. Destrói o princípio de esperança e abre as comportas para uma onda conservadora de que no Brasil não tem memória”. A segunda faceta do neoliberalismo no Brasil para Oliveira (1995) é composta pelo “medo da mudança, o medo da reforma, o medo da experimentação”.

Segundo Sader (1995, p.35), “O neoliberalismo na América Latina – como na Europa- é filho da crise fiscal do Estado. Seu surgimento está delimitado pelo esgotamento do Estado de bem-estar-social”. Além disso, ressalta que existem duas versões diferentes do Estado de bem-estar -social e duas do neoliberalismo e que no fundo

são muito distintas. Estas versões podem ser compreendidas como “uma dura e outra branda” (Sader, 1995, p.174).

De acordo com Sader (1995),

qualquer que seja a flexibilidade que atribuirmos a esse conceito, será difícil falar num Estado de bem-estar – social no Brasil. Quando grande parte da população hoje claramente a maioria – não tem se quer acesso à carteira de trabalho; é evidente que nos encontramos diante de um país cujas redes de proteção social são extremamente frágeis. Falar, aqui, de um Estado de bem-estar, tem, a rigor constatações cínicas. (Sader, 1995, p.174)

Os argumentos de Sader (1995, p.174) mostram que estas diferenças entre as duas versões de Estado de bem-estar e o Estado neoliberal, branda e dura, se tornam latentes, quando, comparamos por exemplo, os países de capitalismo avançado da OCDE e do Brasil e vemos que “a diferença básica de um país que teve atras de si cem anos de movimento operário, e outro que já mais o teve”.

Para Barón (1995, p.171), refletir sobre o balanço do neoliberalismo bem como fazer uma análise do programa e dos ideais do Estado neoliberal: “fica evidente que estamos em face de uma situação caracterizada pelo surgimento de uma nova ortodoxia ideológica que tem se expandido no plano universal”.

Segundo afirma Barón (1995, p.172): “esse processo não foi produto das forças naturais do mercado. Pelo contrário, significou o triunfo de um projeto de recomposição reacionária do capitalismo que atraiu para si todas as forças da burguesia internacional”.

De acordo com Barón (1995, p.174), de forma cruel e devastadora “o neoliberalismo nos é apresentado como saída única como uma solução técnica, quando não se trata de nada mais do que a expressão de uma coalizão de interesses das classes dominantes”.

Segundo Therborn (1995), elaborar um balanço do neoliberalismo e dos impactos do projeto, na atual fase da mundialização do capital consiste em nos atentarmos que:

O neoliberalismo é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica quanto financeira dos mercados e da competição (Therborn, 1995, p.182).

Nas palavras de Therborn (1995, p.182), “dado que o neoliberalismo como tal é uma estrutura do capitalismo atual”.

Pensarmos as origens e os impactos do Programa e Ideário do Estado neoliberal e as contradições da atual fase da mundialização do capital, diferente do neoliberalismo clássico, é compreendermos que a construção ideológica e econômica da “personificação dos mercados” imposta e/ou executada pelo projeto neoliberal nesse período histórico pode ser refletida também, a partir do pensamento de Chesnais (2005).

E, faz parte daquilo que o pesquisador francês, (Chesnais, 2005, p.44) define como a fase da: “mundialização financeira que foi preparada pelo mercado de eurodólares, depois pela passagem a um regime de taxas de câmbio flexíveis após o colapso do sistema de Bretton Woods”.

Segundo Chesnais,

O mercado de câmbios foi, assim, o primeiro a entrar na mundialização feneceria contemporânea. Ele permanece um dos mercados onde os investidores institucionais continuam a manter parte de seus ativos. Mas foram as medidas de liberalização e de desregulamentação de 1979-81 que deram nascimento ao sistema de finança mundializada tal como conhecemos. (Chesnais, 2005, p.44)

Conforme Chesnais (2005, p.44) destaca estas medidas, “elas puseram fim ao controle do movimento de capitais com o estrangeiro (saída e entrada), abrindo assim os sistemas financeiros nacionais para o exterior.

Portanto, segundo Chesnais (2005, p.44), “qualquer Estado que quisesse colocar bônus do Tesouro nos mercados liberalizados estava forçado a se alinhar às práticas norte-americanas”.

Desse modo, o pensamento de Chesnais (2005, p.44), sobre as características mais marcantes desse processo da “Personificação dos Mercados”, nos ajuda a refletir o fato de que no cerne das liberações dos mercados, está a máxima do programa e do Estado neoliberal que submete a condição de que qualquer Estado deve se alinhar às práticas norte-americanas. Dito isso, trazemos a interpretação econômica deste autor para nossa discussão. Pois, ele nos mostra que “o antropomorfismo do mercado não é nada trivial”. Muito pelo contrário, expressam-se, daí, “as três dimensões de crescimento da finança”.

Estas três dimensões consistem nas seguintes determinações de acordo com Chesnais (2005):

A primeira concerne ao movimento de autonomia relativa da esfera financeira em relação à produção, mas sobre em face da capacidade de intervenção das autoridades monetárias. A segunda relaciona-se ao caráter fetiche, perfeitamente mistificador, dos “valores” criados pelos mercados financeiros. A terceira remete ao fato de que são os operadores que delimitam os contornos

da mundialização financeira e decidem quais agentes econômicos, pertencentes a quais países e em quais tipos de transações, participarão (Chesnais, 2005, p.44).

Pensarmos “na configuração da mundialização financeira”, consiste em compreendermos que o avanço e domínio do Estado neoliberal se constrói sob a ordem/controlado do que Chesnais (2005, p.45) define como: “o capital portador de juros norte-americano tem lugar à parte, tanto em razão do lugar do dólar quanto da dimensão e da segurança dos mercados financeiros norte-americanos”.

Dessa forma, os norte-americanos tornam-se uma base, ao mesmo tempo assume-se o controle do capital norte-americano. E, com isso segundo Chesnais (2005, p.45), “o capital norte-americano opera nos outros mercados financeiros e o lugar ao qual convergem os capitais ociosos, a poupança dos fundos de pensão não norte-americanos e os patrimônios das classes ricas do mundo inteiro”.

Para Duménil e Levy (2005, p.86), Chesnais (2005), “o termo neoliberalismo é, em parte, adequado e inadequado, ou seja, engendrador. Ele remete à liberdade dos mercados, a qual deve ser entendida como a liberdade do capital”.

Segundo Duménil e Levy (2005, p.87), “não se pode deduzir que o Estado tenha perdido toda sua função. O neoliberalismo se impôs sob a proteção do Estado”.

Neste tópico fizemos um balanço do projeto neoliberal nos países de capitalismo Avançado da OCDE e entre os norte-americanos tomando como base o balanço do neoliberalismo de Anderson (1995). Buscamos extrair o cerne das propostas feitas pelos defensores do neoliberalismo, contidas no texto “balanço do neoliberalismo” de Anderson (1995). Também recorremos aos estudos e pesquisas dos demais pesquisadores sobre esta temática presente no debate da mesma obra (1995), como referência teórica. Além disso, recorremos as pesquisas de Chesnais (2005), em *A Finança Mundializada*, como suporte teórico que nos ajuda a construir o debate sobre Estado neoliberal e as origens do neoliberalismo como fenômeno distinto de liberalismo clássico.

A seguir evidenciaremos qual a proposta neoliberal para “estabilidade monetária, da economia e dos mercados financeiros”. Segundo Anderson (1995, p.11), “sempre esteve no cerne do programa neoliberal combater os sindicatos, o movimento operário e cortes profundos com os gastos sociais do Estado de bem-estar”.

2.1 A proposta do neoliberalismo para o extermínio dos sindicatos, movimento operário/gastos sociais, nos países de capitalismo avançado da OCDE e entre os norte-americanos

Começamos, primeiramente, por trazer luz ao debate dos resultados alcançados pelos defensores do neoliberalismo e mostrar quais eram seus ideais, além de destacar como, os dois últimos processos, abordados no tópico anterior, contribuíram diretamente para Hayek e seus companheiros serem consagrados como aqueles que iriam apresentar: a saída ou “remédio para manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e controlar o dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (Anderson, 1995, p.11).

Segundo Anderson (1995, p.11), a solução proposta pelos ideólogos neoliberais para manter o equilíbrio monetário era de que “a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo”.

Anderson (1995) compreende que para executar o programa neoliberal na risca era

necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (Anderson, 1995, p.11).

Para o pacote ser realizado de forma completa, os idealizadores do neoliberalismo propunham, como remédios imprescindíveis, “as reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos” (Anderson, 1995, p.11).

Afirma o pesquisador (1995) que, em tese neoliberal, isso significava:

a redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, o resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retomaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (Anderson, 1995, p.11).

Segundo Anderson (1995, p.11), a hegemonia deste programa se concretizou em uma década mais ou menos, “quando a maioria dos governos da OCDE⁴- tratava de aplicar os remédios keynesianos às crises econômicas”.

Além disso, tomando como base os argumentos centrais do pesquisador (1995), foi no fim da década de 1979, que se deu a aplicabilidade do programa neoliberal na Inglaterra. É esse o marco para o pesquisador. Ele também apresenta um panorama desse desastroso projeto/programa neoliberal como projeto político a ser executado pelos Estados e governos eleitos nos países de capitalismo avançado.

Para essa pesquisa, destacam-se, alguns destes países do panorama apresentado, por Anderson (2015), como é o caso da Inglaterra, e países de OCDE -, e Estados Unidos, por impactar diretamente na execução dos ideais do neoliberalismo no ocidente, especialmente na América Latina e no Brasil.

Segundo Anderson (1995):

Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país capitalista avançado publicamente empenhado em por em prática o programa neoliberal. Um ano depois, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo, do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período (Anderson, 1995, p.11).

Outro argumento nomeado pelo autor (1995), no seu balanço do neoliberalismo, que contribui para essa pesquisa, é o fato de, em 1978, ter eclodido a guerra fria, e os soviéticos intervieram no Afeganistão, e os Estados Unidos decidiram produzir foguetes de guerras nucleares na Europa ocidental.

Com base no balanço do neoliberalismo de Anderson (1995) destacam-se ainda o fato de: ‘o ideário neoliberalismo ter incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal - a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek - inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidado o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte (Anderson, 1995, p.12). Dessa forma, pode se dizer que, “os anos 80 viram o triunfo mais ou menos

⁴ OCDE- Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento.

incontrastado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado” (Anderson, 1995, p.12).

Segundo Brown, (2023, p.53), “o assalto neoliberal ao social, juntamente com sua identificação do poder exclusivamente com coerção, promulgou como consequência uma reformatação do liberalismo. Além disso, o programa neoliberal na “medida que saturava o discurso estatal e popular, o ataque neoliberal à justiça social, à reforma social e aos serviços sociais desafiava a igualdade, reformulava as guerras culturais e produzia uma desorientação geral da esquerda”.

A proposta do neoliberalismo para o extermínio dos sindicatos, movimento operário/gastos sociais mantidos pelo Estado de bem-estar nos países de capitalismo avançado da OCDE e entre os norte-americanos e consecutivamente em todo o mundo, torna-se efetiva na medida em que, o programa e ideário neoliberal é posto, e /ou é executado pelo Estado neoliberal/ ou sob comando do Estado. Na literatura sobre o este tema, esta concepção teórica é hegemônica.

Com o propósito de aprofundar essa concepção, nós recorremos Duménil e Levy (2005, p.87), “o neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana”, pois estes pesquisadores ressaltam que é fundamental construir uma análise levando em consideração “o plano internacional e ter presente o papel paraestatal que as instituições financeiras, FMI em primeiro lugar, Banco Mundial, Bird desempenham na extensão da ordem neoliberal”.

De acordo Duménil e Levy (2005, p.85), para pensar sobre o programa e a ideologia do Estado neoliberal em execução no mundo inteiro, na atual fase da mundialização do capital, e fundamentalmente no processo de desmonte, desregulamentação. desorientação do Estado de bem-estar, é preciso compreender que “o neoliberalismo, é necessário recorrer a uma teoria da sociedade, quer dizer das classes e do Estado, de inspiração marxista”. Outros pesquisadores dessa mesma perspectiva teórica como Duménil e Levy (2005, p.87), afirmam que “o neoliberalismo corresponde à afirmação do poder da finança depois de um período de perda de hegemonia; trata--se assim, do segundo período de hegemonia da finança”.

Em suma, observa-se que o programa e o Estado neoliberal aniquilaram os direitos sociais, trabalhistas, bem como exterminaram sindicatos dos trabalhadores, movimento operário historicamente e impuseram reformas contínuas em todas as esferas do Estado de bem-estar no mundo inteiro.

Na medida em que, segundo Duménil e Lévy (2005, p.87), “O Estado é a instituição que encarna o poder das classes dominantes por meio do qual a dominação é imposta ao resto da sociedade. Ele permite que as classes hajam coletivamente” (p.87).

A seguir destacaremos alguns aspectos que caracterizam as implementações e execução do programa e Estado neoliberal nos chamados países de capitalismo avançado.

2.2 Breve balanço da implementação do neoliberalismo nos países do capitalismo avançado

Nesse tópico, faz-se um breve balanço dos feitos dos governos neoliberais na prática da expansão e execução do programa neoliberal.

De acordo com o balanço do neoliberalismo de Anderson (1995), destaca-se os governos Thatcher, por implementar o programa neoliberal e por aniquilar de forma devastadora o Estado de bem-estar, num país de capitalismo avançado, como a passagem a seguir nos mostra os impactos disso na Inglaterra:

o modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro, e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. Se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação e passando em seguida a indústrias básicas como aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (Anderson, 1995, p.12).

Segundo Anderson (1995, p.12), “Esse pacote de medidas é o mais ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.”. Para o pesquisador as características norte-americanas eram muito diferentes.

Segundo Anderson,

Nos Estados Unidos, onde não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também, reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria da sua gestão. Mas decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo

na balança de pagamentos que resultou de tal política (Anderson, 1995, pp. 12-13).

De forma generalizada, segundo Anderson (1995), esse fenômeno do neoliberalismo, deste período, encontrou espaço no continente europeu, a passagem a seguir mostra que:

os governos de direita, com fundo católico, praticaram, em geral um neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos. Contudo, a distância entre estas políticas e as da social- democracia governante anterior já era (Anderson, 1995, p.13).

Além deste panorama destacado acima, de todos os governos eleitos, que praticaram o neoliberalismo, observa-se no balanço do neoliberalismo apresentado pelo pesquisador, que experiências desse processo demonstravam a: “era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia” (Anderson, 1995, p.14).

Nesse sentido, afirma Anderson (1995), que:

O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais. Nem todas as social-democracias, bem entendido. Ao final dos anos 80, a Suécia e a Áustria ainda resistiam à onda neoliberal da Europa. E, fora do continente europeu, o Japão também continuava isento de qualquer pressão ou tentação neoliberal. Mas, nos demais países da OCDE, as ideias da Sociedade de Mont Pèlerin haviam triunfado plenamente (Anderson, 2015, p.14).

Nesse sentido, o balanço do pesquisador (1995) apresenta como resultado a realização das metas e dos interesses estipuladas pelo programa neoliberal proposto para os Governos dos países de capitalismo avançado e da OCDE. Ao observar, o panorama acima, vê-se também que de fato, o projeto neoliberal foi executado e alcançou os resultados esperados por todos os governos na prática.

Destacam-se, entre as metas e prioridades atingidas pelos governos neoliberal, resultados positivos. Anderson (1995) afirma que:

A prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 70. Nesse aspecto, seu êxito foi inegável. No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários. Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. Também este foi um resultado satisfatório. Finalmente, o grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários (Anderson, 1995, pp.14-15).

Com base nos argumentos destacam-se, também, as contradições no resultado paradoxal, presentes no processo de execução dos Governos dos países de capitalismo avançado do programa neoliberal. Se por um lado, “em todos os estes itens, houve deflação, lucros, empregos e salários, podemos dizer que o programa neoliberal se mostrou realista e obteve êxito” (Anderson, 1995, p.15).

Mas por outro lado, foi possível observar no balanço do neoliberalismo, feito por Anderson (1995), também como parte das contradições presentes no processo dos Governos de países de capitalismo avançado que executarem o programa neoliberal, um resultado também contraditório / paradoxal. A parte selecionada a seguir, do balanço realizado pelo pesquisador mostra que:

no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante (Anderson, 1995, p.15).

De forma a questionar os motivos, qual a concepção teórica dos intelectuais do Capital à frente do programa de reforma do Estado neoliberal?

Para obter tais resultados, pode-se perguntar qual justificativa para essas contradições/ resultado paradoxal?

Já que tanto os governos de capitalismo avançado, quanto os demais Governos dos demais países atingiram as metas e as prioridades exigidas pelo programa neoliberal, conforme se observa no balanço do neoliberalismo feito por Anderson (1995)?

De forma conclusiva o pesquisador nos mostra as razões para a obtenção do fracasso ou dos resultados negativos alcançados pelos Governos e Estados neoliberais nesse primeiro processo de execução do programa neoliberal.

De acordo com os argumentos apresentados por Anderson (1995), os fracassos do programa neoliberal nos países de capitalismo avançado e nos demais países, é associado ao de fato que:

apesar de todas as novas condições institucionais criadas em favor do capital – a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relação a seus níveis – já médios – dos anos 70. No conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente (Anderson, 1995, p.15).

Mas antes de passarmos para a América Latina e Brasil, cabe-nos destacar uma parte, fundamental dos argumentos do pesquisador, presente no balanço do neoliberalismo, que nos parece uma máxima sobre as características do programa neoliberal na primeira fase da execução.

Deve-se dizer que a revolução thatcheriana, ou seja, anti-keynesiana ou liberal, parou – numa avaliação positiva – no meio do caminho na Europa ocidental, e é preciso completá-la. Bem entendido, esse tipo de extremismo neoliberal, por influente que seja nos países pós-comunista, também desencadeou uma reação popular, como se pode ver nas últimas eleições na Polônia, na Hungria e na Lituânia, onde partidos ex-comunistas ganharam e agora governam de novo seus países. Mas, na prática, suas políticas no governo não se distinguem muito daquela de seus adversário declaradamente neoliberais. A deflação, a desmontagem de serviços públicos, as privatizações de empresas, o crescimento de capital corrupto e a polarização social seguem, um pouco menos rapidamente, porém com o mesmo rumo (Anderson, 1995, pp.18-19).

Além disso, para o autor (1995, p.19), ao fazer o balanço desse processo, no sul da Europa, ele nos mostra também que, “a analogia com o euro-socialismo do sul da Europa é evidente. Em ambos os casos há uma variante mansa – pelo menos no discurso, senão sempre em ações- de um paradigma neoliberal comum na direita e na esquerda oficial”.

De forma sintética, afirma Anderson (2015), que existe:

o dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado em grande parte, hoje, por este efeito de demonstração do mundo pós-soviético. Os neoliberais podem gabar-se de estar à frente de uma transformação socioeconômica gigantesca que vai perdurar por décadas (Anderson, 1995, p.19).

As interpretações deste fenômeno são diversas na literatura, queremos destacar a perspectiva de Chesnais (2005) em *A Finança mundializada*.

Acreditamos que o debate feito pelo economista francês contribui com a presente pesquisa, para pensarmos o papel da “mundialização financeira e a personificação dos mercados” no processo de expansão e implementação do programa e Estado neoliberal nos países de Capitalismo avançados da OCDE, e entre os norte-americanos. Também observa-se que posteriormente os norte-americanos ao assumirem o comando da mundialização financeirização do capital, eles impõem, executam e /ou implementam o programa e Estado neoliberal nos países de Terceiro mundo, a largos passos, conforme mostra Chesnais (2005).

Tomando como base as pesquisas de Chesnais (2005), são três traços que caracterizam ou constituem a execução do programa e planejamento da Mundialização Financeira sob o comando do Estado neoliberal. Segundo o autor (2005, p.46), “A mundialização financeira consiste em: desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a descompartimentalização dos mercados financeiros e a desintermediação”.

Destacamos alguns marcos ou características deste processo, apresentados por Chesnais (2005, p.47), pois contribuem diretamente para nossa discussão. No que compete a refletir o papel dos Estados Unidos sob o comando e imposição da “mundialização financeira para os mercados financeiros emergentes”.

Segundo Chesnais (2005, p.47), “a liberalização e desregulamentação de seus sistemas financeiros foram feitas a passos largos sob a direção do FMI e do Banco Mundial e sob a pressão dos Estados Unidos”.

Para o Economista (2005),

Os Estados unidos, o FMI e seus aliados e representantes locais formados nas universidades norte-americanas segundo o credo e receitas neoliberais, trabalham para obter dos governos a descompartimentalização dos mercados financeiros dos NIC, a passagem à titulização da dívida pública e a formação, nesses países, de mercados de obrigações domésticos interconectados com os mercados financeiros dos países do centro do sistema. (Chesnais, 2005.p.47).

Além disso, devemos destacar, que conforme nos mostra Chesnais (2005, p.47), “os mercados emergentes nunca receberam, mesmo antes da crise mexicana de 1995, mais de 15% dos capitais mundiais que buscavam se instalar conservando um grau de liquidez elevado”.

Portanto:

a integração no regime de mundialização financeira incompleta e imperfeita, de países cujos sistemas antes estavam fechados e cujos dirigentes são ao mesmo tempo pouco instruídos nas sutilezas da finança de mercado e hábeis nos métodos da corrupção política, teve como resultado a criação de sistemas financeiros muitos frágeis (Chesnais, 2005, p.47).

Duménil e Levy (2005, p.89), nesta perspectiva de Chesnais (2005), destacam, “o papel crescente dos executivos e gerentes nas empresas e no setor público”. Para estes pesquisadores, “os executivos e gerentes” têm papel fundamental para implementação do programa e Estado neoliberal no mundo globalizado a partir de três etapas.

Segundo Duménil e Levy (2005, p.89), podemos compreender estas três etapas como “Primeira hegemonia -fim do século XIX-1929; Compromisso Keynesiano-New Deal-anos70 e Segunda hegemonia financeira- anos 80 em diante”⁵.

Para finalizar essa parte, buscou-se extrair do balanço do neoliberalismo de Anderson, os pontos que são fundamentais para compor a primeira parte desta pesquisa, e que nos ajudou refletir sobre a primeira onda do neoliberalismo nos países de capitalismo avançado, e entre os norte-americanos e, também, na América Latina, principalmente, no Brasil; tendo em vista que, nosso objeto de pesquisa foi construído no primeiro momento da chegada do programa neoliberal e das suas primeiras marcas no continente latino-americano. Além disso, destaca-se, a seguir, “como o dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está se sustentando em grande parte, hoje, por este efeito de demonstração do mundo pós-soviético” (Anderson, 1995, p.19), principalmente na América Latina e no Brasil. Também recorremos conceito de “Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos” de Chesnais (2005). Além disso, buscamos refletir esse processo sob conceito de “Neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana” de Duménil e Levy (2005).

⁵ Duménil e Levy (2005, p.89) afirmam que: “o primeiro e o terceiro período parecem muito similares, pois descrevem um capitalismo em que o poder dos proprietários sobre os administradores é forte. O segundo período singulariza-se pelo aumento de sua autonomia durante esses anos”.

Observa-se que, para analisar esse fenômeno na América Latina e Brasil, o balanço do neoliberalismo de Anderson (1995, p.19), no que tange a essa afirmação de que, “os neoliberais podem gabar-se de estar à frente de uma transformação socioeconômica gigantesca que vai perdurar por décadas.”. Anderson (1995) parecia fazer uma análise apologética sobre o avanço e a execução do programa neoliberal na América Latina, e claramente a construção da hegemonia neoliberal no Brasil.

2.3 Os impactos do triunfo neoliberalismo na América Latina e no Brasil

Para Anderson (1995, p.19),

o impacto do triunfo neoliberal no leste europeu tardou a ser sentido em outras partes do globo, particularmente, pode-se dizer, aqui na América Latina, que hoje em dia se converte na terceira grande cena de experimentações neoliberais (Anderson, 1995, p.19).

Diante desse panorama da expansão e das experimentações neoliberais, que temos segundo Anderson (1995, p.19),

de fato, ainda que em seu conjunto tenha chegado a hora das privatizações massivas, depois dos países da OCDE e da antiga União Soviética, genealogicamente este continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo (Anderson, 1995, p.19).

Destacam-se para esse pesquisador as características que mostram o Chile como a primeira experiência sob a ditadura de Pinochet. Afirma Anderson (1995, p.19) que primeiro, “aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea”. As características marcantes para o pesquisador, desse processo, “o Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos.”.

Além disso, o autor (1995, p.19) mostra no seu balanço que “tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra.”. Soma-se a isso, o fato de, “no Chile, naturalmente a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas.”.

Outros pontos que são salutares para Anderson (1995, p.19) e devem ser ressaltados na experiência chilena são: “a experiência chilena dos anos 70, interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80.”. Para compor esse pacote neoliberal, do programa neoliberal e sua execução no Chile, o autor, afirma que, “o neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra.”. Como parte essencial do pensamento neoliberal ortodoxo.

Afirma Anderson (2015):

a democracia em si mesma - como explicava incansavelmente Hayek - jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios. Mas esta admiração foi realmente merecida, dado que – à diferença das economias de capitalismo avançado sob os regimes neoliberais dos anos 80 – a economia chilena cresceu a um ritmo bastante rápido sob o regime de Pinochet, como segue fazendo com a continuidade da política econômica dos governos pós-Pinochet dos últimos anos (Anderson, 1995, pp.19-20).

Traços similares, mas diferentes da execução do programa dos Governos neoliberal entre Chile e Bolívia, de acordo com o balanço do neoliberalismo de Anderson (2015), consiste nas seguintes características.

Segundo o balanço do neoliberalismo, afirma o pesquisador (1995, p.20) que o caso do Chile “foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, América Latina também proveu a experiência -piloto para o neoliberalismo pós-soviético.”.

De acordo com os argumentos do pesquisador (1995), na Bolívia:

onde, em 1985, Jeffrey Sachs já aperfeiçoou seu tratamento de choque, mais tarde aplicado na Polônia e na Rússia, mas preparado originariamente para o governo do general Banzer, depois aplicado imperturbavelmente por Victor Paz Estenssoro, quando surpreendentemente este último foi eleito presidente, em vez de banzer (Anderson, 1995, p.20).

Segundo afirma o autor (1995, p.20) o caso da Bolívia mostra que, na verdade, a experiência daquele país, ‘não havia a necessidade de quebrar um movimento operário

poderoso, como no Chile, mas parar a hiperinflação’. Outro argumento do pesquisador é o de que na Bolívia:

o regime que adotou o plano de Sachs não era nenhuma ditadura, mas o herdeiro do partido populista que havia feito a revolução social de 1952. Em outras palavras, a América Latina também iniciou a variante neoliberal “progressista”, mais tarde difundida no sul da Europa, nos anos de euro-socialismo. Mas o Chile e a Bolívia eram experiências isoladas até o final dos anos 80 (Anderson, 1995, p.20).

Portanto, Anderson (1995, p.20) mostrou com detalhes, como se deu “a virada continental em direção ao neoliberalismo.”. Segundo o argumento central do autor (1995), a virada continental em direção ao programa neoliberal:

não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes (Anderson, 1995, pp.20-21).

Krawczyk (2000), em: “A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina” traz no seu debate o mesmo panorama da chegada e dos desmontes do programa e Estado neoliberal na América-Latina e Brasil apresentado por Anderson (1995).

Segundo Krawczyk (2000):

a rigor, as primeiras grandes experiências de ajustes neoliberal tinham sido ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez de Hoz. Nos anos de 1980, programas neoliberais de ajustes econômicos foram sendo impostos a países latino-americanos como desdobramentos dos processos de renegociação da dívida de monitoração das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, desta vez com Menem; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, no Peru. E desde 1989, no Brasil de Collor e Cardoso (Krawczyk, 2000, p.17).

Krawczyk (2000) traz também um quadro que compunha a ideologia do programa estado neoliberal neste período em mídias como jornais, revistas programas de tv e as grandes peças publicitárias do PSDB no Brasil e, especificamente, no Estado de São Paulo. Assim, a luta política e ideológica do Estado neoliberal era ancorada a partir de alguns temas centrais como por exemplo:

Os protestos contrapressões fiscais, apresentadas como insuportáveis; as denúncias contras políticas redistributivas, tidas como paternalistas e desastrosas; as campanhas contra a extensão de atividades do setor público a domínios firmados como, naturalmente privados; a resistência contra a regulamentação supostamente hipertrofiada dos contratos entre particulares (normas sobre aluguéis, direito do trabalho e previdência, mensalidades escolares etc (Krawczyk, 2000, p.19).

Destacamos esse quadro das pesquisas de Krawczyk (2000), pois conforme veremos mais adiante, no quadro sobre a propostas de reforma do aparelho do Estado brasileiro e da Constituição brasileira pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com apoio de dez ministros do Estado e mais 21 entes da sociedade civil ; esses pressupostos do programa e Estado neoliberal nortearão as propostas do Mare, sob o comando do ministro do Mare, Luiz Carlos Bresser Pereira e será chave norteadora da *Interlocação Política do Comunidade Solidária no período de 1996 a 2002* para impor a indução do “Marco Legal” que se firma com aprovação da “Lei 9790/99” pelo intelectuais do capital e do Estado agindo nesse propósito .”

Finalmente, de acordo Anderson (1995), o caso do Brasil / ou problema do Brasil, e a chegada da onda neoliberal no país se dá para a partir da previsão de um economista liberal indiano numa conversa, numa espécie de relato pessoal, ao tratar do balanço do neoliberal e da execução do programa neoliberal aqui. Seleciona-se a passagem a seguir, do balanço do neoliberalismo, na qual Anderson afirma que:

Recordo-me de uma conversa que tive no Rio de Janeiro, em 1987, quando era consultor de uma equipe do Banco Mundial e fazia uma análise comparativa de cerca de 24 países do Sul, no que tocava a políticas econômicas. Um amigo neoliberal da equipe, sumamente inteligente, economista destacado, grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet, confiou-me que o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcionários do Banco Mundial totalmente acreditava –, mas uma taxa de inflação demasiado baixa. “Esperemos que os diques se rompam”, ele disse, “precisamos de uma

hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país”. Depois, como sabemos, a hiperinflação chegou ao Brasil, e as consequências prometem ou ameaçam – como se queira – confirmar a sagacidade deste neoliberal indiano (Anderson, 1995, p. 21).

Sabe-se, que muito das questões analisadas e levantadas por Anderson (2015), no balanço do neoliberalismo, já se transformaram e os impactos do neoliberalismo são devastadores, na atual fase mundial do capital, tanto nos países de capital avançado quanto na América Latina e no Brasil. A ideia deste capítulo é fazer uma reconstrução adentrada do programa neoliberal, na América Latina, em especial no Brasil, lugar onde está inserido nosso objeto de pesquisa.

Ressalta-se a importância desse balanço do neoliberalismo feita pelo autor (2015), pela atualidade das pesquisas de Anderson, e pela sua crítica ao neoliberalismo aos seus ideólogos e aos impactos do neoliberalismo na sociedade capitalista atual.

Nas palavras do autor (1995):

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado (Anderson, 1995, p. 22).

Para terminar essa parte, observa-se, que seguindo os argumentos centrais do pesquisador, ele recomenda que:

qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado’. Por enquanto, porém, só é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos pais mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros (Anderson, 1995, p. 23).

Para o autor (1995, p.23), “economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado”. Destaca-se ainda

que “socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais”. Anderson nomeia este fenômeno; chama-o de “hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes”.

Nesse tópico, faz -se um balanço do programa neoliberal nos países de capitalismo avançado da OCDE, e entre os norte-americanos; também se destacam as marcas do programa neoliberal, na América Latina e Brasil.

O balanço do neoliberalismo de Anderson (1995) nos ajuda a compreender nosso objeto que é: “*Comunidade Solidária / Comunidade Ativa; um passo adiante*”, agindo em prol do programa neoliberal e dos interesses do Capital via Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária no Brasil no governo de FHC. Além de reconstruirmos o trajeto histórico de 1996-2002, que coaduna os dois governos de FHC a nova ofensiva do Estado neoliberal que insere o Brasil no neoliberalismo mostra também que esse processo da” *Interlocução Política / Indução: ao Desenvolvimento Local, Integral e Sustentável (Resumido DLIS)*”, trazem as características dos governos de Thatcher e Reagan. Conforme exploraremos mais adiante.

3. ESTADO NEOLIBERAL E PCS DEFINEM POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Essa pesquisa tem como princípio teórico metodológico que a orienta, o materialismo histórico-dialético desenvolvido por Marx e Engels. O que nos permite compreender tanto a origem do Estado neoliberal quanto o desenho das políticas sociais palmejadas e executadas pela Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária, para promover a reforma do Estado brasileiro e fortalecer a parceria entre Público e privado no governo de FHC.

Isso posto, de acordo com Netto (2012):

A crise global da sociedade contemporânea, que marca particularmente as três últimas décadas deste século, revela-se – plena, embora não exclusivamente – na crise do Estado de bem-estar e na crise do chamado socialismo real, as duas conformações societárias que, cada uma a seu modo, procuraram soluções para os antagonismos próprios à ordem do capital (Netto, 2012.p. 73).

É nessa contradição máxima de crises de reestruturação do capital que a Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária/Comunidade Ativa/ Rede Sol e Projeto Alvorada aloca os intelectuais do PSDB e do PCS⁶. Mais dez ministros do Estado e 21 entes da sociedade civil, para atuar na “Interlocução Política da Comunidade Solidária”. É partir desse contexto que esses intelectuais do capital orientados pelo programa neoliberal articulam, penejam e promovem a inserção do Brasil, no neoliberalismo, no governo de FHC, conforme mostram os documentos produzidos sobre esse período.

Destaca-se na literatura e nos documentos que nós analisamos, o trabalho de Ferrarezi (2007), intelectual à frente do Conselho da Comunidade Solidária e do PSDB, articuladora principal do “Marco Legal e /ou Cartilha das OCSCIP”, que da origem ao processo das reformas do Estado brasileiro e a inserção do Brasil no neoliberalismo.

Segundo Ferrarezi (2007), o programa de reformas do Estado, no Brasil, se articula e se insere:

num contexto internacional de transformações estruturais, a reforma do Estado brasileiro da década de noventa insere o Brasil no movimento de reformas administrativas do capitalismo, que desde a década de 70, o capitalismo vem

⁶Programa da Comunidade Solidária- a partir daqui usaremos a sigla PCS para nos referirmos ao programa.

mudando a forma de organizações e seu padrão de desenvolvimento. Do Estado-Nação, que assumia a regulação do mercado e da produção, financiando o desenvolvimento econômico e as políticas sociais, ao atual quadro de internacionalização econômica, observamos o progressivo enfraquecimento da capacidade de regulação dos Estados nacionais sobre os diversos aspectos que dizem respeito às relações com a sociedade e com o mercado. [...] O Estado-Nação assumia a regulação tanto do mercado, da produção, da circulação de mercadorias e financiamento do desenvolvimento econômico, quanto das políticas sociais. Estabeleceu-se um pacto social e econômico que sustentou o aumento da acumulação, portanto da maior arrecadação fiscal, garantido a prestação de benefícios sociais e de ganhos de produtividade. No entanto, os direitos não são pressupostos ou estabelecidos de forma estável, mas sim uma luta contínua para sua conquista. A família patriarcal e o sistema de gênero que possibilitam o pleno emprego, o pacto político social mudaram, afetando as condições de solidariedade e de trabalho sustentaram o Welfare State (Ferrarezi, 2007, p.34).

Para Yazbek (2001), a defesa dos desmentes e descentralização do Estado-Nação e do fim das políticas sociais sob responsabilidade do Estado e União apresentada acima, por Ferrarezi (2007) em defesa do programa neoliberal representa:

a construção de uma forma despolitizada e refilantropizada de abordagem social brasileira, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos diferentes interesses em jogo; contexto que vivemos cotidianamente com a destituição de direitos trabalhistas e sociais e com a naturalização da pobreza, no incipiente sistema de proteção social público no país reiteram-se e avançam no país políticas de caráter compensatórios, seletivos e conservador (Yazbek, 2001, p.10).

Nas palavras de Yazbek (2001):

é o desvelamento da incapacidade dessa opção neoliberal, com sua perspectiva fragmentadora, com suas intervenções pontuais, insuficientes, limitadas e incapaz de oferecer alternativas aos graves problemas sociais no país”. (Yazbek, 2001, p.10).

Analisar PCS é Compreender que há na Interlocação política a busca por implementar políticas sociais focalizadas na solidariedade das organizações não - governamentais, que são qualificadas para prestar os serviços públicos, mas não gratuitos, e cada vez mais reduzir a política social de Estado mínimo para a sociedade brasileira, em toda esfera pública.

Partindo dessa concepção neoliberal, Demo (2012, p.25) propõe: “três horizontes da política social”. Sendo eles respectivamente: “políticas assistenciais, políticas socioeconômicas e políticas participativas”.

Respectivamente as “*Políticas Sociais*”. Segundo Demo (2012) devem possuir como pressupostos ou serem estabelecidas como:

não é ajuda ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada. [...] *Políticas Assistenciais* – Aceita-se que em todas as sociedades existem grupos populacionais que não se autossustentam, ou que não deferiam se preocupar com isso, cabendo ao Estado sobretudo a obrigação de assistência. Trata-se, nesse sentido, de assistências devidas por direito de cidadania. É reconhecido o direito, de modo formal ou informal, a sobrevivência condigna, comprometendo-se a sociedade a assistir tais grupos particularmente por intermédio do Estado, criado e mantido entre outras para isso também. E *Políticas socioeconômicas* – o campo socioeconômico da política social remete ao relacionamento condicionante entre o horizonte social e econômico na sociedade. Volta-se para o enfrentamento da pobreza material (socioeconômica), partindo de modo geral da relevância do emprego e da renda para qualquer tentativa de reduzir as desigualdades sociais (Demo, 2012, pp.25-32).

Observa-se, que PCS e governo de FHC assumiram em parte essa concepção quase à risca, no que tange aos três horizontes das políticas sociais, políticas assistenciais e políticas socioeconômicas definidos por Demo (2001) no processo de inserção do Brasil no neoliberalismo; ressalta-se que Pedro Demo atuou como Intelectual do PSDB e do capital nesse processo das reformas do Estado brasileiro como Secretário-geral adjunto do Ministério da Educação e sua produção intelectual contribuiu de forma norteadora para conduzir o processo de descentralização das leis e implementar das reformas nas três esferas do estado.

Segundo Silva (2001):

Essa concepção de focalização contrapõe-se ao entendimento corrente que vem orientando a atual política de enfrentamento da pobreza no país, o que denominamos de concepção neoliberal/conservadora tendo como objetivo apenas atenuar ou mascarar a pobreza crescente oriunda do ajuste estrutural que, concentrando-se no corte de recursos para programas sociais, volta-se tão-somente para criar condições de inserção do país na competitividade da economia globalizada (Silva, 2001, p.14).

Além disso, para Silvia (2001, p.15), “O Comunidade Solidária é criado sob a justificativa da busca de políticas sociais públicas mais eficientes e do reconhecimento do crescimento da participação da sociedade civil na formulação das questões sociais”.

Dessa forma, o PCS apresenta-se como “o novo modelo de atuação social baseado no princípio de parceria”, visando somar esforços do governo e da sociedade, com base no espírito da solidariedade e tendo em vista gerar recursos para combater a pobreza e a exclusão social”. (Presidência da República, 2001).

Segundo Cruz *et al* (2001), para desenvolver sua proposta de desmontes da política social e descentralização do Estado e União o Comunidade Solidária e o governo de FHC organizam um desenho institucional que compõem o PCS e que.

estruturou-se, operacionalmente em dois eixos: um vertical, tendo em vista a integração dos diferentes níveis de atuação do governo federal, estadual e municipal, para convergência das ações, incluindo a articulação com diferentes instâncias, como secretarias, conselhos estaduais e municipais. O eixo horizontal do Programa objetiva permitir a integração das iniciativas no plano federal, nas áreas pré-selecionadas em âmbito estadual/municipal, pela articulação entre o Conselho Nacional do Programa, a Secretaria Executiva e os ministros setoriais. Assim sendo, seu arranjo instrucional apresenta uma configuração em que o sistema é composto por cinco atores principais: Conselho Nacional de solidariedade, Secretaria executiva, mistérios setoriais, interlocutores estaduais e governos municipais (CRUZ *et al*, 2001, pp.74-75).

A literatura e análise dos documentos mostram como secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária e os intelectuais do PSDB e do Capital agem, a partir desses dois eixos, do desenho institucional, para promover a Interlocução Política nesses seis anos 1966-2002, que insere o Brasil no neoliberalismo de forma irreversível.

Dito isso, destacamos alguns pontos da obra de Peliano (1995), mais uma das intelectuais do capital e parecerista do Comunidade Solidária do IPEA. Que nos ajudam compreender as múltiplas dimensões de atuação do Comunidade Solidária a partir desses dois eixos e os princípios que regem o PCS.

Segundo Peliano (1995):

O Comunidade Solidária é, assim, uma proposta do governo federal de parceria entre os três níveis de governo — federal, estadual e municipal — e a sociedade em suas diversas formas de organização e expressão. Pretende ser uma estratégia de articulação e coordenação de ações de governo no combate à fome e à pobreza. A parceria e a descentralização que caracterizam a proposta do Comunidade Solidária não permitem a elaboração de um modelo único de atuação. Trata-se de um processo extremamente dinâmico. [...]O Comunidade Solidária propõe-se também a introduzir na esfera pública novas formas de gerenciamento de programas sociais, evitando o clientelismo, a centralização, a superposição e fragmentação das ações e a pulverização dos recursos, eliminando a ineficiência, a descontinuidade e o desperdício.[...]A estratégia adiante descrita apresenta princípios, objetivos, arcabouço institucional, formas de atuação e avanços, e contempla as linhas gerais que orientam a definição das soluções apropriadas a distintas realidades nacionais, regionais, estaduais e locais. [...]O dinamismo da estratégia proposta pelo Comunidade Solidária inclui, necessariamente, a parceria nas tomadas de decisão para a execução das ações descentralizadas e articuladas. Ao longo de dez meses, um conjunto de atividades inicialmente selecionadas pelo Comunidade Solidária, totalizando nove programas, e absorvendo recursos de R\$ 2,6 bilhões, elevou-se, a partir de uma ampla discussão, para mais de 20 programas, somando recursos da ordem de R\$ 5 bilhões (Peliano, 1995, p.21).

Nas palavras de Peliano (1995, p.22), “vale reiterar que o Comunidade Solidária não esgota as ações do governo na área social. Ele é a parte dessa ação, ainda que tenha caráter abrangente”.

De acordo com Peliano (1995), o Comunidade Solidária tem como força motriz os seguintes princípios norteadores:

1. Parceria: Na luta contra a fome e a miséria, o entendimento é que as diversas instâncias do governo e da sociedade civil não podem atuar de forma isolada e desarticulada. Para haver parceria requer-se um razoável nível de consenso entre os agentes envolvidos sobre o tratamento a ser dado para cada assunto específico.
2. Solidariedade: Como engajamento ético de quem quer acabar definitivamente com a situação de fome e miséria existente no Brasil.
3. Descentralização das Ações: Como forma de estimular a participação da sociedade e melhorar a eficiência e eficácia das ações.
4. Integração e Convergência das Ações: No sentido de potencializar os resultados. Acredita-se que o impacto global da implementação simultânea das ações é muito mais potente que o somatório dos efeitos isolados dessas mesmas ações (Peliano, 1995, p.22).

Sistematizado o desenho instrucional operacional dos dois eixos da Interlocução Política do Comunidade Solidária e destacado os princípios que norteiam o PCS. A seguir, analisaremos o Documento Oficial dos *Seis anos de Interlocução Política, Metodologia, Resultados e Avaliação-1996-2002*, produzido para subsidiar Coordenadores, Assessores, Consultores do PCS.

3.1 A secretaria executiva do conselho do Comunidade Solidária e a inserção do Brasil no neoliberalismo por meio da sua interlocução política

Nesta primeira parte da análise do nosso objeto de pesquisa nós nos debruçamos sobre o primeiro documento e/ ou a primeira fonte produzida pelo Conselho do Comunidade Solidária que é o *Seis Anos de Interlocução Política, Metodologia, Resultados e Avaliação 1996-2002*. A escolha de iniciarmos a presente análise, por esse documento, justifica-se, pelo fato de Cardoso (2002, p.34), afirmar nessa publicação oficial, que existem documentos que deveriam ser publicados para informar ao público e a sociedade em geral, sobre os projetos desenvolvidos pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária. Mas também existirem, outros documentos que serviriam apenas para subsidiar as “reflexões e ações entre, Conselheiros, Coordenadores e Assessores de Programas”. Como é o caso deste documento sobre *Seis anos de*

Interlocução Política, Metodologia, Resultados e Avaliação 1996-2006. Esse Documento foi produzido pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, que teve como presidente, Ruth Cardoso, adesão dez ministros do Estado 21 personalidades da sociedade civil e apoio direto do governo de FHC; ele serviu para subsidiar as ações e as reflexões dos Conselheiros, Coordenadores e assessores dos diferentes programas e frentes do Conselho do Comunidade Solidária no período de 1996 a 2002.

Nós organizamos uma lista/ sistematização com os nomes dos/(as)Conselheiros do PCS, dos (as) Parceiros(as) e mais 21 entes da Sociedade civil e Ministérios do Estado que atuaram na interlocução Política para promover todos os tipos de parcerias público privado no governo de FHC de (1995-2002); a partir das informações oficiais contidas nessa fonte da Interlocução Política do PCS.

Tabela 1

GESTÃO 1999-2000	2000-2002
Agop Kayayan	Redes Sociais Estudos Projetos e Capacitação
Augusto de Franco	Comunidade Solidária
Boris Fausto	Comunidade Solidária
César Soares dos Reis	Lar Fabiano de Cristo
Cesare de Florio de La – Zumbi	Centro Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente
Edda Mayer Bergmann	Associação Beneficente e Cultural B’nai B’rith do Brasil
Eduardo Eugenio Gouveia Vieira	Federação das Indústrias do Estado do rio de Janeiro (FIRJAN)
Fernanda Bornhausen Sá	PRIME DBBS
Gilberto Passos Gil Moreira	GeGe Produções
Horácio Lafer Piva	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)
Joaquim de Arruda Falcão Neto	Fundação Getúlio Vargas
José Rosa Abreu Vale	Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Trabalho e Ação Social

Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)
Ladislau Dowbor	Pós- Graduação em economia e Administração – PUC
Manoel Dantas Barreto Filho	Frutas do Nordeste Ltda. (Frunorte)
Maria Alice Setúbal	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)
Maria do Carmo Brant de Carvalho	Centro de Estudos Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e PUC -SP
Maria José Motta	Centro de Documentação e Informação do Artista Negro (Cidan) e Projeto A Arte de Representar Dignidade
Miguel Darcy de Oliveira	Instituto de Ação Cultural (Idac)
Neylar Coelho Vilar Lins	Fundação Odebrecht
Paulo Cesar Pinheiro	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça
Pedro Moreira Salles	União dos Bancos Brasileiros S.A(Unibanco)
Rubem César Fernandes	Viva Rio -Coordenadoria de Áreas e Projetos
Ruth Cardoso	Comunidade Solidária
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais (Dieese)
Sonia Miriam Draibe	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP)- Unicamp
Viviane Senna Lalli	Instituto Ayrton Senna
Zilda Arns Neumann	Pastoral da Criança, CNBB
MEMBROS GOVERNANTAIS	DO CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Barjas Negri	Ministro da Saúde
Paulo Jobim	Ministro do Trabalho e Emprego
Paulo Renato Souza	Ministro da Educação
Pedro Parente	Casa Civil da Presidência da República

Fonte: elaborada pelo próprio autor

Tabela 2

GESTÃO 1997-1998
Almir de Souza Maia – Universidade Metodista de Piracicaba
Augusto de Franco – Comunidade Solidária
Carlos Alves de Moura – Fundação Palmares
Danieal Mercury de Almeida Povoas- Canto da Cidade Produções
Denise Dourado Dora – Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
Dom Raimundo Damasceno Assis- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
Éfrem de Aguiar Maranhão – Universidade Federal de Pernambuco
Gilberto Passos Gil moreira – GeGe Produções
Horácio Lafer Piva – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)
Joaquim de Arruda Falcão Neto- Fundação Roberto Marinho
Manoel Dantas Barreto Filho- Frutas do Nordeste Ltda. (Frunorte)
Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba Mitschen- Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazonia (Poema)- UFPA
Maria do Carmo Brant de Carvalho- Instituto de Estudos Especiais (IEE)- PUC-SP
Miguel Darcy de Oliveira – Instituto de Ação Cultural (Idac)
Pedro Moreira Salles- União dos Bancos Brasileiros S.A.(Unibanco)
Regina Blois Duarte- A Vida é Sonho Produções Artísticas Ltda.
Romeu Padilha de Figueiredo
Ruben César Fernandes- Viva Rio, Coordenadoria de Áreas e Projetos
Ruth Cardoso- Comunidade Solidária
Sonia Miriam Draibe – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP)- Unicamp
Viviane Senna Lalli – Instituto Ayrton Senna
MEMBROS GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA
Antonio Kandir – Ministério do Planejamento e Orçamento
Arlindo Porto- Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Carlos César de Albuquerque- Ministério da Saúde
Clóvis de Barros Carvalho – Casa Civil da Presidência da República
Edson Arantes do Nascimento – Ministro Extraordinário dos Esportes
Iris Rezende -Ministério da Justiça
Paulo Paiva – Ministério da Justiça
Paulo Renato de Souza – Ministério da Educação do Desporto
Pedro Malan – Ministério da Fazenda

Paulo Belens Jungmann Pinto- Ministério Extraordinário para Política Fundiária
Reinhold Stephanes- Ministério da Previdência e Assistência Social

Fonte: elaborada pelo próprio autor

Tabela 3

GESTÃO 1995-1996
Antonio Renato Aragão – Ator e Embaixador do Unicef
André Roberto Spitz – Furnas e Comitê das Entidades Públicas no Combate à fome e pela vida
Arzemiro Hofmann – Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil
Augusto de Franco- Comunidade Solidária
Denise Dourado Dora – Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
Dom Luciano Mendes de Almeida -Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
Éfrem de Aguiar Maranhão – Universidade Federal de Pernambuco
Gilberto Passos Gil Moreira – GeGe Produções
Hélio de Souza Santos- Conselho da Comunidade Negra do estado de São Paulo e Núcleo de Estudos Interdisciplinares do negro Brasileiro
Joaquim de Arruda Falcão Neto- Fundação Getúlio Vargas
Jorge Eduardo Saavedra Dirão- FASE Nacional
Maria do Carmo Brant de Carvalho- Instituto de Estudos Especiais (IEE) - PUC-SP
Miguel Darcy de Oliveira – Instituto de ação Cultural (Idac)
Ney Bittencourt de Araujo – Associação Brasileira de Agribusiness (Abag)
Pedro Moreira Salles – União dos Bancos Brasileiros S.A(Unibanco)
Regina Blois Duarte – A Vida é Sonho Produções Artísticas Ltda
Romeu Padilha de Figueiredo – Câmara dos Deputados
Ruth Cardoso- Comunidade Solidária
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça – DIEESE
Sônia Miriam Draibe – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP)- Unicamp

MEMBROS GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA
Adib Domingos Jatene – Ministério da Saúde
Antonio Kandir – Ministério do Planejamento e Orçamento
Arlindo Porto – Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Clóvis de Barros Carvalho – Casa Civil da Presidência da República
Edson Arantes do Nascimento – Ministério Extraordinário dos Esportes
Nelson Jobim – Ministério da Justiça
Paulo Paiva- Ministério do Trabalho
Paulo Renato de Souza – Ministério da Educação e do Desporto
Pedro Malan – Ministério da Fazenda
Raul Belens Jungmann Pinto – Ministério Extraordinário para Política Fundiária
Reinhold Stephanes – Ministério da Previdência e Assistência Social

Fonte: elaborada pelo próprio autor

Essas tabelas são elaboração de minha autoria, a partir da Fonte Oficial do Conselho da Comunidade Solidária (1995-2002). Tem como propósito mostrar quem são os membros do governo e os 21 entes da sociedade civil convidados pelo PCS - responsáveis por ministérios, designados pelo governo FHC e PCS para planejar e executar as parcerias público-privado nos governos de FHC que insere o Brasil no neoliberalismo. Esses dados, estão presentes em *Seis anos de Interlocação Política, Metodologia, Resultados e Avaliação 1996- 2002*. (p.44 a 47).

O documento trata primordialmente do processo de articulação da reforma do Estado brasileiro, por meio da Interlocação Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária. Isso posto, a finalidade da nossa análise é de entender como se caracterizaram as mudanças no processo de descentralização das leis do Estado e União tanto no legislativo quanto Executivo, a partir da intervenção da “Interlocação Política” da Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária no período de 1996-2002 no governo de FHC.

Freitas (2016) nas suas pesquisas sobre o processo de mudanças no Legislativo e Executivo brasileiro nos traz grande contribuição sobre o processo de mudanças nesses órgãos da Presidência da República desde a redemocratização no país.

De acordo com Freitas (2016):

entender o processo de alteração no interior do Legislativo e Executivo, ou mesmo a efetividade das modificações propostas é um desafio enorme, na medida em que exige a utilização de uma metodologia capaz de identificar o que é uma alteração e determinar quem é o autor da mesma. Em cada uma das etapas do processo legislativo, parlamentares podem propor modificações muito pequenas ou, em conjunto, podem modificar o projeto integralmente. O mesmo vale para o substitutivo. Uma emenda tem seu escopo limitado ao tema que ela trata no interior do projeto e não pode modificá-lo integralmente, mas apenas parte dele e as partes associadas à modificação que está sendo proposta. Por outro lado, um mesmo parlamentar pode apresentar infinitas emendas, ou vários parlamentares podem apresentar emendas que modifiquem o mesmo trecho do projeto (Freitas, 2016, p.48).

Nos valem da pesquisa de Freitas (2016), com o propósito compreender como a “Interlocução Política” da Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária executou as mudanças na descentralização do Estado, intervindo diretamente tanto Legislativo quanto no Executivo brasileiro, com o propósito de promover a reforma do Estado brasileiro que tem como marca desse processo, a aprovação do “Marco Legal ou Lei 9.790/99 “. E além disso, também marca a inserção do Brasil no neoliberalismo de forma irreversível.

Destacam-se entre, esses documentos produzidos pela “Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária a *Cartilha sobre OSCIP*. Documento cujo Cardoso (2002, p.34) dá ênfase praticamente em todas as publicações do PCS— ela ressalta a aprovação da *Cartilha das OSCIP*, como o ponto mais importante da “Interlocução política do Conselho”, porque a aprovação do “Marco Legal” da origem a Inserção do Brasil no neoliberalismo e dá o ponta pé, para executar a reforma do Estado brasileiro durante o Governo de FHC. Destacamos desse documento essa marca incisiva e insistente feita por Cardoso (2002).

Segundo, Cardoso (2002, p.34), a “*Cartilha sobre as OSCIP* -esta é uma das mais importantes publicações produzidas sobre a Lei nº 9.790/99. Mais de 45 mil exemplares foram distribuídos para organizações governamentais e da Sociedade Civil”.

De acordo com Cardoso (2001, p.5),

desde a sua criação, umas das prioridades do Conselho da Comunidade Solidária tem sido o fortalecimento da sociedade Civil, em especial ênfase no diálogo e na promoção de parcerias entre Estado e sociedade civil para o enfrentamento da pobreza e da exclusão, por intermédio de iniciativas inovadoras de desenvolvimento social (Cardoso, 2002, p.04).

Para Cardoso (2001), faz parte dos propósitos do PCS:

as iniciativas para fortalecer a sociedade civil destaca-se a proposição da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, discutida e elaborada durante as duas Rodadas de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, dedicadas ao tema Marco legal do Terceiro Setor, realizadas entre 1997 e 1998. Tais Rodadas promovem o diálogo entre governo e sociedade sobre temas importantes para uma estratégia de desenvolvimento social, por meio de consultas a diferentes interlocutores da sociedade civil e governos e de estudos, discussões e proposições ao tema em foco (Cardoso, 2001, p.5).

3.2 Ruth Cardoso: líder intelectual do PSDB e ação da reforma neoliberal no Brasil.

Nesse tópico vamos analisar, a partir da fonte: “*Seis anos de Interlocação Política, Metodologia, Resultados e Avaliação 1996-2022*”, como Ruth Cardoso planeja e constrói o consenso para a entrada do modelo do Estado e das Políticas neoliberais no Brasil no período de 1996 a 2002, via Comunidade Solidária e Comunidade Ativa: Um passo adiante nos governos de FHC.

Nós iniciamos por destacar a estrutura do projeto como um todo, e a nomeação planejada e elaborada por Ruth Cardoso daquilo que a fonte traz como forma o programa neoliberal e nos permite compreender qual é o cerne da “Rodada de Interlocação Política” e como esse processo trata-se de projeto do governo FHC e se transforma num projeto de Estado mínimo para os governos sucessores sem grandes transformações até o presente.

Destacamos o modelo como foram construídas as Rodadas de Interlocação Política.

Segundo essa Fonte Oficial do Programa do Comunidade Solidaria, o processo como um todo da “Rodada de Interlocação Política.” Compreende:

Tabela 4

Escolha do tema
Definição dos objetivos da Rodada
Escolha dos Interlocutores
Pesquisa e consulta para definição dos problemas
Levantamento das propostas de soluções
Sistematização dos problemas e das soluções propostas, segundo as várias visões ou posições presentes
Identificação. Listagem e discussão de consensos presumidos entre tais visões ou posições

Listagem dos dissensos identificados
Consolidação dos consensos confirmados sobre problemas, visões e propostas de soluções
Sistematização das propostas de soluções apresentadas para cada problema
Transformação das propostas de soluções consensuais em medidas práticas
Identificação dos atores que podem realizar as medidas acertadas e concertadas
Mobilização e organização dos atores responsáveis pela negociação e execução das medidas
Acompanhamento e monitoramento do processo de negociação e realização das medidas
Avaliação final da Rodada
Observação – Tudo isso é feito por meio de:
1- Elaboração de um documentos para consulta, para subsidiar e provocar o debate e para consolidar as conclusões
2- Reuniões setoriais preparatórias e/ou reuniões de comissões de trabalho
3- Reunião geral final; e
4- Comissões de encaminhamento (constituídas após a reunião)

Fonte: elaborada pelo próprio autor

Essa sistematização é uma elaboração nossa para nos ajudar a compreender os nós dados por Ruth Cardoso, como líder Intelectual do PSDB e dos governos de FHC para Planejar a reforma do Estado brasileiro; promover a iniciativa das parcerias entre público e privado ou entre Estado e Sociedade civil e estabelecer o consenso e aprovação da sociedade em geral, de que o Estado brasileiro deve ser mínimo ao oferecer os serviços público, mas não gratuito, e com isso por em execução as políticas focais centrada no combate à fome, a pobreza e miséria que exacerbava o país. Com isso, implementa-se as políticas gerencialista neoliberais, nas quais, as OSCIP e as ONGs são pagas com verba publica, mas são instituições da sociedade civil privadas que passam a fazer os serviços públicos que antes eram de responsabilidade do Estado, após reforma do Estado, ganham a roupagem de público, mas não gratuitos.

Nós vamos destacar três argumentos que nos parecem fundamentais para nos ajudar a apontar as contradições que esta fonte traz como parte do processo das Rodadas

da Interlocução Política que nos permite apontar, por meio da análise qualitativa, o papel da Ideologia neoliberal, lançada por Ruth Cardoso e pelo governo de FHC e seus dez ministros de Estado mais os 21 entes da sociedade civil, escolhidos pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso para formular e construir consenso e conquistar a opinião pública a favor das propostas articuladas pelas múltiplas equipes do PCS, diante das massas e do senso comum em geral.

O primeiro destes argumentos é o de que: “O processo de Interlocução tem natureza democrático-participativo, ou seja, incorpora, em condições de igualdade, as contribuições de todos os participantes e procura, sem esconder, construir progressivamente consensos” (Cardoso, 2002, p.14).

O segundo é o de que esse processo não se trata de projeto político de cunho acadêmico, científico e / ou filosófico-sociológico. Conforme afirma Cardoso (2002, p.06), na apresentação desse documento elaborado somente para consulta dos responsáveis pelo PCS.

Tal processo não se restringe à realização de reuniões, nem visou à promoção de debates de natureza acadêmica. Pelo contrário, o objetivo é de construir um espaço democrático para o diálogo plural entre atores, sem escamotear conflitos, redundou em conquistas importantes como, por exemplo, os avanços na revisão das leis que regulam o terceiro setor e o microcrédito, e no desenho de novos programas, além de trazer propostas e temas inovadores para a agenda governamental (Cardoso, 2002, p.06).

E o terceiro argumento mostra exatamente que as Rodadas da Interlocução Política do PCS foram orquestradas, a partir daquilo que há de mais refinado da Filosofia clássica e Sociologia clássica. Como exemplo disso, podemos destacar dessa fonte, os filósofos clássicos cujos Ruth Cardoso utiliza para promover a ideia de democracia e /ou conquistar o consenso e /ou formar a opinião pública a favor da necessidade de se promover a reforma do Estado brasileiro defendida pelo PCS. Ao tratar do conceito de “*público e espaço público*”, Ruth Cardoso recorre à Arendt na obra *A Condição Humana*.

Segundo Cardoso (2002):

Arendt, em *A Condição Humana*, retoma os gregos em sua concepção de espaço público. Política para ela é o diálogo entre iguais, faz parte da condição humana de agir e interagir. Para ela, liberdade e política surgem do diálogo plural. É preciso da ação da qual nasce o poder- entendido como um curso comum da ação. Pressupõe que todos tem alguma forma de conhecimento, mesmo não sendo o “saber especializado”, e que participem em igualdade de condições. A burocratização da vida pública e seus segredos, a vulnerabilidade do sistema e a monopolização e hierarquização do poder geram a opacidade,

impedindo a criatividade e capacidade de agir e conjunto. O exercício da conversação na “praça”, combinado com a aceitação do outro, e com a valorização da opinião, gera uma rede pactuada de conversações. (...) O exercício da conversação na “praça” pode ser aperfeiçoado a ponto de gerar aquilo que Pierre Levy comparou a um “coral polifônico improvisado. Segundo ele, em contraposição aos sistemas de convivência nos quais se enunciam proposições monótonas, repetições de palavras de ordem em manifestações e jargões de identidade de militantes do mesmo partido, a democracia pode tomar como modelo o coral polifônico. (...) O exercício é especialmente delicado, pois cada um é chamado ao mesmo tempo a: Escutar os outros coralistas; cantar de modo diferenciado; encontrar uma coexistência harmônica entre sua própria voz e a dos outros, melhorando o efeito de conjunto. Nessa sinfonia, praticam-se as regras da conversação civilizada, da polidez, em responder, em tentar ser pertinente e interessante, levando em conta o estágio da conversa. Essa nova democracia poderia assumir a forma de um grande coletivo, no qual ganhariam (mas sempre provisoriamente) os mais cooperativos, os mais urbanos, os melhores produtores de variedade consonante. E não os mais hábeis em assumir o poder, em sufocar a voz dos outros ou captar as massas anônimas em categorias molares por exemplo, através de técnicas midiáticas e procedimentos não-interativo (Cardoso,2002. p.17).

Cabe afirmar que não se trata de um processo democrático já que tanto os dez ministros de Estado, quanto os 21 entes da sociedade civil envolvidos no programa de reforma do Estado brasileiro, não são representantes sindicais ou lideranças de movimentos sociais e/ ou populares. Mas, sim: são representações escolhidas e selecionadas tanto pelo PCS sob a presidência de Ruth Cardoso, quanto pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um projeto político neoliberal que se sustenta pela ideologia neoliberal e se constrói a partir da teoria política liberal clássica/ neoliberal conforme vimos nos destaques mencionados acima. Além disso, é um programa antidemocrático, já que atinge o consenso do senso comum impondo o projeto vencedor nas urnas, e excluir a participação popular, e da sociedade em geral.

Observa-se que os dirigentes do Comunidade Solidária e Presidente da República FHC selecionaram locutores preparados para conduzir o processo da Interlocução Política e existe uma metodologia a ser seguida para atingir os interlocutores das propostas organizadas e planejadas pelo PCS para atingir o consenso e a formação da opinião pública esperada pelo governo de FHC e a líder intelectual do PSD no controle do Estado, no que tange a execução dos programas e projetos do “Comunidade Soldaria e Comunidade Ativa: Um passo adiante”.

A seguir, nós levantamos algumas contradições que se escondem por trás da aprovação do Marco Legal consolidados na aprovação da Lei 9.790/99. Além disso, desnudamos as principais contradições apresentadas pelos intelectuais do PSDB e do

capital à frente da Interlocução Política do Conselho do Comunidade Solidária no Período de 1996-2002 conforme mostra esse documento e o documento sobre as OSCIP.

3.3 O que se esconde por trás da aprovação do marco legal do terceiro setor *versus* as contradições do programa neoliberal do Comunidade Solidária na “cartilha das OSCIP”

Na cartilha da OSCIP- podemos encontrar muito explicitamente os ideais neoliberais e as determinações do capital com o proposito de inserir o Brasil nas políticas da focalização concebidas como forma de direcionar os recursos e programas para setores privados e particulares da população, vistos como vulneráveis no seio da sociedade brasileira. Porém sabemos que sempre existiram historicamente no país, projetos e programas focalizados, vemos que a origem da focalização ganhou maior destaque no contexto de reformas do Estado brasileiro no governo de FHC, e com a imposição autoritária da Secretaria do Conselho do Comunidade Solidária agindo em prol das reformas estruturais do Capital em toda América Latina e no Brasil esse processo não é diferente. Já tratamos desse documento nas partes anteriores, mas o tema não se esgota, e se faz presente em todas as publicações do Conselho do Comunidade solidária conforme se observará ao longo do nosso debate.

Faz-se essencial reconstruir o processo de como PCS coadunado aos ideais do projeto neoliberal articula a inserção do Brasil no neoliberalismo durante o governo de FHC, a análise desses documentos também nos explicitam: qual é a concepção teórica que norteiam o PCS, e como se dá cooptação dos intelectuais das mais diversas áreas e níveis de interesses via Secretaria Conselho do Comunidade Solidária para a construção do “Marco Legal”, que marca o início da reforma do Estado brasileiro, de forma contínua, a partir da aprovação do Marco Legal consolidado na Lei 9.790/99.

3.4 O consenso da interlocução política do PSC: uma relação pedagógica de Ruth Cardoso com a CEBS⁷ muito antes, do governo FHC

Nesta parte da nossa pesquisa nós destacamos que o cerne da Interlocução Política do PCS, comandado por Ruth Cardoso, tem as suas primeiras articulações da ideologia

⁷ Comunidades Eclesiais de Base.

do programa neoliberal para implementar a proposta da reforma do Estado brasileiro, e promover as mudanças na forma de pensar dos grupos sociais diversos juntamente com as CEBs, bem antes da chegada do FHC ao poder, conforme mostra o artigo escrito por Ruth Cardoso para O CEBRAP, intitulado de *Duas faces de uma Experiência*.

Nesse artigo que foi publicado originalmente em *Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, V.1, N.2, p.53-58*, é possível encontrar as primeiras formulações tanto da mudança do pensamento da Igreja Católica por meio das CEBs, e também a maneira como essa instituição passa a agir diante dos grupos sociais diversos vias Comunidades Eclesiais de Base é parte fundamental do processo da busca para formar o consenso e credibilidade da ideologia do programa de reforma do Estado neoliberal no país, desde 1982 até a concretude de processo, com a criação dos programas Comunidade Solidária/Comunidade Ativa: Um passo adiante sob controle e articulação da Interlocução Política da presidente desses programas Ruth Cardoso mais dez ministros de Estado e 21 entes da sociedade civil, de 1996 a 2002 que insere o país nas políticas neoliberais com aprovação do “Marco Legal”.

De acordo com Gramsci (2011), o conceito de relação pedagógica nos ajuda a explicar como as elites nacionais e internacionais e/ou classe dominantes impõem seu projeto societal sobre as classes dominadas; a partir da construção, da articulação e da interlocução política do PCS, cujo, nasce pelo menos 30 décadas antes, da efetivação da reforma do Estado brasileiro com a articulação de Cardoso (2011) junto à Igreja Católica via CEBs. É com intuito de desvelar e mostrar partes desse processo que esse tópico se constrói.

Segundo Gramsci (2011),

esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos do exército. Toda relação de hegemonia, é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (Gramsci, 2011. p.153).

Cabe destacar que analisar esse processo nos permite a partir da investigação sociológica por meio da análise bibliográfica da trajetória de Ruth Cardoso como líder intelectual do PSDB, mostrar que as origens dessa relação pedagógica estudada e executada pela presidente do PCS, na busca pelo Consenso da reforma do Estado e

conquista da opinião pública nacionalmente e internacionalmente tem raízes muitos mais profundas do que se pode imaginar.

Quando nós nos debruçamos sobre a trajetória desta líder antropóloga e pesquisadora e toda sua produção intelectual⁸, vemos que ela teve papel fundamental na produção do consenso e formação da opinião pública sobre a necessidade de combater o marxismo presente em parte das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBES), defendido por parte dos Católicos, principalmente aqueles(as) que acreditavam na teoria da Libertação. E com isso mudar o vetor dessa instituição potente no país e no mundo que é a igreja católica para mudar o foco das políticas públicas do Estado construída e consolidadas na constituição Federal de 1988, para as políticas focais da solidariedade e de que todos devem fazer o bem, mas o Estado não dever ser mais o responsável por isso. E que, portanto, deve-se fomentar e exaltar o programa neoliberal no Brasil da reforma total do Estado brasileiro nos governos de FHC.

Podemos averiguar / confirmar esse processo na obra completa de Ruth Cardoso, 1930-2008. Publicada em 2011. Organizado por Teresa Pires do Rio Caldeira. Patrocinado pela Lei de Incentivo a cultura, Sabesp e Natura bem estar bem. Material cujo recomendamos a leitura atenta e sua importância para melhor compreensão desse processo das primeiras articulações da ideologia neoliberal que insere o Brasil no neoliberalismo e que combate principalmente, qualquer vertente do marxismo no Brasil.

3.5 O Consenso

De acordo com Cardoso (2011), “há séculos, o mito da terra sem males move os mais diversos pregadores que, errando pelo mundo, difundem a ideia de um paraíso extraterreno”. (p.225).

Neste artigo analisado, *Duas Faces de uma exigência*, compreendemos que para formar o consenso de que a igreja católica no Brasil e na América Latina possuía duas faces que precisavam ser modificadas já que esta instituição tem um papel fundamental diante da política, dos grupos sociais e isso contribui para formar opinião pública e

⁸ - Ruth Cardoso – Obra reunida – Publicada em 2011. Com organização de Teresa Pires do Rio Caldeira. Vemos que a maior parte da articulação da agenda neoliberal que combate o marxismo no Brasil foi articulada muito antes dela assumir a presidência do PCS. Isso teve início no CEBRAP, num artigo intitulado de “duas faces de uma experiência” – “Originalmente publicado em Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: CEBRAP, V.1, n.2, p.53-58, abr.1982.(N.E)”(p.2226)

movimentar os interesses políticos, da democracia e do projeto de sociabilidade do Estado elaborado pelos intelectuais do programa de reforma do Estado neoliberal cujo, Ruth Cardoso é uma líder intelectual do Estado, juntamente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBES).

O cerne desse virar de chave consiste numa mudança desse ideal que deve ser realizado pelo CEBES diante do povo conforme defende Antropóloga e pesquisadora do CEBRAP, Ruth Cardoso.

Segundo Cardoso (2001):

Os católicos também estiveram presentes nessa busca, e o chavão arquiconhecido – “a religião é o ópio do povo” - foi usado principalmente para criticar as propostas de salvação que supunham o conformismo em vida como condição para alcançara redenção na eternidade. A terra sem males estava, então fora do tempo histórico. Mas a complexidade do mundo atual trouxe mudanças tanto nas ideias dos religiosos quanto nas de seus críticos. Por toda parte, a religiosidade ganha novo folego e, em vez de restringir seu campo à seita dos escolhidos, disseminou sua força, servindo como detonador de processos políticos. Do Irã à Polónia, passando pela África ou pela Irlanda, a força da religião é incontestável. Em cada uma dessas situações, a pregação e seu sentido político são diferentes. Por todos os lados, vemos grupos religiosos assumirem responsabilidades profanas e discutirem os caminhos possíveis para construir uma vida melhor no reino deste mundo. Para os católicos, esse processo significou, entre outras coisas, a substituição de uma visão conservadora do paraíso por uma inesperada crença no papel transformador dos valores religiosos. A Igreja tomou o lado dos oprimidos para redimi-los (Cardoso, 2011, p.225).

De acordo com Cardoso (2011), nesse contexto, coube a Igreja Católica diante da grande população com quem dialogava por meio das “Comunidades Eclesiais de Base (CEBS)” na América Latina e no Brasil promover e acender o debate: “sobre o papel mobilizador da Igreja e sua capacidade para difundir uma nova concepção de sociedade Justa Social” (Cardoso, 2011, p.225).

Partindo desse pressuposto segundo Cardoso (2011), primeiro é um dever da Igreja Católica analisar a importância da transformação do discurso religioso; e segundo, é fundamental a Igreja atentar e se alinhar ao novo projeto de sociabilidade comunitária existente nessa fração da população brasileira.

Isso posto, observamos que Cardoso (2011) expõe duas variáveis sobre o pensamento católico crítico e o pensamento atual, cujo???? deve direcionar os fiéis para o paraíso, porém os mantem trabalhando na terra e não no céu. E aponta saídas para os líderes da Igreja Católica: promover ou virar de chave do pensamento crítico e rígido da

hierarquia eclesiástica que transformava a doutrina na prática dos representantes da Igreja para os ideais neoliberais.

Segundo Cardoso (2001)

Essa aproximação do éden foi possível porque houve a incorporação de uma linguagem científico-política que permitiu qualificar melhor as misérias do povo de Deus. Mas, juntando esse passo analítico ao misticismo (oracional com irracional), a Igreja renovada acredita na redenção pelo sofrimento e define a salvação como a luta para implementar a justiça entre os homens. A outra maneira de ver as CEBES como agentes de mudança enfatiza seu caráter democrático e participação popular como meio de chegar à verdade. E porque a voz do povo é a voz de Deus podemos acreditar em futuro melhor, desde que exista um espaço realmente livre para manifestação da vontade popular. E é isso o que pretendem ser as CEBES, através dos clubes de mães, dos grupos que reúnem jovens, operários ou outras categorias. É o caráter popular dessas associações católicas que desperta o interesse de quase todos os que militam politicamente (Cardoso, 2011. p.226).

3.6 A mudança

De acordo com a exposição de Cardoso (2011), essa mudança da Igreja Católica entra em ação, desde o Concílio Vaticano II. Para Cardoso (2011):

Anunciado pelo papa João XXIII em janeiro de 1959, o Concílio Vaticano II foi inaugurado em 1962 e após, quatro sessões conciliares, que reuniram mais de 2 mil prelados e produziram dezesseis documentos, encerrou-se em dezembro de 1965. O Concílio discutiu e regulamentou diversas questões ligadas à Igreja Católica de atualizá-la à sociedade contemporânea (Cardoso, 2011, p.226).

Foi partir desse marco que a Igreja Católica conquistou novos parceiros e demarcou novos inimigos.

Segundo Cardoso (2011): os Teólogos mais afinados com as transformações que ocorriam no mundo moderno começaram a ser legitimados e puderam incorporar à doutrina católica a noção um tanto vaga de “libertação”, que caracterizava as expressões mais fortes dos movimentos sociais dos anos 60. (...) Essas ideologias libertadoras tentavam quebrar o mecanismo de algumas análises marxista que só reconheciam as classes fundamentais como agentes das transformações históricas. O pensamento religioso, entretanto, procurar somar o valor estratégico de classe e a crítica aos micromecanismos de manutenção do poder (Cardoso, 2011, p.227).

Destacamos na nossa análise que é de fato nesse processo que se dá a mudança do pensamento religioso católico para abraçar o programa e as ideias neoliberais da sociedade capitalista moderna.

Sobre esse processo mostramos três grandes argumentos de Cardoso (2011) que mostram essa tomada de decisão da Igreja Católica e o momento em que se busca o consenso para essa mudança no país.

O primeiro argumento consiste, segundo Cardoso (2011), de fato: a Igreja se atualizou e como consequência, entrou no jogo do reino dos homens. Foi buscar nas análises científicas o diagnóstico para os impasses das sociedades capitalistas modernas e passou do campo da explicação das desigualdades para o campo da denúncia da justiça social.

O segundo argumento é: o passo difícil nessa tarefa de renúncia à ciência leiga e pensamento teológico foi a passagem do diagnóstico objetivo da realidade à ação com fundamento moral. Feita a fusão, o finalismo presente em algumas teorias sociológicas fundiu-se facilmente com as utopias religiosas. E o terceiro, é o caminho da salvação transformou-se na luta pela justiça na terra. A redenção existe para aqueles que sofrem, mas já não é um estado fora do tempo, e sim um caminho para diminuir as desigualdades. (Cardoso, 2011, p.227).

Sobre esse processo de mudança impulsionado pela Igreja Católica no Brasil, afirma Cardoso (2011), “a profunda mudança enraizou a Igreja nas classes dominadas e determinou as opções políticas nos países pobres” (Cardoso, 2011, p.227).

Segundo Cardoso (2011),

Os novos movimentos eram vistos como a manifestação da força e da pureza do povo, mas que estavam enviesados por interesses políticos alheios aos setores populares. Nesse contexto, as CEBES foram o exemplo vivo da nova articulação popular e democrática (Cardoso, 2011, p.229).

A seguir discutimos a concepção de Consenso e Controle.

3.7 Consenso e controle

O cerne deste caso neoliberal defendido por Ruth Cardoso como líder Intelectual do PSDB, do Estado, e das parcerias entre as instituições privadas e religiosas como é o caso das CEBES, por exemplo, tornam claras as relações pedagógicas exercidas CEBES junto dos grupos sociais e sucessivamente o PCS – sob a presidência de Ruth Cardoso

assume o comando do Comunidade Solidária /Comunidade Ativa: um passo adiante, nos governos de FHC; e controle da reforma do Estado brasileiro, e também a construção desse elo entre religião e projeto político e econômico societal na América Latina e Brasil. Esse processo pode ser analisado de forma profunda, a partir da relação pedagógica que o CEBES exerce diante das Comunidades da Igreja Católica e grupos sociais; além disso, podemos afirmar que a origem dos termos “Comunidade” e aquilo que foi disseminando como virar de chave do pensamento teórico do CEBES e sua práxis diante da sociedade como um todo, inclusive a ideia de “Solidariedade” neoliberal e de que os problemas sociais e da sociedade civil são de todos menos do Estado no artigo, que nós analisamos aqui, cujo, Ruth Cardoso o intitula de: “Duas faces de uma experiência”. Podemos afirmar que as articulações de Ruth Cardoso junto do CEBES fazem parte das ações que inserem o Brasil nas políticas neoliberais não somente na presidência do PCS, conforme apresentamos nesse tópico.

Cabe mostrar que a busca de Cardoso (2011) pelo consenso e controle do projeto societal neoliberal de reforma do Estado no Brasil, dá-se primordialmente, na parceria com CEBES, bem antes da chegada de FHC ao poder e criação do programa do Comunidade Solidária, conforme mostra esse artigo de Ruth Cardoso que nós analisamos da sua biografia privada.

De acordo com o *Dicionário Gramsciano* (1926-1937): nós podemos compreender o sentido de consenso: no conjunto das relações conjuntas para a reelaboração da política como um grupo de força / poder e Consenso. Compete ao “Estado Moderno Integral” com a consciência, “se apropriar da religião ou fazer uso da religião como parte de construção do consenso e a Igreja Católica é nesse sentido, parte da sociedade civil. E com essas forças em mãos, o grupo dirigente para estabelece a hegemonia, inexistente antes, seja política, cultural ou intelectual própria. Esse grupo vale-se da religião como tal, ou no caso do nosso objeto esse processo torna-se evidente quando vemos Ruth Cardoso trabalhar diante das CEBES para organizar diante dos grupos sociais diversos o consenso sobre: “Comunidades”, “Solidariedade” e construir o ideal de que os grupos sociais, precisam mudar o pensamento e assumir a responsabilidade pelas desigualdades, miséria, fome, direitos sociais, desigualdades existentes no país. Com isso o grupo dirigente juntamente com a força da religião impõe a todos a partir de uma relação pedagógica mantidas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBES) o ideal de que todos responsáveis uns pelos outros menos o Estado moderno.

Dito isso, observa-se que a origem do “Comunidade Solidária/Comunidade Ativa: Um passo adiante”, programas criados por Ruth Cardoso de 1996 a 2008, no governo de FHC, tem inclusive seu nome baseado nesse vira de chave do pensamento da Igreja Católica, cujo, foi disseminado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBES) na América Latina e No Brasil.

Podemos confirmar esse processo nas páginas a seguir, extraídos desse artigo de Ruth Cardoso (2011).

De acordo Cardoso (2011),

para analisar novas funções, é preciso reconhecer que esses grupos trazem a marca de uma nova sociabilidade. As comunidades, como o nome indica, são grupos homogêneos que resistem às distinções hierárquicas. Qualquer discussão (da Bíblia ou das Condições de vida) supõe a comunicação de uma experiência que une todos os participantes (Cardoso, 2011, p.231).

Sobre o consenso, afirma Cardoso (2011), “é possível porque o problema de cada um é o problema de todos” (p.231)

Além disso, defende Cardoso (2011), primeiro, “os bons cidadãos são aqueles que tem uma vida adequada na esfera privada, porque, nas discussões, os argumentos tecem conexões entre o sistema político e as dificuldades cotidianas das famílias”. Segundo, “a população que vive em nossas periferias urbanas foi sempre bastante excluída da participação cívica”. E, o terceiro, dessa forma, “as situações em eles podem opinar e aprender (dimensões muito valorizadas pelos membros das CEBES) cumprem uma função pedagógica de orientação e informação”. (Cardoso, 2011, p231).

Em última instância Cardoso (2011) afirma que:

As CEBES são também núcleos de uma nova forma de comunicação entre as pessoas. Seria ingênuo, entretanto, admitir que a sociabilidade se cria espontaneamente e que todas as diferenças desaparecem como por encanto. O outro lado dessa sociabilidade entre iguais é a existência de um controle social bastante rígido que a propicia a hegemonia de crenças e de comportamentos. (...) Os Participantes da CEBES dão muita importância tanto à intensa amizade que une o grupo como a moralidade que o sustenta (Cardoso, 2011, p.232).

Dessa forma podemos compreender que Ruth Cardoso (2011), ao articular e defender a mudança do pensamento da Igreja Católica disseminado via CEBES, diante dos grupos sociais diferentes, na América Latina e Brasil falta completar a ideia!!!!.

Durante todo esse processo de articulação da reforma neoliberal do Estado Brasileiro por ela defendido pode ser compreendido à luz do conceito de Gramsci (1975) de que

Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica que se dá não somente no interior de uma nação, entre as diferentes forças que a compõem, mas no universo campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais (Gramsci, 1975, p.1331).

4. INTERLOCUÇÃO POLÍTICA DO PCS: VISÃO E CONCEPÇÃO TEÓRICA QUE NORTEIA OS DESMONTES NA LEGISLAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A seguir destacamos o item *Visão / concepção* do Programa do Comunidade Solidária e dos Intelectuais à frente do programa de reforma do Estado, no manual das OSCIP, o projeto macro, da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária.

Segundo Franco (2001), que nos mostra as características do PCS sobre visão e a concepção dos Intelectuais à frente da Interlocução Política no governo de FHC, se

justificam os atuais mecanismos de financiamento, baseados em renúncia fiscal, em deduções de imposto a pagar, enquanto não se desenvolvem outras formas de acesso a recursos públicos. Desde já, entretanto, o financiamento governamental, direto e explícito, de ações públicas executadas por organizações não governamentais - tal como estabelece a Lei 9.790 com o Termo de Parceria - se revela como um mecanismo mais inteligente, mais sustentável e inclusive mais legítimo do que os velhos mecanismos de financiamento indireto ainda utilizados. [...] O que não se pode é cortar uma coisa enquanto a outra ainda não se consolidou. E no Brasil fizemos isto: cortamos em 1995 a dedução do imposto de renda para as doações de pessoas físicas e reduzimos, de 5% para 2%, a dedução das doações das pessoas jurídicas - sem qualquer preocupação em colocar no lugar outro mecanismo. Entretanto, enquanto não se obtém avanços no sistema de financiamento como um todo, conseguimos que a Receita Federal reconhecesse o direito das OSCIPs de receberem doações dedutíveis do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. De acordo com a Medida Provisória no 2113-32 de 21 de junho de 2001, artigos 59 e 60, a lei no 9.249/95 passa a abranger também as entidades qualificadas como OSCIP. Essa lei permite a dedução no Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas até o limite de 2% sobre o lucro operacional das doações efetuadas a organizações da sociedade (Franco, 2001, p.9).

O que está no bojo das contradições e é exposto ou visto como embargo para a imposição autoritária da reforma do Estado brasileiros de acordo com a concepção neoliberal do intelectuais do PSDB e do capital alocados na Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária no governo de FHC e não permitia a intervenção a execução da reforma é uma resistência burocrática retrógrada.

Segundo Franco (2001) na Cartilha da OSCIP:

Resumindo, a Lei 9.790 ainda não "pegou" e vai demorar a "pegar", por vários motivos. Em primeiro lugar, porque os dirigentes e funcionários estatais, por preconceito ou desconhecimento, ainda não se dispuseram a fomentar as atividades públicas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, celebrando com elas Termos de Parceria. Existe lei que autoriza, mas não existe ainda decisão de fazer. E cada administrador, por insegurança ou medo, fica esperando o outro fazer primeiro para ver no que vai dar. Enquanto isso, ninguém faz - nem no Governo Federal, nem nos Governos Estaduais e Municipais. E é engraçado que isso ocorra, em todas as faixas do espectro

ideológico: o Governo Federal não faz, mas os governos estaduais e municipais, cujos titulares se declaram de oposição ao Governo Federal, também não fazem - o que confirma a avaliação de que estamos lidando com uma inovação que atinge, indistintamente, a cultura estatista ainda predominante e generalizada. Em segundo lugar, porque as entidades sem fins lucrativos já reconhecidas pelo Estado, ainda estão inseguras diante de uma inovação que coexiste contraditoriamente com o velho marco regulatório que as abriga e têm medo de perder os poucos benefícios que auferem. Em terceiro lugar, porque a mudança do marco legal enfrenta um cipoal contraditório de normas que não pode ser removido de uma vez, gerando numerosas dificuldades. Por exemplo, a Lei 9.790 permite remunerar dirigentes, pondo fim a uma hipocrisia institucionalizada, que vigora há décadas no país: os verdadeiros dirigentes das organizações travestem-se de funcionários executivos colocando "laranjas" nas diretorias de suas entidades; e fazem-no para não perder velhos títulos que lhes dão direitos a benefícios, como a Utilidade Pública Federal. Além disso, ocorre que a legislação em vigor não reconhece como isentas do Imposto de Renda aquelas entidades que remuneram dirigentes. Para mudar, de uma vez, o marco legal do Terceiro Setor não basta uma lei, nem, talvez, uma dúzia delas. Seria necessário, a rigor, uma espécie de "Constituinte do Terceiro Setor" (Franco, 2001, p.9-10).

Diante disso, põe-se a estratégia da interlocução política do PCS- que consiste em: “não sendo possível trilhar, de pronto, este caminho, temos que avançar passo a passo. É o que estamos tentando”, afirma Franco (2001, p.10).

Com isso o PCS chega ao ideal neoliberal de maior avanço da reforma do Estado no Brasil desviando o foco da reforma estrutural do Capital para a necessidade de se impor políticas de focalização neoliberal de combate à fome, à pobreza e à miséria. A concepção dos intelectuais do Capital e das múltiplas áreas de interesses na reforma do Estado consiste na defesa de indução e publicização a todo custo de aprovação do Marco legal.

Conforme defende Franco (2001):

Destarte, não se deve alimentar falsas expectativas quanto a abrangência da Lei 9.790/99. Entidades declaradas falsamente sem fins lucrativos não devem buscar aderir ao novo sistema, pois nele não terão guarida face aos controles rígidos que institui. Felizmente, o número dessas instituições, chamadas jocosamente de "pilantrópicas", é muito pequeno diante das cerca de 250 mil organizações do Terceiro Setor existentes no país. Ao contrário do que diz a imprensa, a imensa maioria das organizações do Terceiro Setor é séria, honesta, não vive de dinheiro público. A maior parte dessas organizações se mantém exclusivamente pela solidariedade do nosso povo e pelo dinamismo da Sociedade Civil brasileira, que são também imensos, ao contrário do que prejudgam aqueles aos quais faltam tais sentimentos republicanos e cidadãos. (Franco, 2001, p.11).

Uma das contradições que está presente na interlocução política do Comunidade Solidária e no processo indução da reforma do Estado é o fato de existe todo um interesse desses intelectuais diversos em promover a reforma e articular agenda neoliberal para inserção das organizações não-governamentais e estabelecer parcerias entre publico

privada, específicas que estão qualificadas e alinhadas aos do Conselho do Comunidade Solidária. Porém as ONGs que fazem oposição ou criticam o PCS não possuem os mesmos privilégios e as mesmas qualificações do PCS. Isso é evidente por exemplo na forma como PCS trata ONGs ou movimentos como o MST defensor da reforma agrária no país, para o PCS essas ONGs não pode receber auxílio ou financiamentos do Estado ou certificação e qualificação de filantrópica; mesmo caso se aplica a ONG, “Greenpeace-Brasil” que faz oposição ao governo de FHC e as políticas ambientalistas. Para a interlocução do Comunidade Solidária essas ONGs, não podem ser consideradas filantropias e nem deve ser reconhecida pelo novo processo de Interlocução Política do PCS.

Nesse nicho também se tornavam exclusas das filantropias escolas e hospitais que cobravam total ou parcial por seus serviços.

Segundo Franco (2001) sobre essa questão:

A Lei 9.790, como dissemos anteriormente, foi feita para fortalecer a Sociedade Civil, aumentar o Capital Social do país, por meio da criação de condições para a expansão do Terceiro Setor. Não é uma lei, apenas ou principalmente, para os menos de 10% que estão dentro, mas para uma parte considerável dos 90% que estão fora - excluídos de qualquer reconhecimento institucional e sem condições de se manter com um mínimo de sustentabilidade. Os propositores da nova lei do Terceiro Setor não fazem parte de um lobby de ONGs incluídas, mas sim de um conjunto de pessoas que tem por missão fortalecer a Sociedade Civil e viabilizar parcerias entre Estado e Sociedade para empreender iniciativas inovadoras de desenvolvimento social no enfrentamento da pobreza e da exclusão (Franco, 2001, p.12).

Franco (2001, p.13) afirma sobre o Marco legal: “Para concluir quero dizer que, pessoalmente, não tenho a menor dúvida de que a Lei 9.790 vai “pegar” e que o novo sistema classificatório vai, progressivamente, se consolidar no Brasil”.

No fundo das contradições da “Lei 9790/99. E dos objetivos e projetos da Interlocução Política à indução do PCS – estão o ideal de promover: ‘O início do processo de atualização da legislação brasileira que passa a reconhecer a importância e as especificidades da esfera pública não estatal’” (Franco, 2001, p.20).

A defesa da reforma do Estado brasileiro pelos intelectuais do Capital, atuantes nas ações da Interlocução Política do Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária além de fundamentar e promover a inserção do Brasil no neoliberalismo. Tem à frente da articulação do Marco Legal intelectuais que produziram não somente o programa da reforma neoliberal, mas também produziram teses de doutoramento em

universidades publicas como Universidade de Brasília- (UNB) sobre o tema da reforma neoliberal e que nos explicitam claramente qual é a concepção teórica do Comunidade Solidária, o ideal do Governo de FHC e das parcerias com a sociedade civil. A exemplo disso, temos a “Tese de Doutorado: A Reforma do Marco Legal do terceiro Setor no Brasil: a Criação da Lei Das OSCIP(LEI9.790/99)”, de Elisabete Roseli Ferrarezi, na qual a intelectual, Assessora do Conselho do Comunidade Solidária, explicita a concepção teórica que norteia /orienta a reforma do Estado brasileiro. Conforme já mostramos nas partes anteriores.

Essa intelectual do capital e do PCS afirma na sua tese de doutoramento, ao tratar do tema reforma do Estado, mostra que os autores que inspiram o programa neoliberal em execução Brasil são os mesmos que nortearam as reformas na OCDE.

Segundo Ferrarezi (2007):

Para discutir a reconfiguração do papel do Estado e as mudanças pelas quais passou nas últimas décadas – o que veio possibilitar a entrada da reforma da legislação relacionada ao terceiro setor na agenda governamental –, recorreremos aos conceitos de modernidade, de reflexividade e de globalização de Anthony Giddens para contextualizar esse processo mundial e como o Brasil nele se insere” (Ferrarezi, 2007, p.14).

Segundo Scherer (2001), Souza (2001) Amorim (2001) e Rocha (2001) sobre esse processo afirma que: “os ideais neoliberais postos em marcha nos países do terceiro Mundo, ainda que tenham ligação estreita com os pressupostos do radicalismo neoliberal, seguem, na verdade, os pressupostos desenvolvidos pelo Banco Mundial” (p.113).

As recomendações de Cellard (2021) sobre a análise de documentos contribui grandemente com a presente pesquisa quando observamos a papel do(as) autor(ras) frente da Interlocução política do Conselho do Comunidade Solidária, e como ela nos apresentar concepção teórica que norteia projeto político que inseriu o Brasil no neoliberalismo. Sobre a importância dos atores envolvidos na produção desses documentos Cellard (2021, p.300), afirma que: “não se pode pensar em interpretar um texto, sem previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever”.

Essa mesma concepção teórica defendida por Ferrarezi (2007), está presente no livro: *Um novo referencial para ação social do estado e da sociedade: Sete lições da experiencia da Comunidade Solidária*, assinado por Ruth Cardoso, Augusto de Franco e Miguel Darcy (2000). Esses três autores/intelectuais do PSDB e do capital à frente do programa da Interlocução Política nesses seis anos de 1996 a 2002 representam a

Presidente do Conselho do Comunidade Solidária, além disso, os três juntos formam também o Comitê Executivo do Conselho do Comunidade Solidária no governo de FHC.

Segundo Cardoso (2000), em sua obra *Sete lições da experiência da Comunidade Solidária*, a concepção teórica do programa de reforma do Estado brasileiro é construída diante do:

crescente protagonismo dos cidadãos e de suas organizações na esfera pública é um fenômeno recente e global, contemporâneo da emergência do que vários autores qualificam como uma sociedade mais flexiva, energizada, inteligente. Não porque seus integrantes sejam pessoas intelectualmente mais bem dotadas e sim, porque são constantemente chamadas a reproduzir juízos de valor e a formular escolhas, onde antes havia apenas conformação a um destino pré-estabelecido(Giddens), Personalidades flexíveis capazes de se reinventarem e se reconstruírem para fazer frente a novos desafios (Castells); cidadãos capazes de transformar o espaço público num campo argumentativo, em que valores e interesses são objeto de deliberação coletiva(Habermas).[...] No Brasil, a emergência desse perfil de sociedade democrática – pluralista, dinâmica e conflitiva- requer e favorece uma transformação nos padrões de atuação do Estado e no seu modo de relacionamento com a sociedade civil, num processo cujo desenvolvimento acelerado levanta novos desafios e exige profundas mudanças conceituais (Cardoso, 2000).

Segundo Antunes (2009), a concepção teórica que orienta a Secretaria Executiva do Conselho do Conselho do Comunidade Solidária e o grupo de Intelectuais do PSDB e do Capital à frente do Programa de reforma do Estado, no governo de FHC, encontra em

Giddens um claro desenho desse projeto: “A terceira Via” apresenta um cenário bastante diverso dessas duas alternativas [Social -democracia e neoliberalismo]. Algumas das críticas formuladas pela nova direita ao Welfare State são válidas. As instituições de bem-estar são muitas vezes alienantes e burocráticas; benefícios previdenciários criam direitos adquiridos e podem acarretar consequências perversas, subvertendo o que originalmente tinha como alvo. O welfare State precisa de uma reforma radical, não para reduzi-lo, mas para fazer com que responda às circunstâncias nas quais vivemos hoje (Antunes, 2009, p.98-99).

É primordialmente essa concepção teórica inspirada em Giddens e os ideais neoliberal de promover a reforma radical do Estado brasileiro, que o Conselho do Comunidade Solidária incorpora para promover o Marco Legal, por meio da Interlocução Política nestes seis anos, presente nesse documento, produzido para subsidiar os Coordenadores, Conselheiros e pareceristas da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária no governo de FHC.

Para Antunes (2009, p.99) compreender:

Politicamente, a Terceira Via representa um movimento de modernização do centro. Embora aceite o valor socialista básico da justiça social ela rejeita a

política de classe, buscando uma base de apoio que repasse as classes da sociedade (Antunes, 2009, p.99).

Para Hey (2008), refletir sobre a concepção teórica que orienta os Conselho do Comunidade Solidária é acima de tudo compreender:

o poder da agenda imposta, significa que o discurso dominante sobre o mundo social não tem somente a função de legitimar a dominação, mas também a tarefa de orientar a ação destinada a perpetuá-la, de modo a transmitir uma moral, uma direção e diretrizes àqueles que dirigem e que executam essa dominação. É daí, que o discurso dominante necessita se impor como uma política realista (Hey, 2008, p.51).

Buscamos nesse subtópico compreender a visão e Concepção teórica metodológica que esta posta na Interlocação Política do PCS. Nesse documento macro que orienta a Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária e nos demais documentos que aparecem aqui como extensão das demais publicações para execução da agenda e publicização estratégica das ideologias e marketing do PCS.

A seguir destacaremos o corpo de intelectuais de ponta do Capital e de Estado à frente da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária segundo o documento sobre os seis anos da Interlocação Política de 1996-2002.

4.1 Intelectuais/atores à frente do conselho do Comunidade Solidária: hierarquia, projeto, cargos e funções

Nessa parte apresentamos quem são os intelectuais e /ou atores que fazem a Interlocação Política à frente da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária durante o governo de FHC, tomando como base a apresentação dos *Seis anos de Interlocação, Metodologia, Resultados e Avaliação 1996-2002*.

Em nosso debate buscamos entender quem ou quais são os intelectuais à frente do PCS tanto PDSB quanto do Capital e de Estado que compõem o programa de reforma do Estado brasileiro. Isto posto, recorreremos a Cellard (2021) sobre a importância da análise de documentos nos trazer alguns princípios que nos permitem desvelar cargos, funções, projetos, quais são as hierarquias que compõem o documento; quais poderes buscam aqueles que produziram tais documentos; quais interesses emanam em tal proposta e a quem se alinham.

De acordo com Cellard (2021),

uma boa compreensão do contexto é, pois, crucial, em todas as etapas de uma pesquisa documental, tanto no momento da elaboração de um problema, da escolha das pistas a seguir para descobrir as principais bases de arquivos, quanto no momento da análise propriamente dita. Esse conhecimento deve também ser global, pois nunca se pode saber de antemão quais são os elementos da vida social que será útil conhecer quando chegar no momento de formular interpretações e explicações. Parece-nos evidente que, para produzir uma análise por menos que seja rica e crível, o pesquisador deve possuir um conhecimento íntimo da sociedade, cujos depoimentos ele interpreta. (Cellard, 2021, p.300).

Seguindo esses pressupostos teórico-metodológicos nos apresentamos os membros da Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária tomando como base esse documento.

Segundo Cardoso (2002), o Conselho da Comunidade Solidária teve como atores responsáveis pela Interlocação Política da Secretaria Executiva do Conselho:

Presidente: Ruth Cardoso. **Comitê Executivo:** Ruth Cardoso (Conselheira), Augusto de Franco (Conselheiro), Miguel Darcy (Conselheiro). **Interlocação Política:** Augusto de Franco (Conselheiro), Elisabete Ferrarezi (Assessora), Rosana Sperandio (Assessora) e Valéria Rezende (Assessora). **Elaboração desta publicação:** Augusto de Franco, Elisabete Ferrarezi, Rosana Sperandio e Valéria Rezende. **Secretárias:** Célia Regina Costa Mendes, Maria Célia Lima Carneiro. **Edição:** Elzira Arantes e **Projeto de Editoração:** Alex Furini (Cardoso, 2002, p.1).

Esse documento traz a origem geral da “Interlocação Política da Secretaria Executiva do Conselho “das ações e realizações dos programas gerais e projetos desenvolvidos pelo Comunidade Solidária, Comunidade Ativa, Rede sol e Projeto Alvorada e todos os projeto sucessores que surgem das iniciativas e políticas neoliberais orquestradas por Ruth Cardo como Presidente de Conselho do Comunidade Solidária junto ao governo de FHC.

A análise profunda desse documento nos põe diante da primeira linha dos intelectuais mais refinados das Ciências Sociais como é o caso da Presidente do conselho da Comunidade Solidária, a Ex Primeira-Dama Ruth Cardoso.

A nossa ideia central aqui é levantar e apresentar as contradições presentes nesse material que é o cerne ou a porta de entrada do Brasil no Neoliberalismo, a partir da interlocação política constrói-se planejamento das ações que foram executadas pela Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária; juntamente com os intelectuais mais refinados das Ciências Sociais que foram cooptados pelo capital e / ou

se renderam ao Programa do Comunidade Solidária desde o início da interlocução das políticas neoliberais para promover as reformas do Estado brasileiro, no governo de FHC.

Tomando como base a presente fonte, nós elaboramos um quadro geral das “Publicações da Interlocução Política” realizadas pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária que orientam e norteiam o processo de reforma do Estado brasileiro e também evidenciam a abertura para parceria diversas entre público privado e /ou mostra como o processo das ações da interlocução política deu os primeiros passos para promover a reforma neoliberal no país durante o governo de FHC.

A seguir elaboramos um quadro com as principais publicações feitas pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária no Período de 1996-2002, de acordo com esse documento.

3.2 Documentos oficiais e publicações da Secretaria Executiva do Conselho (1996-2002)

Segundo Cardoso (2002, p.34), as publicações são:

Tabela 5

Ano	Obra
1996	Vol. 1: A Reforma agrária no Brasil: IPEA/ Comunidade Solidária
1996	Vol.2: Segurança alimentar e nutricional no Brasil. Brasília: IPEA/Comunidade Solidária
1997	Vol.3: Criança e adolescente. Brasília: IPEA/ Comunidade Solidária
1997	Vol.4: Alternativa de ocupação e renda. Brasília: IPEA/Comunidade Solidária
1997	Edição especial: Coletânea dos Documentos Finais das cinco primeiras Rodadas. Brasília: IPEA/Comunidade Solidária
1998	Vol.5: Marco legal do Terceiro Setor Brasília: IPEA/Comunidade Solidária
1996	Vol.6:Desenvolvimento local integral e sustentável-Documento Final e Catálogo de programas de renda mínima – resultados e perspectiva. Brasília: Secretaria executiva da Comunidade Solidária

1997	Como implementar o Estatuto da Criança e do adolescente. Brasília: Comunidade Solidária
1997	O Menino Maluquinho vira a panela: Brasília: Comunidade Solidária
1997	Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária: Balanço da implementação das propostas aprovadas: Brasília: Comunidade Solidária
1997	Construído a agenda Social: síntese preliminar das seis Rodadas de Interlocação do Conselho do Comunidade solidária (1996-1996). Brasília: Comunidade Solidária
1998	Coletânea Legislação do Terceiro Setor, Fundação Grupo Esquel Brasil e Conselho da Comunidade Solidária. Brasília: Comunidade Solidária/Unesco/BID/FBB/,
1998	Série Marco Legal do terceiro setor.
1998	Construindo uma nova relação Estado-Sociedade – a Experiência da Comunidade Solidária. Brasília: Comunidade Solidária
1998	(Des)encandeando inovações: os subprodutos dos programas inovadores da Comunidade Solidária. Brasília: Comunidade Solidária
2000	Um novo Referencial para ação do Estado e da Sociedade – Sete Lições da Experiência do Comunidade Solidária. Ruth CARDOSO, Augusto de FRANCO e Miguel DARCY. Brasília: Comunidade Solidária
2002	Oscip- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- a Lei 9.790/99 como alternativa para o Terceiro Setor. Elisabete FERRAREZI e Valéria REZENDE.2 ed. Brasília; Comunidade Solidária
2002	Introdução ao microcrédito. Valéria REZENDE. Et al. Brasília: Comunidade Solidária

Fonte: Elaboração nossa partir das informações presentes no documento sobre as publicações oficiais da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária

Nós optamos por destacar estas informações das *Publicações da Interlocação Política* da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária. Com o propósito de apontar parte das contradições presentes nos documentos que foram feitos para subsidiar Conselheiros, Coordenadores e Assessores da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, como é o caso dos *Seis Anos da Interlocação Política*, diferente

dos demais documentos ou fontes que foram produzidas pela Secretaria Executiva do Conselho para se tornar publico ou com o propósito de publicizar a agenda da reforma do Estado brasileiro. Esse documento nunca foi tornado publico anteriormente e é mantido nas bibliotecas do Enap, Unicamp e FGV desde o período da reforma e da Interlocação Política do Conselho, mesmo passados quase quatro décadas, nós enfrentamos muitas burocracias para acessá-lo.

Numa breve síntese/ ou aposentação desse documento. Essa fonte traz o passo a passo da Interlocação Política, ações, estratégias, Metodologia e Resultados alcançados pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária durante o processo da inserção do Brasil no neoliberalismo; juntamente com o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Ela Também evidencia a maior conquista / ou resultado da Interlocação Política que foi a aprovação da Lei 9.790/99 ou Lei das Oscip, como marco ou início da reforma do Estado brasileiro de 1996 a 2002. É perceptível a origem das políticas neoliberais e seu aprofundamento desde então, até os dias atuais.

Refletir sobre o processo da Interlocação Política, Metodologia e Resultados alcançados pela Secretaria Executiva do conselho do Comunidade Solidária nos remete investigar os interessados no processo da reforma do Estado brasileiro, membros da sociedade civil, empresas privadas, ministros do Estado, intelectuais que se renderam à proposta do Capital e aos ideais neoliberal durante o governo de FHC.

De acordo com Peliano (1995, p.25) a aprovação do Marco Legal contou com o: “Consultivo à Presidência da República, foi nomeado pelo presidente da República e vinculado à Casa Civil, Integrado por dez ministros de Estado⁹, pela Secretaria Executiva do Comunidade Solidária e 21 personalidades da sociedade civil¹⁰”.

⁹ Segundo Peliano (1995, p.25), os dez ministros a compor as ideias da reforma do Estado brasileiro foram: “Agricultura, Casa Civil, Educação, Esportes, Fazenda, Justiça, Planejamento e Orçamento, Previdência e Assistência Social, Saúde e Trabalho.

¹⁰ De acordo com Peliano(1995), a Secretaria Executiva do Comunidade Solidária e as 21 Personalidades da Sociedade civil foi composta pelos seguintes atores :” Ruth Cardoso (Presidente), André Roberto Spitz, Arzemiro Hoffmann, Augusto César Franco, Denise Dourado Dora, Éfrem de Aguiar Maranhão, Gilberto Gil, Hélio de Souza Santos, Hebert José de Souza, Joaquim de Arruda Falcão Neto, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Dom Luciano Mendes de Almeida, Maria do Carmo Brandt de Carvalho, Miguel Darcy de Oliveira, Ney Bittencourt de Araújo, Pedro Moreira Salles, Regina Duarte, Renato Aragão, Romeu Padilha de Figueiredo, Sergio Eduardo Arbulu Mendonça e Sonia Mirian Draibe (Peliano,1995, p.25)

Observa-se que de fato, processo da interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho Galga seu primeiro Resultado com a provação do Marco Legal e/ou aprovação da Lei das Oscip:9.790/99 e com isso firma o programa de reforma continua ou ininterrupta do Estado em todas as esferas prováveis.

A seguir destacamos as atribuições e /ou as premissas que orientam à interlocução Política nesse período de maior ação dos intelectuais a frente do PCS.

4.3 As atribuições ou premissas da interlocução política de 1996-2002

Partindo desses pressupostos, observa-se que o programa da reforma do Estado brasileiro teve desde o início, a nomeação do Presidente da República Fernando Henrique Cardosos associado a Casa Civil. Integrado por dez ministros de Estado, pela Secretaria Executiva do Comunidade Solidária mais as 21 personalidades da sociedade civil.

Observa-se que a interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária ganha força para executar as reformas do Estado, a partir do apoio do Estado neoliberal do governo FHC e dez ministros de Estado e sociedade civil. Conforme nos afirma Peliano (1995), com essa vitória da Interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho impõem-se as seguintes atribuições para executar as reformas do Estado:

propor e opinar sobre as ações de combate à fome e à miséria; incentivar na sociedade o desenvolvimento de organizações e ações que atuem no combate à pobreza e à fome; estimular a parceria e a integração entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando à complementaridade das ações desenvolvidas; e promover campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à pobreza e à fome objetivando integração de esforços do governo e da sociedade (Peliano, 1995, p.25)

Sendo a parceria entre público privado uma das características do neoliberalismo, coube a Ruth Cardoso, como Presidente da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, abrir as portas/caminhos e promover os ideais do programa de reforma do Estado brasileiro que conecta as três esferas do Estado: federal, estadual e municipal para uma nova concepção de parceria norteadas pelo ideal do “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)”. Esse conceito está presente nesse documento, mas vai ganhar visibilidade maior no Comunidade Ativa, conforme veremos mais adiante.

Destacam-se no processo da interlocução política, as investidas da Secretaria Executiva do Conselho em catorze Rodadas da Introdução Política com diversos temas até a aprovação do Marco legal. Trataremos mais adiante sobre os temas e as catorze Rodadas de Interlocução Política no próximo subtópico.

Segundo Cardoso (2002):

Entre junho de 1996 e junho de 2002, o Conselho da Comunidade Solidária realizou catorze Rodadas de Interlocução Política sobre os mais diversos temas: reforma agrária, renda mínima e educação fundamental, insucesso escolar, marco legal do terceiro setor, microcrédito, desenvolvimento local e sustentável (Cardoso, 2002, p.7).

De acordo com Cardoso (2002, p.7): “a Interlocução Política foi uma das três vertentes da atuação da Comunidade Solidária”.

Cardoso (2002) a apresenta na introdução, um pouco da história íntima de sucesso e insucesso do processo de inserção do Brasil no neoliberalismo, e das contradições que compõem o processo da Interlocução Política, a partir da construção da Secretaria executiva do Conselho da Comunidade Solidária e dos atores/ Intelectuais cooptados pelo Capital à frente do programa neoliberal de reforma do Estado brasileiro 1996-2002.

Segundo Cardoso (2002):

O trabalho de nós exigido trouxe um certo cansaço e algumas alegrias. Fomos ajudados por várias pessoas, dentre as quais, quero destacar, no início, quando ainda estávamos engatinhando na definição de metodologia; Nathalia Beghin (à época, assessora da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária); depois, Elisabete Ferrarezi e Renata Sperandio; e, mais recente, Valéria Rezende (as três últimas, assessoras do Conselho e minhas colegas de sala). No entanto, a Interlocução Política deu certo. Gerou novas leis e novos programas que estão em vigor. Provou que conversar, dialogar, preparar sistematicamente processos de consulta e de discussão pode dar resultado. Parte do pessoal do Governo Federal, sobretudo no início, não acreditava muito na iniciativa. Havia quem, da própria sociedade civil, dissesse que a coisa lembrava um certo assembleísmo. No entanto, a Interlocução Política foi justificada pelos seus frutos. Em face dos resultados alcançados esfumaçaram-se algumas críticas dos mais cétricos (Cardoso, 2002, p.07).

A Seguir faremos destaques sobre a importância dos intelectuais, pesquisadores, sociólogos e antropólogos à frente da construção interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária e também de como esses intelectuais refinando das Ciências sociais e/ou Humanidades fazem uso dos Conceitos e autores clássicos da sociologia e antropologia contemporânea para construir o quadro teórico metodológico da reforma do Estado brasileiro, durante o governo de FHC.

No próximo tópico veremos que a capilaridade dos intelectuais do PSDB e do Capital à frente do PCS tem papel fundamental para conduzir e promover a reforma do Estado, esses intelectuais do PSDB e do Capital trazem para o processo da Interlocução Política do Conselho do Comunidade Solidária autores clássicos da ciências socais para subsidiar a articulação filosófica e política nesse processo.

4.4 A metodologia e seu papel estratégico no processo da interlocução política

Nós destacamos neste ponto da presente discussão uma das maiores contradições presentes no processo da “Interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária” que é a confiança depositada por Ruth Cardoso nos princípios “teórico/“metodológico” elaborada pelos mais refinados pesquisadoras(es) da Ciências Sociais e Humanidades para ser usado no tocante da inserção do Brasil no neoliberalismo e a implementação da reforma contínua do Estado brasileiro de 1996-2002.

Destacamos como exemplo desses intelectuais à frente da elaboração metodológica do projeto da “Interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária”, nesses seis anos, a própria Ruth Cardoso, enquanto Antropóloga, pesquisadora e Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP). Fernando Henrique Cardoso é Sociólogo, Professor e pesquisador do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) entre outros.

A análise desse documento nos permite apontar uma das maiores contradições presentes nesse documento, feita por Ruth Cardoso, logo na apresentação.

Cardoso (2002), ao apresentar o documento refuta que a interlocução política do PCS seja traga marcas filosófica articuladas pelas ciências sociais ou acadêmicas; para Cardoso (2002, p.5) “Tal processo não se restringe à realização de reuniões, nem visa à promoção de debates de natureza acadêmica”. Entretanto a “Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária no processo de Interlocução Política” vale -se do conhecimento e conceitos mais renomados da sociologia e antropologia clássica contemporânea para executar os objetivos do projeto da Interlocução Política que consiste

em aprovar o “Marco legal -ou Lei 9790/99/ Lei das Oscip” - e dar início ao processo de reforma do Estado.

Afirma Cardoso (2002), sobre esse processo:

Pelo contrário, o objetivo de construir um espaço democrático para diálogo plural entre atores, sem escamotear conflitos, redundou em conquistas importantes como, por exemplo, os avanços na revisão das leis que regulam o terceiro setor e microcrédito, e no desenho de novos programas, além de trazer propostas e temas inovadores para a agenda governamental (Cardoso, 2002, p.5).

Quanto a metodologia a ser seguida pela Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária. Segundo Cardoso (2002, pp.17-18), existem alguns pressupostos que norteiam o processo da “tecnologia da Interlocução Política só pode ser aplicada sob certas condições”.

A condição para usar o método de acordo com Cardoso (2002, p.18) é: “necessário, em primeiro lugar, ter um âmbito institucional favorável, que suporte e avalie o processo e seja reconhecido pelos participantes”.

Além disso, Cardoso (2002), determina que a metodologia deve possuir princípios teórico metodológico rígido no processo da Interlocução Política e nas ações para atingir os objetivos estipulados pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária; conforme mostram os destaques a seguir extraídos desses documentos, sobre a execução da metodologia:

o importante é que a aceitação do convite para participara das Rodadas já signifique a celebração prévia de um pacto tácito de valorização do diálogo entre os interlocutores, isto é, de que a sua participação implica comprometimento com o processo, concordância com a metodologia que será empregada e respeito às regras. Isso pressupõe que o âmbito institucional no qual se dará o processo e seus promotores sejam reconhecidos como interlocutores capazes de promover a Rodada, respeitados pelas suas competências gerais e específicas ou pela sua dedicação ao tema. A terceira condição é preparação daqueles que operam as Rodadas. É necessário que exista uma equipe qualificada para conduzir todo o processo, desde a pesquisa sobre o tema e a elaboração dos primeiros documentos de consulta, passando pela realização das reuniões preparatórias consolidação dos documentos básicos e listagem e negociação das propostas, até a reunião final e a montagem e o acompanhamento das comissões que forem formadas (Cardoso, 2002, p.18).

Como parte das estratégias metodológica da interlocução política da Secretaria executiva do Conselho do Comunidade Solidária, após “a montagem e o

acompanhamento das comissões que foram formadas”, conforme destacamos no trecho acima. Dentre tais atores/ operadores.

Segundo Cardoso (2002):

é absolutamente necessário existir pelo menos uma pessoa com suficiente conhecimento da chamada arte da política”, ou seja, com experiência acumulada de articulação, com vocação para o diálogo, firmeza de propósitos, flexibilidade tática e habilidades de negociação. Também é necessário existir pessoas com habilidades de sistematização teórica, capacidade de elaboração, e interpretação e síntese. Por último, é necessário que existam, no grupo dos operadores (ou que a ele possam temporariamente se associar), pessoas com conhecimentos específicos do tema que está sendo objeto da Rodada de Interlocução Política (Cardoso, 2002, p.18).

A passagem acima, sobre a metodologia da Interlocução Política do PCS mostra as contradições perenes e eminentes do processo de articulação e construção da reforma do Estado exigem intelectuais formados e com experiência para conduzir as Rodadas de interlocução.

A Secretaria Executiva, Ruth Cardoso (2002), deixa explícito que é fundamental ter entre esses intelectuais pessoas formadas e que dominem os conceitos teóricos das ciências sociais e da filosofia para conduzir as propostas e firmar os ideais do PCS, mostrando assim que não se trata de um projeto ingênuo essa construção democrática, mas o contrário.

De acordo Cruz *et al*, nas suas pesquisas e reflexões,

Essas pesquisadoras nos mostram que: Embora denominado Programa, o Comunidade Solidária coloca-se, em nível do discurso, como uma estratégia de articulação dos três níveis governamentais, de convergência de ações da sociedade civil e do Estado e de Integração de iniciativas federais em áreas geográficas pré-selecionadas (municípios do país com maior concentração de pobreza), pretendendo ultrapassar o campo que tradicionalmente demarca o espaço das políticas sociais. A partir da ótica preconizada, o Comunidade Solidária coloca-se como uma nova maneira de enfrentar a questão social, propondo-se a integrar e descentralizar as ações governamentais, abrindo-se à participação e parceria com a sociedade. (Cruz *et al*, 2001, p.72).

Dessa forma, mais do que desenvolver programas, a Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária busca por meio da sua Interlocução Política implementar, de acordo com essas pesquisadoras (2001, p.73), “um gerenciamento eficiente e um atendimento eficaz de ações governamentais já existentes, de forma a obter uma equidade de resultados”. PCS- busca ainda como cerne das suas propostas gerar e articular programas desenvolver programas considerados essenciais (que tragam

visibilidades e resultados e acima de tudo, recebam um selo de prioridade). “A interlocução política tem como propósitos: as ideias da descentralização, parceria governo/sociedade civil, integração e focalização, enquanto princípios gerenciais básicos para garantir o alcance dos seus objetivos propostos”.

Elaboramos a seguir, uma tabela para ilustrar o processo dessa estratégia metodológica de Interlocução Política, passo -a- passo geral para mostrar o processo ideológico.

Tabela 6

Passo 1-	Escolha do Tema
Passo 2-	Escolha dos Interlocutores
Passo 3-	Convite aos Interlocutores
Passo 4-	Pesquisa Sobre O Tema
Passo 5-	Consulta
Passo 6-	Construção de Consensos e O Documento Base
Passo 7-	Documento Base (Versão Final)
Passo 8-	Reunião Plenária
Passo 9-	Encaminhamentos
Passo 10-	Documento Final
Passo 11-	Reunião de Balanço e Avaliação

Fonte: Elaborada pelo autor

Quanto aos temas abordados no processo de interlocução política e atuação da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, durante os seis anos. Destacam-se sempre os resultados, a publicização dos temas e agendas primordialmente, no que tange a proposta de reforma do Estado brasileiro tocada pela Secretaria Executiva do Conselho durante todos os eventos da Interlocução Política.

Segundo Cardoso (2002, p.25), “a interlocução abordou alguns dos principais temas da agenda social brasileira”. Além disso, “vários deles produziram um extenso número de propostas, muitas das quais lograram traduzir-se em medidas efetivamente adotadas pelo governo ou pela sociedade”.

A seguir elaboramos um quadro com temas tratados nas Rodadas de Interlocução Política. Nós usamos como base esse documento.

Tabela 7

Data	Tema	Nº da Rodada	Gestão
5/8/96	Reforma Agrária	Primeira	1995-1996
26/8/96	Renda Mínima e Educação Fundamental	Segunda	
29/10/ 96	Segurança Alimentar e Nutricional	Terceira	
12/5/97	Criança e Adolescente	Quarta	1997-1998
25/8/97	Alternativas de Ocupação e Renda	Quinta	
6/10/97	Marco Legal do Terceiro Setor	Sexta	
8/12/98	Síntese Preliminar da Agenda Social	Sétima	
16/3/98	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável	Oitava	
4/5/98	Continuação da Sexta Rodada de Interlocução Política-Marco Legal do terceiro Setor		
31/05/99	Desenvolvimento Lega Integral e Sustentável	Nona	

30/8/99	Por uma Estratégia em Prol do Segmento Jovem	Décima	
29/11/00	A Cúpula Mundial de Copenhague e a Exclusão Social no Brasil- Estratégias Inovadoras de Inclusão no Campo da Educação : A parceria entre Estado e Sociedade para a Redução do Insucesso Escolar	Décima Primeira	1999- 2000
25/9/00	Um Novo Refencial para Ação Social do Estado e da Sociedade- Sete Lições da Experiência da Comunidade Solidária	Décima Segunda	
5/3/01 e 4/10/01	A Expansão do Microcrédito no Brasil	Décima Terceira	2001- 2002
24/6/2002	A Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor	Décima Quarta	
TOTAL			14 RODAS

Fonte: Elaborada pelo autor

Elaborar esse quadro sobre os temas e agendas da reforma do Estado brasileiro, assim como refletir o período da atuação da Interlocação Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária nesses seis anos que vai de 1996 – 2002, nos ajuda a compreender como a Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária no processo de Interlocação Política insere o Brasil no neoliberalismo, a partir da ação /

cooptação de profissionais/ pesquisadores/ Intelectuais do mais alto nível da Ciências Sociais e Humanidades, foi decisivo para executar o programa neoliberal e promover a reforma do Estado de forma contínua e intermitente, não só durante o Governo de FHC. Acima de tudo, a metodologia do PCS mostra como da Interlocação Política do PCS traz a marca desses intelectuais.

Em outras palavras, fica evidente que a Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária no governo de FHC faz uso do embasamento teórico metodológico clássico e que a equipe à frente do Conselho é composta por pesquisadores do mais alto nível, dentro das Ciências Sociais no país.

Refletir sobre a inserção do Brasil no neoliberalismo pela Secretaria do Conselho do Comunidade Solidária durante o governo de FHC é fundamental para pensarmos os impactos das políticas neoliberais no presente. Além disso, trazer essa discussão para o presente é primordial, pois mostra que estes pesquisadores fazem uso do conhecimento das ciências sociais em prol do Programa do Comunidade Solidária. A exemplo disso, podemos destacar o Ex Presidente FHC como Sociólogo, Professor e Pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) e A Ex Primeira-Dama, Ruth Cardoso, Como Antropóloga, Professora e Pesquisadora do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP).

Além desses exemplos, observamos que não é uma proposta ingênua e/ ou amadora, a proposta de reforma do Estado brasileiro realizada pela Interlocação Política da Secretária do Conselho do Comunidade Solidária. Portanto, é uma proposta Teórica/ Metodológica fundamentada dentro de um referencial teórico clássico, a partir da sociologia clássica contemporânea e do que há de mais sofisticado na Antropologia. É notável que essa equipe de pesquisadores/as intelectuais usam o referencial teórico metodológico numa parceria com interesses, muito claros, durante o governo de FHC, caracterizado como um governo de privatizações.

Torna-se evidente que a Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária assume e /ou adota um princípios teóricos metodológicos inspirados na sociologia clássica neoliberal pautados na solidariedade.

Segundo Cruz *et al*,

o princípio da Solidariedade é Considerado o cerne de uma nova concepção de Cidadania, vista como adequada a uma sociedade de profunda exclusão social. Opõem-se a suposição da existência de um grupo social- “chave “na sociedade e à ideia de que a realização dos interesses de qualquer grupo específico possa garantir a conquista dos direitos dos demais, especialmente numa sociedade

caracterizada por profundas desigualdades. Os idealizadores dessa estratégia concebem a emancipação como obra conjunta dos incluídos e dos excluídos socialmente (Cruz *et al*, 2001, p.73).

Além disso, segundo Guilhaon (2001, p.73), os idealizadores da Interlocução política: “negam ainda os direitos conquistados por parte de grupos sociais incluídos, ainda que legítimos, tendem a parecer privilégios frente aos excluídos”.

A seguir apresentamos a agenda neoliberal na pauta dos eventos produzidos pela Interlocução Política do PCS: nacional e internacionalmente.

4.4 A interlocução política do PCS: no comando das pautas e agendas da reforma do estado

Segundo Cardoso (2002) nesse documento sobre seis anos da Interlocução Política do Conselho do Comunidade Solidária:

A interlocução Política esteve presente em vários eventos desde que foi implementada. Em alguns momentos organizando esses eventos, em outros, participando como colaboradora. Nos últimos anos, desde a aprovação da Lei 9.790/99, a equipe da Interlocução participou com grande frequência de Seminários para discutir as implicações da lei do Terceiro setor e outras questões relativas ao fortalecimento do setor (Cardoso, 2002, p.37).

De acordo com Cardoso (2002), “além de preparar e realizar as Rodadas da Interlocução Política”, o Conselho do Comunidade Solidária também promove as assessorias. Produzindo e encaminhando os seguintes temas estão entre essas responsabilidades se destacam outros projetos e planejamentos para promover e continuar a reforma do Estado brasileiro. Essa segunda parte da agenda da Interlocução Política sobre as demais atividades já se realiza no Comunidade Ativa, programa que dá continuidade ao Comunidade Solidária.

Segundo Cardoso (2002), o Conselho da Comunidade Solidária/ Comunidade Ativa é responsável pela:

Construção do desenho institucional do Programa Comunidade Ativa da Secretaria da Comunidade Solidária, em 1999.
Reformatação do Programa Comunidade Ativa, em 2001.
Participação em eventos para a discussão e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais.

Realização de Seminários e de reuniões ministeriais sobre os temas abordados pela Interlocação Política em especial sobre a Lei nº 9790/99 e o Termo de Parceria.

Atendimento a cidadãos, a organizações da sociedade civil e a governos.

Pesquisa” Avaliação implementação do Termo de Parceria”.

Elaboração de Notas Técnicas para subsidiar negociações com outras áreas do Governo Federal.

Produção de Informações para Imprensa e Site (Cardoso, 2002, p.40).

Ao analisarmos esse documento, observa-se na “Agenda e Atividades da Interlocação Política do Conselho do Comunidade Solidária/ Comunidade Ativa” que o processo de privatização do Estado brasileiro entra numa nova fase de reformas contínuas no governo de Fernando Henrique Cardoso com o *Comunidade Ativa: Um passo adiante*.

Cabe diretamente a FHC tocar e executar o processo de privatização da economia, das empresas de telecomunicações, empresas mineração e demais áreas das políticas sociais, promover os cortes dos gastos públicos, tirando o Estado da Jogada, cada vez mais deixando o Estado mínimo alinhado às exigências neoliberais.

Segundo Cruz *et al* (2001),

o Programa do Comunidade Solidária pretende atender as necessidades dos seguimentos mais vulneráveis na realidade brasileira, mas o seu discurso atenta para a limitação de tais iniciativas, caso não estejam articuladas a uma política econômica que contabilize estabilização com crescimento e redistribuição de renda (Cruz *et al*, 2001).

De acordo com essas pesquisadoras (2001, p.76), a articulação do PCS “postula, no seu discurso, a consideração da importância da política de assistência social voltada para a garantia dos mínimos sociais para atendimento das necessidades básicas”. Para atender “em especial os seguimentos mais vulneráveis da população brasileira”, de acordo com os preceitos da LOAS.

Dessa forma, conforme nos afirma Peliano (1995, p.76), “a filosofia do PCS seria apenas uma das dimensões da atuação do Estado, que se propõe a enfrentar a pobreza do país”. Além disso, Peliano (1995), defensora do PSC, afirma que, “toda administração pública, e não apenas parte dela, deve assumir o compromisso de enfrentar como chances de sucesso esse enorme desafio”.

4.5 Agendas e pautas na interlocução política do PCS

Reconstruir um quadro histórico desses seminários, fóruns, eventos organizados, fomentados e protagonizados pelo Conselho do Comunidade Solidária, nos ajuda a compreender como se dá a reforma do Estado brasileiros desde o princípio e também compreender que os impactos desse processo surtem diretamente no nosso tempo presente.

Tabela 8

Ano	Evento
1997	II Congresso Interamericano del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública pelo CLAD, em outubro de 1997, na Venezuela Trabalho apresentado: “Estado e setor público não – estatal: Perspectivas para a gestão de novas políticas sociais”.
1998	III Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, promovido pela CLAD, em outubro de 1998, em Madrid. Trabalho Apresentado: “A Mudança do Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil”.
1999	Fórum de Desenvolvimento Local e Sustentável: Workshop realizado em maio de 1999, em Brasília.
1999	“A estratégia de Composição de forças sociais- Estado, empresas e organizações sem fins lucrativos”, promovidos pelo Fórum Permanente do terceiro Setor do Senac/ São Paulo.

	Palestra Proferida: “Oscip e o Termo de Parceria”.
1999	“Seminário Latino-Americano sobre Gerencial Social Inovadora”, promovido pelo BID/Indes, em outubro de 1999, em Assunção, Paraguai. Trabalho apresentado: “Comunidade Ativa: uma estratégia de indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável” .
	Ciclo de debates “Desenvolvimento Local no Centro Metropolitano, promovido pela Finep e Agenda Social – Ibase, em outubro de 1999, no Rio de Janeiro. Palestra Proferida: “Comunidade Ativa: DLIS”.
2000	Seminário “Estratégias Inovadoras de Perecerias no Combate à Exclusão Social”, promovido em parceria pelo PNUD e pela Comunidade Solidária, em janeiro de 2000, em Brasília.
2000	II Fórum Global Estado Democrático no Século XXI, promovido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em maio de 2000, em Brasília.
2000	Workshop sobre Termos de Parceria, promovido pela Secretaria Municipal do Trabalho da Cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2000, n Rio de Janeiro.
2000	III Congresso Multidisciplinar sobre Práticas Urbanas, Habitat Brasil 2000- Encontro Ibero Americano sobre o

	Habitar Urbano, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em setembro de 2000, em Florianópolis/SC. Palestra proferida: “Comunidade Ativa: Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável “.
2000	V Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública pelo CLAD, em outubro de 2000. Em Santo Domingo, República Dominicana. Trabalho apresentado: “A Reforma do Estado e o Novo Marco Legal do terceiro Setor”.
2001	Seminário sobre Oscip, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde e Câmara de Vereadores de São Paulo, em março de 2001, em São Paulo. Palestra proferida: “Oscip e o Termo de Parceria”.
2001	“Termo de Parceria: Novo instrumento de Cooperação entre Poder Público e Oscip”, seminário realizado em parceria pelo Conselho da Comunidade Solidária e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em julho de 2001, em Brasília, com o objetivo de divulgar e incentivar a implementação do Termo de Parceria, instituído pela Lei 9.790/99, e realizar o lançamento do curso promovido pela Enap sobre convênios e Termos de Parceria, direcionado às equipes operacionais do Governo Federal.

2001	Fórum Permanente do Terceiro Setor, promovido pelo Senac/SP, em agosto de 2001, em São Paulo. Palestra proferida: “A Lei das Oscip”.
2001	III Encontro la Red Latinoamericana y del Caribe de la Sociedad Internacional de Investigación del Tercer Sector (ISTR)- Perspectivas Latinoamericanas sobre el Tercer Sector, promovido pelo ISRT, em setembro de 2001, em Buenos Aires, Argentina. Trabalho Apresentado: “O novo marco legal do Terceiro Setor o Brasil”.
2002	I seminário de Parcerias e Sustentabilidade de OGs e ONGs, promovidos pelo Programa Estadual de DST/Aids, em março de 2002, em São Paulo. Palestra promovida: “Oscip e Termo de Parceria”.
2002	“ONGs- Convênios e Parceria com o Poder Público”, seminário promovido pela Associação Brasileira das Organizações Não- Governamentais (Abong) e pela Sociedade Brasileira de Direito Público, em junho de 2002, em São Paulo. Trabalho apresentado: “Análise do Termo de Parceria- Lei nº 9.790/99”.
2002	Seminário Nacional de Microcrédito, 2ª Feira Estadual de Empreendedores do Banco do Povo, em junho de 2002, em Goiânia. Palestra proferida: “Políticas de microcrédito: o

	papel do Conselho da Comunidade Solidária”.
2002	Seminário: Balanço da Reforma do Estado no Brasil: a Nova Gestão Pública”, promovida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em agosto de 2002, em Brasília. Moderação e Participação no painel. “A descentralização para o Terceiro Setor. Novos modelos institucionais: OS e Oscip”.
2002	Seminário Internacional: “Perspectivas para o Terceiro Setor no Século XXI”, promovido pelo Centro de Educação Comunitária para o Trabalho do Senac/SP em parceria com o Consulado Geral dos Estados Unidos, em Unidos, em setembro de 2002, em Campos de Jordão/SP. Palestra: “A Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil”. Na mesa sobre Sustentabilidade.
2002	V Fórum Internacional Microempresa, promovido por Sebrae, BNDS e outros Parceiros, em setembro de 2002, no Rio de Janeiro.
2002	I Seminário Banco Central sobre Microcrédito, promovido pelo Banco Central do Brasil do Brasil, em setembro de 2002, em Recife.

Fonte: Elaborado pelo autor

Nós sistematizamos essa tabela por ano e eventos a partir das informações oficiais presentes nesse documento sob o qual, a presidente do Conselho do Comunidade Solidária, Ruth Cardoso (2002), nomeia como *Outras atividades da Interlocução Política*, e nos permite construir uma linearidade histórica e dialética do processo de reforma do Estado Brasileiro, a partir da ação direta dos atores/Intelectuais orgânicos do PSDB e do capital alocados no Conselho do Comunidade Solidária/ Comunidade Ativa.

A sistematização no quadro mostra como os intelectuais agem de forma contínua e intermitente em alguns momentos organizando esses eventos, em outros, participando como colaboradora”. Além disso, podemos destacar ainda os quem são os parceiros/as Instituições: nacionais e internacionais que apoiaram o Conselho do Comunidade Solidária, desde a fase inicial à evolução contínua e intermitente na execução do programa da reforma estatal no Brasil. Conforme nos afirma Cardoso (2002, p.37), sobre esse processo:

Nos últimos anos, desde a aprovação da Lei nº 9.790/99, a equipe da Interlocução participou com grande frequência de seminários para discutir as implementações da lei para o Terceiro Setor e outras questões relativas ao fortalecimento do setor” (Cardoso, 2002, p.37).

4.6 Os pressupostos do discurso político do PCS para a interlocução política de 1996-2002 chegar ao consenso da reforma e a extinção de dois Ministérios

Segundo Cardoso (2002), os pressupostos da tecnologia da Interlocução Política:

parte do princípio de que sempre é possível construir consensos entre propostas em conflito. Esse princípio é materializado por meio de igual tratamento às diferentes opiniões que os atores têm sobre o tema, de tal modo que todos o veem na mais completa diversidade (Cardoso, 2002, p.14).

De acordo com Cardoso, ao explicar sobre como criar consensos entre propostas em conflito durante a interlocução política. Para o autor, deve ser levada em consideração: a importância do espaço para o diálogo democrático permite aceitar como legítimas visões políticas, propostas e ideologias geralmente conflitantes. Se as pessoas aceitam a legitimidade das demais, que tem pontos de vista diferentes, elas têm mais condições de aceitar como algo inerente a pluralidade social e ao processo democrático o conflito que

pode decorrer dessa diferença. Dessa aceitação decorre um modo não violento de regulação do conflito (Cardoso, 2002, p.14).

Dessa forma, existem dois pontos vista que divergem, mas precisam entrar em consenso para que o projeto da reforma se realize. Como a PCS resolve essas divergência no processo da Interlocação Política nesses seis anos.

Segundo Cardoso (2002, p.14) O primeiro desses modos a ser aceito é respeitar: “O processo de votação”. “Por meio dele aferimos qual é a posição majoritária e, a partir daí, dizemos que todos devem obedecer às decisões da maioria”. O outro modo de regular o conflito pacificamente é:

estimulando a construção de consensos. Se a convivência entre as pessoas que discordam for mantida, será sempre possível, mais cedo ou mais tarde, encontrar um meio – termo e construir progressivamente uma proposta que todos aceitem. É possível contar com o consentimento das pessoas que embora não concordando com o consenso majoritário obtido, deixam registrada sua posição discordante, mas acatam a posição construída. Isso Significa apostar no processo político de construção de consensos. Quando isso não for possível, poder-se -á sempre recorrer `maneira anterior, isto é, à votação (Cardoso, 2002, p.15).

Agindo dessa maneira segundo Cardoso (2002, p.15), “a construção de consensos é resultado da capacidade de agir em conjunto e é, ao mesmo tempo, recurso gerado pela formação da vontade comum”.

A literatura que critica esse processo da Interlocação Política do PCS nos mostra que de democrático não tem nada, esse processo muito pelo contrário, o PCS traz as marcas do autoritarismo que os intelectuais à frente da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária impõem tanto na figura de Ruth Cardoso como Presidente do Conselho, é capaz de excluir e incluir aqueles que participam do processo das Rodadas de Interlocação Política quanto Fernando Henrique Cardoso como presidente que nomeia e/ou concorda com quem serão os membros que participam do processo da interlocação política do PCS nesse período. Além disso, os documentos mostram que não existe participação dos movimentos populares e nem das organizações sociais que não sejam aquelas qualificadas ou nomeadas como OSCP. Portanto, em vez de termos esse processo caracterizado como democrático, temos o oposto daquilo que apresenta o discurso político emanado pelo PCS e seus intelectuais.

Para Cruz *et al* (2001), analisar esse processo da Interlocação Política é compreender

a presença de dona Ruth Cardoso na presidência do Conselho Consultivo da Comunidade Solidária vem reiterar, no imaginário da população, a velha ideia de que a questão das políticas de atenção a pobreza é de responsabilidade de todos, incluindo ação dos políticos, do governante e da família. [...] As marcas dos ministérios de programas sociais, subordinando-os à figura da primeira-dama, sem qualquer vínculo com os conselhos oriundos da sociedade civil organizada, além do que o PCS é vinculado diretamente à Casa civil da Presidência da República, o que estabelece um vínculo direto deste com a figura do presidente da República, aquém também compete nomear membros do Conselho Nacional da Comunidade Solidária [...] Outra marca de autoritarismo apontada pela mesma autora é a centralidade do papel dos prefeitos, em detrimento das forças sociais locais, fragilizando a organização da sociedade civil e abrindo espaço para cooptação de lideranças locais e estratégias políticas de efeito ideológico. (Cruz *et al*, 2001, p.89).

Nessa parte da análise do nosso objeto torna-se evidente a participação dos intelectuais tanto na articulação ideológica autoritária da Interlocação Política coordenada por Ruth Cardoso como Presidente da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, quanto nas ações da interlocação que coopta os dez ministros do Estado e na seleção dos 21 participantes das mais diversas esferas da Sociedade para articular as ações, interlocações e promover a reforma do Estado com consenso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Temos aí, a evidência de como o neoliberalismo adentra no Brasil, no governo de FHC, pela articulação de uma Antropóloga. Também é possível testar nossa hipótese primária, que consiste em observar e conferir que o neoliberalismo entra no Brasil pelas mãos e articulação de alguém ligado(a) às Ciências Sociais.

Sendo a parceria entre público privado uma das características do neoliberalismo, este documento nos mostra que coube a primeira dama Ruth Cardoso, como Presidente da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, abrir as portas / os caminhos para promover os ideais / por meio da Interlocação Política do PCS, e com isso promover a execução do programa de reforma do Estado de forma contínua nas esferas: federal, estadual e municipal – com origem na aprovação do Marco Legal - e aprofundada e intermitente com o aprimoramento do “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável” (DLSI).

Esse processo está presente em todos os projetos articulados e executados pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária e demais projetos como Comunidade Ativa, Rede Sol e Projeto Alvorada sem grandes rupturas.

Observa-se nesse documento e na literatura que já não interessava mais para o governo de FHC e nem a Secretaria Executiva do Comunidade Solidária do Conselho do Comunidade Solidária composta por dez ministros de Estado, 21 entes da sociedade civil

alinhados à Casa civil, a manutenção do Ministério da Integração Social (MIR) e tampouco o Ministério do Bem-Estar Social. Extingue-se esses dois ministérios, usa-se o COSNSEA, mas após a execução total do Conselho do Comunidade Solidária faz-se um enxugamento / refinamento dos antigos projetos garantidos pelo LOAS. Impõem-se também uma gestão racional do processo com a inserção das políticas neoliberais.

Segundo Peliano (1995), sobre esse processo da interlocução Política do Conselho:

O governo atual amplia e aperfeiçoa essa inovadora experiência do CONSEA: Extingue dois “ministérios-balcões” - o Ministério da Integração Regional (MIR) e o Ministério do Bem -Estar Social (MBES)- e assume que combater a pobreza e a desigualdade não é tarefa de uma pasta específica, mas sim um compromisso do governo como um todo. Cria o Comunidade Solidária como uma estratégia que busca um novo estilo de gerenciar ações públicas com base na integração e descentralização das ações de governo, e em uma abertura à participação e parceria com a sociedade na procura de soluções mais adequadas para a melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres. [...] O Comunidade Solidária é, assim, uma proposta de governo federal de parceria entres três níveis de governo- federal, estadual e municipal- e a sociedade em suas diversas formas de organização e expressão (Peliano, 1995, p.21).

De acordo com Peliano (1995), tanto o governo de FHC quanto a Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária e o demais interessados na Interlocução Política articulada e executada nesses seis anos:

Pretendiam ser uma estratégia de articulação e coordenação de ações de governo no combate à fome à pobreza, não se tratando de mais um programa. A parceria e a descentralização que caracterizam a proposta do Comunidade Solidária não permitem a elaboração de um modelo único de atuação. Trata-se de um processo extremamente dinâmico, construído coletivamente (Peliano,1995. p.21).

4.7 Origem teórica da proposta autoritária da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária e a interlocução política neoliberal do governo FHC

Nesse último item do documento, torna-se essencial destacar a capilaridade do Comunidade Solidária e o papel dos intelectuais das Ciências Sociais e Humanidades geral, tiveram a efetivação da reforma do Estado brasileiro, durante a execução e a imposição da Interlocução Política nesses seis anos do governo de FHC.

Além disso, destacamos mais uma das contradições presentes nesse documento. Mostra que os intelectuais à frente da Interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária fazem uso dos conceitos mais refinados e dos autores liberais clássicos das ciências socais e da filosofia clássica; eles citam como exemplo desse

processo: Arendt, Pierre Lévi e a própria filosofia grega clássica para fundamentar e impor o programa de reforma do Estado brasileiro. O discurso persuasivo e ideológico do PCS é construído com referências da teoria política liberal progressista clássica desenvolvidos por Arendt e Pierre Levy.

Segundo afirma Cardoso (2002), nesse documento consiste na:

A aceitação da legitimidade do outro leva, também, à liberdade de opinião. Se reconhecemos que o outro é legítimo, temos de garantir que ele possa manifestar o seu ponto de vista sobre qualquer assunto. A democracia está baseada na liberdade na igualdade de opinião, na valorização dos diversos pontos de vista, na aceitação da imprevisibilidade, no desfecho aberto. Ninguém pode saber, de antemão e com certeza, qual será a resultante do entrelaçamento de múltiplas opiniões (Cardoso, 2002, p.16).

Cardoso (2002, p.16), acrescenta além disso que: a aceitação e legitimidade do outro e valorização da opinião, a democracia também se baseia no exercício do diálogo”.

Com base no diálogo, Cardoso (2002) resgata o conceito de democracia grega para fundamentar o processo da democracia neoliberal por ela defendido. Sobre esse processo, afirma Cardoso (2002) no documento da Interlocução Política que

A democracia surgiu, entre os gregos, partir desse conversar coletivamente sobre os assuntos comuns num espaço que não era privado, num lugar onde pessoas livres e iguais interagiam com visibilidade, onde todos podiam ver o que acontecia. Assim nasceu também o que chamamos *público*, ou espaço *público* (Cardoso, 2002, p.16).

Dito isso, destacamos quais conceitos teóricos e os (as) autores da Ciências Sociais e da filosofia clássica contemporânea que fundamentam a democracia neoliberal, defendida pela presidente da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária e governo de FHC durante a Interlocução Política para promover a desburocratização das leis e aprovar a reforma do Estado.

Segundo Cardoso (2002), sobre esse processo:

Arendt, em *A Condição Humana*, retoma os gregos em sua concepção de espaço público. Política para ela é diálogo entre iguais, faz parte da condição humana de agir e interagir. Para ela, liberdade política surge do diálogo plural. É preciso existir liberdade para que se possa participar democraticamente do espaço público e da ação da qual nasce o poder - entendido como um recurso gerado pela capacidade de a comunidade política concordar com um curso comum da ação. Pressupõe que todos tem alguma forma de conhecimento, mesmo não sendo o saber especializado e que participem em igualdade de condições. A burocratização da vida pública e seus segredos, a vulnerabilidade do sistema e a monopolização e hierarquização do poder geram a opacidade, impedindo a criatividade e a capacidade de gerir em conjunto. Essa rede se baseia em projetos comuns. Só que, no caso da

democracia, não se trata de um propósito específico e, sim, de apostar na viabilidade da própria vida em comum entre diferentes (Cardoso, 2002, p.16).

O segundo argumento / conceito filosófico / que Cardoso (2002) usa para fundamentar o princípio de democracia neoliberal por ela elaborado na Interlocação Política da Secretaria do Conselho Comunidade Solidária; é Pierre Lévy.

Segundo Cardoso (2002):

a democracia, como rede pactuada de conversações, baseia-se na aposta de gerar projetos comuns de convivência. O exercício da conversação na praça pode ser aperfeiçoado a ponto de gerar aquilo que Pierre Lévy comparou a um “coral polifônico improvisado”. Segundo ele, em contraposição aos sistemas de convivência nos quais se anunciam proposições monótonas, repetições de palavras de ordem em manifestações e jargões de identidade de militantes do mesmo partido, a democracia pode tomar como modelo o coral polifônico improvisado (Cardoso, 2002, p17).

Cabe a nós destacar as muitas contradições presentes nesse documento. Podemos exemplificar o papel dos intelectuais na construção da interlocação Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária e as múltiplas ações desenvolvidas por esses intelectuais para a efetivação da reforma do Estado brasileiro no governo de FHC.

Gramsci (2022), Semeraro (2021) fazem grandes considerações sobre o Papel dos intelectuais e nos ajudam a compreender o papel dos intelectuais na interlocação política nesses seis anos do governo de FHC e como os intelectuais contribuem para a inserção do Brasil no neoliberalismo.

Segundo Gramsci (Q 12, p.1.530) e Semeraro(2021) é fundamental descortinar esse amplo campo de visão sobre a multiplicação de especializações e competências e, sobretudo, entender como as atividades das diferentes categorias de intelectuais: urbanos, rurais, acadêmicos, cientistas, técnicos, economistas, jornalistas, artistas especializados em inúmeras profissões que com seu trabalho intelectual atuam não só nas empresas e nos setores da produção material, mas também na administração, na burocracia, na organização escolar, na cultura, nos meios de comunicação, nos institutos especializados, nas redações de revistas e jornais, nos partidos e nas organizações políticas, destocando, ao mesmo tempo, a diversidade de funções, graus e qualificações e a diferença entre “Criadores”, “Administradores” e “divulgadores (Gramsci, Q12, §1, p.1519).

Essa presença dos intelectuais é nítida e efetiva nas ações da interlocação política proferidas pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, ao longo de

todos os documentos por eles produzidos, e nas publicações oficiais, agendas e congressos que fomentam, articulam e induzem a reforma do Estado brasileiro.

4.8 Diálogos e negociações contínuas

Por afim, destacamos desse documento como, a Secretaria Executiva do Comunidade Solidária sob a Presidência de Ruth Cardoso, no governo de FHC, estabeleceu por meio da Interlocação Política nesses seis anos de sua atuação, o processo de “diálogos e negociações contínuas”, a partir da inserção do Brasil no neoliberalismo.

Segundo Cardoso(2002): Na Rodada de Interlocação Política sobre a reformulação do Marco Legal do Terceiro Setor, iniciada em 1997, os participantes identificaram e selecionaram os principais problemas legais, que foram assim agrupados: Registros e Cadastros Administrativos, Contratos e Convênios; Mecanismos de Auto Regulação, Mecanismos Institucionais de Responsabilização; Doações e Busca de um Novo Modelo de Financiamento ; Regulamentação do Voluntariado; Contrato de Trabalho por Prazo Determinado; e Informações (Cardoso, 2002, p.15).

De acordo com Cardoso (2002), com a aprovação da Lei nº 9.790/99,

abarcou alguns desses temas e o restante deles teve outros encaminhamentos- por exemplo, a aprovação da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário. Na época em que se discutiam as propostas para a questão do financiamento, em 1998, o ajuste fiscal era prioridade do Governo federal, o que gerou uma tensão com aqueles que queriam a ampliação dos benefícios e isenções para as organizações da sociedade civil. Foi assim que o tema do financiamento do Terceiro Setor não conseguiu obter consenso mínimo entre os interlocutores e não teve prosseguimento naquele momento (Cardoso, 2002, p.16).

Gramsci (2022) ao tratar da importância dos intelectuais urbanos para imposição e manutenção dos projetos político do Estado e construção da hegemonia dominante, nos ajuda a compreender o processo descrito acima, por Cardoso (2002). Ela nos expõe o passo a passo das Rodadas da Interlocação Política, e a maneira como ela e o demais intelectuais constroem o consenso para a aprovação dos projetos não aprovados na primeira instância durante os seis anos da Interlocação Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, no governo de FHC.

De acordo com Cardoso (2002), o fato do projeto de reforma do Estado proposto pela Interlocação Política do Conselho do Comunidade Solidária - pautado na aprovação do Marco Legal ou na aprovação da Lei 9.790/99 não ter atingido consenso na sua primeira proposição não foi um problema. Pois, bastou um engajamento dos intelectuais

envolvidos na interlocução fazerem pesquisas, checar as brechas na legislação para construção de diálogos e negociações contínuas que a aprovação torna-se exitosa.

Destacamos o trecho a seguir, que mostra esse processo da exposição de Cardoso (2002) sobre tal processo:

Isso não impediu que se desse continuidade as negociações, aos estudos técnicos e as reuniões com representantes da área governamental sobre a questão, o que exigiu várias ações de divulgações sobre o Terceiro Setor e pesquisas intensivas sobre as brechas na legislação e possibilidades de alteração, mesmo que pontuais. Assim é que, em nova Rodada, o tema volta a ser discutido e, embora a conjuntura econômica não seja tão mais favorável que em 1998, a negociação entre os interlocutores tem sido exitosa, com várias conquistas. Isso demonstra que as relações de aproximação política podem alterar as condições desfavoráveis da conjuntura econômica (Cardoso, 2002, p.16).

Essa passagem do documento mostra que os atores / os (as), intelectuais do PSDB, envolvidos na Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária tem papel decisivo e impactante na reforma do Estado: “diálogos e negociações contínuas”. A partir da atuação e ações dos intelectuais, realizando pesquisas sobre o tema rejeitados na Rodadas da Interlocução Política do Conselho do Comunidade Solidária, promovendo seminários e impondo as ações e pareceres dos técnicos de especialistas empenhados na aprovação dos projetos da reforma.

A apresentação desses resultados mostra como o trabalho desses diversos intelectuais geraram resultados e impactos positivos para programa da Interlocução política para promover a reforma do Estado por meio de “diálogos e negociações contínuas”, a partir das brechas na legislação, de forma exitosa.

Esse processo da ação direta dos Intelectuais do PSDB agindo na “Interlocução Política do Conselho do Comunidade Solidária” que desembocou na reforma do Estado brasileiro e fundamentalmente na inserção do Brasil no neoliberalismo pode e deve ser interpretado à luz do que Gramsci (2022) discorre sobre o papel dos Intelectuais urbanos agindo em prol Estado, da Política, da Economia e todas as esferas da sociedade moderna.

Segundo Gramsci (2022),

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria junto a si, organicamente, um ou mais estratos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função não só no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da Economia Política, o Organizador de uma nova cultura, de uma nova lei (Gramsci, 2022, p.196).

A análise desse documento faz-nos compreendermos como essas novas iniciativas feitas por essas/esses pessoas/atores / intelectuais de peso envolvidos na Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária junto ao governo de FHC promoveram e estimularam a reforma do Estado, a partir aprovação do Marco Legal, assim como os impactos desse processo nos atingem drasticamente com os avanços do neoliberalismo.

Além disso, observar esse documento nos põem diante desse processo e seus impactos de forma irrevogáveis no presente. Vejamos, por exemplo, é diferente de ouvirmos do empresário falar em: “vou fazer uma pereceria” e nos depararmos com um grupo que ocupa o poder e busca fomentar, estimular e conduzir, por meio da Interlocação Política, a reforma do Estado como fez o Conselho do Comunidade Solidária.

Esse grupo de intelectuais diversos do PSDB, envolvidos na Interlocação Política do Conselho do Comunidade Solidária, envolvendo dez ministros do Estado e mais 21 entes da sociedade civil escolhidos pela Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, nomeados pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, coadunados os ideais que dão sustentação teórica, mitológica e estratégica para a Interlocação Política do Comunidade Solidária executar a reforma do Estado.

A seguir faremos um breve destaque sobre o Comunidade Ativa¹¹.

4.9 Comunidade ativa: um passo adiante

Nesse 2º documento faremos breves destaques sobre alguns temas pontuais que ganham mais relevância nesse documento, mas já foram articulados no documento anterior: *Seis Anos de Interlocação Política, Metodologia, Resultados e Avaliação* da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, mas que somente se concretizam no Comunidade Ativa: Um Passo adiante.

A partir desse documento e dos demais documentos que analisaremos a seguir, nós acreditamos que ambos mostram uma linearidade e trazem uma característica particular que é o fato de o presidente da República, na época Fernando Henrique Cardoso,

¹¹ Segundo Cardoso (2002), Este Manual tem como proposito ser um passo a frente das estratégias da Interlocação Política com ênfase em promover: “Um Estratégia de Indução ao desenvolvimento Local Integrado e Sustentável:

assumir os projetos, programas do Comunidade Solidária e Comunidade Ativa: Um Passo Adiante, explicitamente e o programa de reforma do Estado brasileiro que inseriu o Brasil no neoliberalismo.

4.9.1 Breve apresentação da reformatação

Segundo Terra (1999), Secretária -executiva da Comunidade Ativa:

Por decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, anunciada em julho de 1999, foi criado o Programa Comunidade Ativa, inspirado nas respostas do Conselho da comunidade, que representa a participação direta do Governo Feral, através da Secretaria -Executiva da Comunidade Solidária, na estratégia de Indução ao DLIS- Desenvolvimento Local, Integral e Sustentável. [...] A experiência do Brasil e do Mundo, ao longo da história, mostrou que todas as tentativas de resolver problemas sociais apenas com políticas assistencialistas ou compensatórias tiveram um resultado modesto, insuficiente para reverter a perspectiva de melhoria social e de qualidade de vida das populações (Terra, 1999, p.01).

Segundo Souza (2001):

apesar de mencionar explicitamente que o Comunidade Solidária constitui-se em um novo modo de enfrentamento da questão social, não há preocupação por parte dos idealizadores do Programa em explicitar o que estão denominando de *questão social*. Todavia, está implícito na proposta o entendimento de que a questão social limitar-se-ia aos problemas sociais, se existentes sem que fosse inicialmente explicitado a que tipo de problemas sociais estariam se referindo (Souza, 2001, p.95).

A sequência da apresentação deixa claro, conforme podemos observar a seguir, que Osmar Terra, dá continuidade ao Programa neoliberal de reforma do Estado e da descentralização, que exime o Estado de se responsabilizar pelas políticas sociais conquistadas historicamente pela Constituição de 1988, consolidadas na LOAS.

De acordo com Terra (1999):

na sua quase totalidade, essas políticas ajudaram só emergencialmente a diminuir o sofrimento dos necessitados, mas mantiveram e, alguns casos, até reforçaram os bolsões da pobreza. Observado a experiência de todo o mundo nessa área, vemos que as únicas políticas sociais que ajudaram a diminuir efetivamente a pobreza foram aquelas que auxiliaram a implantação do desenvolvimento sustentável. Juntando de um lado, a perspectiva do desenvolvimento sustentável, que gera renda, desenvolvimento social e postos de trabalho de forma mais duradoura e, de outro lado, a descentralização, levando o debate, o diagnóstico e o planejamento participativo para o município ou microrregião, certamente estaremos contribuindo para um grande mutirão comunitário que, na sua consequência, acarretará uma sensível diminuição da pobreza e da exclusão social (Terra, 1999, p.01).

Nas palavras de Terra (1999, p.1), “O DLIS mudará o rumo das políticas sociais no Brasil”.

Segundo Terra (1999):

Essa é uma tarefa de todos: dos governos Federal, Estaduais e Municipais da iniciativa privada, das organizações não – governamentais, das entidades religiosas, dos Sindicatos e associações civis, que promoverão uma grande parceria, reunindo os brasileiros em defesa de uma vida digna para todos (Terra, 1999, p.2).

Segundo Souza (2001), nessa nova etapa do Comunidade Ativa: um passo adiante,

O Estado assume então as práticas filantrópicas como uma estratégia de ação no enfrentamento dos conflitos sociais. Assim, como se pode perceber, o assistencialismo já fazia parte das políticas de enfrentamento da questão social, não se constituindo, portanto, uma estratégia inovadora por parte do aparato do estatal (Souza, 2001, p.97).

Esta última parte mostra exatamente como a partir da aprovação do Marco Legal do Terceiro Setor, consolidado na Lei 9.790/99, está dado o grande passo para concretizar a reforma do Estado e estimular de forma contínua as parcerias entre público e privado. E também mostra como O DLIS se firma como proposta rearranjada do Comunidade Solidária no Comunidade Ativa: Um Passo adiante, pelos Intelectuais do PSDB e governo de FHC. Assim como promover o processo de indução das parcerias que inserem o Brasil no neoliberalismo. O DLIS atua na esfera: federal, estadual e municipal, promovendo a indução.

4.9.1 Comunidade ativa: um passo adiante e a agenda neoliberal assumida por FHC via DLIS

De acordo com Franco (1999, p.5), neste documento, o Conselheiro Membro do Comitê Executivo do Conselho da Comunidade Solidária, O Programa Comunidade ativa, foi lançado pelo Presidente da República em 2 de julho de 1999 como uma nova estratégia para superar a pobreza e promover o desenvolvimento por meio da indução ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”.

Segundo Franco (1999):

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (Abreviadamente DLIS) é tema que vem sendo debatido já há alguns anos, tendo adquirido maior destaque a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, quando foi aprovado a Agenda 21, documento assinado por quase 180 países, cujo Capítulo 28 trata da chamada Agenda 21 Local. Ora, a Agenda 21 Local nada mais é do que uma metodologia para promover o desenvolvimento sustentável por meio da participação multilateral de diversos agentes, governamentais, sociais, e empresários, no planejamento e na execução de ações integradas e convergentes em localidades determinadas. Ou seja, a Agenda 21 Local é um sinônimo de Desenvolvimento Local e Sustentável. [...] Sobretudo nos últimos anos, programas e ações de promoção do desenvolvimento local, coordenados por instituições governamentais e não -governamentais, no âmbito federal, estadual e municipal, também contribuíram para essa relevância do tema. Entretanto, no Governo atual, pela primeira vez, o Desenvolvimento Local Integral e Sustentável foi assumido como uma estratégia federal de desenvolvimento. (Franco, 1999, p.5).

De acordo com Souza (2001), tanto Comunidade Solidária, quanto Comunidade Ativa: Um Passo adiante, apresentam

o principal programa de combate à pobreza, bem expressa tendência de retorno à filantropia, pelo apelo ao voluntariado e às parcerias como estratégia de enfrentamento da questão social. Na verdade, trata-se de um ocultamento da questão social e do controle sociais, pois a concepção dominante de enfrentamento da questão social repassada do discurso da ajuda mútua, do voluntariado, apesar de privilegiar o discurso econômico, desconsidera o contexto das desigualdades impostas pelo próprio sistema de produção e assim, retrata a questão social como expressão conjuntural de diferenças entre ricos e os pobres, podendo ser superada pela retomada do crescimento econômico do país (Souza, 2001, p.101).

A seguir nós apontamos parte dessas contradições presentes nesse documento que mostram como a “Interlocução Política do Comunidade Solidária” desenvolve, estimula e fundamenta o consenso e credibilidade do DLIS, para ele se tornar o grande programa do “Comunidade Ativa: Um Passo Adiante”, no maior processo de inserção do Brasil no neoliberalismo no Governo de FHC.

4.9.2 As rodadas de interlocução política do Comunidade Solidária- DLIS – como resultado do trabalho dos intelectuais do PSDB e do estado à frente dos interesses neoliberal

Segundo Franco (1999, p.6), “as Rodadas de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária sobre o assunto vieram auxiliar a sistematização desta nova proposta de promoção do desenvolvimento no país”.

Franco (1999, p.6), afirma que esse processo das Rodadas foram:

iniciadas em agosto de 1996, e vem buscando a promoção do diálogo entre Governo e Sociedade, no sentido de contribuir para a construção de consensos sobre uma agenda de prioridades, medidas, instrumentos e procedimentos que reflitam uma estratégia de desenvolvimento social para o país (Franco, 1999, p.6).

Esse processo é marcado pela imposição e estímulo do governo FHC da execução do DLIS- como programa que vai solucionar ou se tornar uma alternativa para resolver os problemas da Ocupação e Renda dos mais pobres, em meios, a crise do capital que busca a todo custo promover a reforma do Estado e culpar os trabalhadores(as) pela sua própria pobreza, fome e miséria que o país enfrentava nesse período, e acima de tudo isentar o Estado de ser responsabilizado por isso.

As ações do Comunidade Ativa: Um Passo adiante, tem um propósito claro já experimentado e aprovado pelo Comunidade Solidária nas catorze Rodadas da Interlocação Política que consolidados no DLIS, que é realizar a parceria publico privado nas três esferas: federal, estadual e municipal, como saída para o enfrentamento de tal problema no país.

Segundo Franco (1999), a estratégia do DLIS

Trata-se de uma atividade de parceria entre Governo e Sociedade, em que participam ministros e Técnicos governamentais das áreas relacionadas com o tema em discussão, bem como empresários, representantes de entidades de classe e movimentos sociais, representantes de organizações não - governamentais, intelectuais, especialistas no tema em debate, além dos integrantes do Conselho do Comunidade Solidária (Franco, 1999, p.7).

A análise desse documento nos mostra que o padrão de ocupação do Estado e a conjuntura política do governo de FHC via PCS no passado não mediu forças promover a reforma do Estado brasileiro e inserir o Brasil no neoliberalismo. partindo da Interlocação Política do Comunidade Solidária/Comunidade Ativa: Um Passo Adiante. Os Intelectuais do PSDB e da conjuntura política envolvida no PCS promoveram a reforma do Estado e mais que isso, inseriram no Estado brasileiro o processo de reforma neoliberal por meio do DLIS- diálogos contínuos e os impactos desse processo dos intelectuais ativos no Conselho da comunidade Solidária/Comunidade Ativa e de todas as áreas do conhecimento nos assolam até o presente.

Vejamos parte da persistência da Interlocação Política para aprovar o DLIS- se constrói esse processo nas Rodas de Interlocação a seguir.

Segundo Franco (1999):

A Quinta Rodada de Interlocução, realizada em agosto de 1997, teve como tema central alternativas de Ocupação e de Reanda. Naquela ocasião emergiu o debate sobre o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável como estratégia de desenvolvimento social. Face ao interesse despertado pelo tema, decidiu-se então pela realização da Oitava Rodada, decidida exclusivamente a este tema, em março de 1998. Essa Rodada produziu dez consensos que procuraram conceituar o DLIS e identificar seus principais requisitos, além de aprovar varais propostas concretas visando fortalecer e multiplicar as experiências do desenvolvimento local. O tema foi retomado, em maio de 1999, na primeira Rodada de Interlocução Política da nova gestão do Conselho (1999-2000), para aprofundar o debate sobre o conceito e a metodologia do DLIS. Avançou-se na discussão sobre a necessidade da integração dos esforços já existentes, buscando criar sinergias entre os diversos programas governamentais ou não – governamentais em execução (Franco, 1999, p.7).

Nas palavras de Franco (1999, p.7): “portanto, a base conceitual para a construção do Programa Comunidade Ativa foi fornecida pelas Rodadas de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária”.

4.9.3 A reformatação da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária

De acordo com Franco (1999, p.7), coube à Secretaria, Executiva Solidária, coordenar o Programa Comunidade Ativa em âmbito Nacional. Acompanhando as novas diretrizes estabelecidas pelos DLIS, a Secretaria- Executiva da Comunidade Solidária foi reformada”.

Dessa forma, segundo Franco (1999, p.7), as experiências acumuladas tanto pela Secretaria Executiva, quanto pelo Conselho da Comunidade Solidária indicam que é possível avançar na implantação dessa nova proposta, que aprofunda e aperfeiçoa as ações estratégicas desenvolvidas nos últimos anos. O Programa Comunidade Ativa afirma-se, portanto, como um passo adiante nas atividades até então articuladas pelo Comunidade Solidária”.

Para Scherer *et al* (2001, p.112),

o projeto neoliberal, portanto, não exclui a vigência de uma política social mínima. Contrapõe-se, com radicalidade, aos direitos sociais e, em decorrência, a uma política Social pública conduzida pelo Estado, impondo limites políticos democráticos à lógica do capital, tal como a experiência desenvolvida pelo *Welfare State* nos Países centrais (Scherer, 2001, p.112).

Os próximos destaques sobre o que é o desenvolvimento local integrado e sustentável, mostram como “as políticas geradas por esses os processos deveriam ser políticas de desenvolvimento sustentável” (Scherer, 2001, p.10).

Nos interessa evidenciar na análise desse documento que “essas políticas de desenvolvimento sustentável estão baseadas” e / ou são marcadas pelo pressuposto neoliberal de políticas que o “Comunidade Ativa; Um passo adiante”, faz a reformatação da “Interlocução Política Comunidade Solidária”, e, com isso, impõem a proposição da Indução pelo DLIS. Essas são firmadas no Conselho do Comunidade Solidária, sem nenhuma ruptura, e são reintroduzidas agora assumidas pelo governo de FHC, seguem as três orientações do programa de reforma do Estado brasileiro: “Parceria com a sociedade, articulação intra e intergovernamental e Convergência e integração local” (Scherer, 2001, p.10).

A partir dessas três orientações é possível testar nossa hipótese: de que o neoliberalismo com sua capacidade de se reapropriar das críticas que são feitas ao capital, consegue adesão e atenção de intelectuais orgânicos do capital, firmados nos dez ministérios do Estado, 21 entes da sociedade civil e de artistas diversos alocados e articulados por meio do Conselho do Comunidade Solidária que vai trazer uma diferenciação de qualidade, e refinamento para implementação dessa proposta no processo de “Indução da Comunidade Ativa: Um passo adiante”.

Esse processo da Indução do Comunidade Ativa: Um Passo adiante tem como cerne quatro pressupostos conforme expostos no documento. Elaboramos uma tabela a seguir para melhor explicitá-los:

Tabela 9

O Primeiro desses pressupostos -	É o de que a chamada questão social não será resolvida unicamente pelo Estado. A ação do Estado nessa área, conquanto necessária, imprescindível mesmo, é insuficiente. Portanto, os principais problemas sociais do País não poderão ser enfrentados sem a parceria com a sociedade, sem sua participação e empoderamento.
----------------------------------	---

O Segundo pressuposto -	É o de que uma intervenção eficiente do Estado na área social exige articulação entre as diversas ações que são empreendidas. Sem essa articulação intergovernamental, entre os três níveis de governo, o Estado não conseguirá adotar uma nova racionalidade que evite o mal aproveitamento dos recursos, a sobreposição de ações e os vazios de responsabilidades.
O Terceiro-	É o de que o enfrentamento da pobreza requer convergência e integração das ações. Nenhum resultado ponderável, em termos de melhora efetiva das condições de vida das populações marginalizadas, poderá ser obtido apenas por decisão e no plano abstrato da União e dos estados, federados, sem que se faça convergir as ações para promover o desenvolvimento integrado local. A implantação de programas articulados em dada localidade é capaz de alavancar novos recursos, energias e impactos que, isoladamente tais programas não poderiam promover.

Fonte: Elaborada pelo autor

Essas informações sobre O DLIS foram extraídas da página 10 desse manual. A elaboração é nossa com o propósito de expor os três pressupostos da reformatação do Comunidade Ativa: um passo adiante.

Segundo Franco (1999), determina nesse documento que

As Políticas públicas devem ser orientadas, nesses processos, para além de seu papel clássico – redistribuindo e transferindo renda, reduzindo certos efeitos da pobreza – para promover a capacidade empreendedora, econômica e social,

de vulneráveis e excluídos. Isso significa não apenas proteger, mas promover para desenvolver, ou seja, promover o desenvolvimento. [...] para isso, as políticas devem estar organizadas de modo integrado e direcionadas à promoção do desenvolvimento. Além de suprir carências e necessidades básicas, as políticas públicas devem também possibilitar às comunidades se organizarem para desenvolver suas potencialidades e vocações específicas – o que exigem um esforço de mobilização dos entes federativos, da sociedade civil e do setor privado, para conformar uma agenda de desenvolvimento (Franco, 1999, p.10).

De acordo com Franco (1999, p.11), para além desses pressupostos, para execução desse” novo paradigma de políticas públicas e promover o DLIS”. É exigido também:

1-Capacitar para a gestão local: é o fator desencadeador de todo o processo, uma vez que nada poderá ocorrer, nem mesmo simples definição de uma agenda local, sem o desenvolvimento de uma capacidade local de gestão. Não adianta capacitar fatalisticamente empreendedores públicos ou privados para que tenham sucesso em seus projetos se não houver habilidades suficientes para gestão do desenvolvimento, quer dizer, para negociar e articular interesses e atores, elaborar, executar, monitorar e avaliar planos e projetos. **2- Transformar as demandas privadas em Demandas Pública da sociedade local.** Isso significa que a coletividade mobilizada em torno do seu próprio processo de desenvolvimento deve eleger suas prioridades comuns a partir das necessidades identificadas e de um processo de negociação e articulação política. E **3- Articular a Oferta Estatal e não-Estatal de Programas e ações com essa Demanda Pública.** Aqui está a chave do processo, o segredo para o sucesso: ao invés de serem ofertados indistintamente uma mesma agenda de serviços e políticas para as localidades, ao contrário, é preciso ter flexibilidade para adequar a oferta de programas com a Demanda Pública identificada pelas populações locais, respeitando-se a diversidade de necessidades, interesses das localidades. É a localidade que constrói sua própria agenda, de baixo para cima (Franco, 1999, p.13).

Dessa forma, Segundo Franco (1999, p.13), “o DLIS exige a transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados, tanto financeiros como materiais e humanos”.

Além disso:

O DLIS-Pressupõem a criação de uma nova dinâmica integrada de base local, na qual sejam estimuladas a diversidade econômica e a competitividade de empreendimentos, sobretudo integrada com o território regional, para gerar uma cadeia sustentável de iniciativas. A globalização, ao mesmo tempo que universaliza os problemas macroeconômicos, possibilita a geração alternativa de soluções locais (Franco, 1999, p.13).

Fernando Henrique Cardoso assume esses pressupostos articulados pelo Comunidade Ativa; Um Passo adiante não somente nesse documento, mas também o leva para seu discurso oficial de pronunciamento proferido no Palácio do Planalto, Brasília,

DF, 31, de agosto de 1999: “*Discursos na cerimônia de apresentação do Avança Brasil: Plano Plurianual 2000/2003 e do Orçamento da União para o ano de 2000*”.

Segundo Cardoso (1999):

Estamos reformando o Estado por dentro. Não estamos apenas – e já disse tantas vezes – reorganizando o Estado, que não é mais o investidor direto na economia, é o regulador. Estamos criando instituições de regulação. Estamos também modificando o que é o Orçamento, dentro do Executivo, na essência mesma da ação administrativa, no modo pelo qual estamos desencadeando as nossas várias ações administrativas. [...]E isso requer liderança. E liderança, no mundo moderno, não é imposição de um algoz. Não é um histrionismo, é compreensão, motivação, coordenação, persistência e firmeza no rumo. Temos os instrumentos para levar adiante essa transformação que estamos fazendo no Brasil. Não poderia dar o passo que está sendo dado, a partir de agora, se o Congresso Nacional não anuísse a isso, naturalmente, se nós não tivéssemos tido a experiência do programa do Brasil em Ação, que realizou uma série de modificações importantes na infraestrutura brasileira e permitiu uma série de programas econômicos e sociais de grande significado (Cardoso, 1999, p.179).

De acordo com Dribe (1998, p.97), tal processo da reforma do Estado conduzido por FHC, faz parte da agenda para:

Descentralizar, privatizar e concentrar os programas sociais públicos nas populações ou grupos carentes, esses parecem ser os vetores estruturantes das reformas de programas sociais preconizados pelo neoliberalismo, principalmente quando suas recomendações se dirigem a países latino-americanos em processos de ajustamentos econômicos (Dribe, 1998, p.97).

Além disso, destacamos outros fatores a importância de entender as responsabilidades governamentais na Comunidade Ativa.

De acordo com Franco (1999),

A secretaria -Executiva da Comunidade Solidária, em nome do governo federal, os governos dos estados e do Distrito Federal e os governos municipais terão um papel estratégico na implantação da Comunidade Ativa, cabendo-lhes: ‘A Secretaria -Executiva da Comunidade Solidária: articular com os Ministérios demais instituições dos governos Federal, estaduais e municipais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e empresas privadas que executam ações voltadas ao combate à miséria e à pobreza e à promoção do desenvolvimento a implementação de processo de desenvolvimento local integrado e sustentável (Franco, 1999, p.5).

De acordo com Abramov (2016), sobre esse processo da reformatação do Comunidade Ativa ou alinhamento do DLIS no governo de FHC, dá vasão a

um outro aspecto relevante e que condiz com as orientações gerais do governo é a flexibilidade dos novos programas. Devido ao fato de que não dispunham

de regras rígidas, cada um podia ter seus recursos manipulados pelo executivo que detinha o poder para aumentar ou diminuir benefícios a cada negociação orçamentária. (Abramov, 2016, p.141).

Por fim, destaca-se que todos esses rearranjos do Comunidade Ativa: Um passo adiante, por meio do DLIS, desembocou no Poder Especial do SEBARE, como mecanismo ou estratégia neoliberal do governo de FHC, o Vetor de sustentabilidade Econômica na Comunidade Ativa”.

Segundo Franco (1999, p.23), o

Poder Especial de Emprego e Renda é um Programa do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) especialmente desenhado para atuar em processos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável em curso no País, como vetor de sustentabilidade econômica (Franco, 1999, p.23).

De acordo com Franco (1999), o Poder Especial tem como propósito duas ideias que se completam. Esses dois ideais consistem em:

a) para promover o desenvolvimento econômico social é necessário gerar ocupações e renda e promover o acesso à riqueza ou à propriedade produtiva; e, b) Para promover o desenvolvimento econômico e atingir patamares mais altos de prosperidade é necessário (Franco, 1999, p.23).

De acordo Silva (2001), tecer sua crítica ao Comunidade ativa nos mostra que “em 1999, quando foi Constituído o Comunidade Ativa passaram a ser beneficiadas 127 municípios de 22 Estados, sendo 22 do Estado do Acre, e os demais Estados, cada um com 05 municípios” (Presidência da República, 2001-b.p.17).

Segundo Silvia (2001, p.17), “assim posto, o Comunidade Ativa parece expressar uma autodeclaração da falência do PCS e das ações do LOAS”.

Sobre esse processo da “Reformatação pela Secretaria-Executiva no Comunidade Ativa: Um passo adiante”, de forma geral, pode ser compreendido a luz do:

Pressuposto, mais uma vez, é de que devem ser superadas as iniciativas assistencialistas, direcionando-se o discurso oficial para a necessidade de ensinar o pobre a pescar, o que significa substituir políticas assistencialistas de combate à pobreza, que incluíam a distribuição de cestas básicas, por projetos capazes de proporcionar estruturas para desenvolver e criar renda própria nos municípios pobres (Silvia, 2001, p.17).

Para Silvia (2001, p.17), “é reconhecida essa nova estratégia como de superação da face assistencialista do Comunidade Solidária que concentrou em projetos emergências”.

4.10 Interlocução política da Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária que insere o Brasil no neoliberalismo é alinhada ao MARE e se firma com a aprovação da Lei 9.790/99

Observa-se que o programa neoliberal de Hayek e do Estado neoliberal dos Governos da OCDE, ou também conhecidos na literatura, como países de capitalismo avançado, encontraram no Brasil o espaço propício para implementação e execução dos seus ideais, nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e no Ministério comandado por Luiz Carlos Bresser Pereira que assume a função de executar as “Reformas do Aparelho do Estado e da Constituição de 1988”, no MARE¹². O conceito de Programa neoliberal e Estado neoliberal é atribuído à Inglaterra e aos norte-americanos, por Anderson (2015) ao fazer o Balanço do Programa Neoliberal e o modelo de do Estado neoliberal. Pode ser atribuído, também, aos dois governos de FHC na medida em que analisamos o processo histórico das reformas do Estado e implementação das reformas neoliberais em todas as esferas do Estado por ele governado com origem na aprovação do Marco Legal e na Lei 9.790/99 ou Lei das OSCIP.

De acordo Ferrarezi (2001), intelectual do PSDB e da Interlocução Política do Conselho do Comunidade Solidária, no governo de FHC, responsável pela elaboração dessa publicação do Marco Legal, que, crava na aprovação da Lei 9.790/99, e da origem da inserção do Brasil no neoliberalismo.

Segundo Ferrarezi (2001, p.7), o propósito central da “Interlocução Política” do Comunidade Solidária consolidado nesses seis anos que vai de 1996-2002, no governo de FHC, traz como passo irrevogável a aprovação da Lei das OSCIP:9.790/99, e com isso a imersão de uma esfera pública não-estatal, no país. Além disso, ela destaca que às políticas neoliberais defendidas pelo Conselho da Comunidade Solidária no governo de FHC encontram muita resistência nesse primeiro momento por parte dos dirigentes e

¹²Luiz Carlos Bresser Pereira foi Ministro da Administração Federal e Reformado Estado do Brasil desde 1º de janeiro de 1995, quando se iniciou o governo Fernando Henrique Cardoso. Professor Titular do Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

oposição PCS- que acreditam nas premissas de que “todo mundo é culpado até que prova o contrário”.

Sendo assim,

esses dirigentes esmeraram-se em dificultar ao máximo a vida das organizações da Sociedade Civil, quer criando obstáculos burocráticos de toda ordem ao seu reconhecimento instrucional, quer negando-lhes o acesso a recursos públicos – dificultando a celebração e a execução de convênios e abolindo ou reduzindo incentivos, dos quais, e bom dizer, sempre foram e continuam sendo beneficiárias as empresas muito do que as entidades sem fins lucrativos (Ferrarezi, 2001, p.7).

Segundo Ferrarezi (2001, p.7), sobre esse cenário de resistência à imposição das políticas neoliberais articuladas pela “Interlocação Política da Comunidade Solidária” no Brasil: a maior parte, porém, dos que resistiam às mudanças neste campo, não o faz por estar impregnada ou preocupada com o ardor fiscal retrógado, e sim, sinceramente, por ideologia mesmo, por visão ultrapassada da realidade, por não conseguir perceber que o desenho da sociedade contemporânea mudou, que não existem, apenas, Estado e Mercado no Universo.

De acordo Ferrarezi (2001) a inserção do “Marco Legal” é finalmente aprovada a partir dos seguintes tramites legais da “Interlocação Política da Comunidade Solidária”:

Lei 9.790, de 23 de março de 1999; Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999, do Ministério da Justiça, que disciplina os procedimentos necessários para a obtenção da qualificação como OSCIP; Medida Provisória 2.143/2001, que prorroga o prazo previsto no art.18 da Lei 9.790/99; Medida Provisória 2.089/2001, de interesse do microcrédito e Medida Provisória nº 2.113-32, sobre doações para OSCIP dedutíveis do IR da pessoa Jurídica. (Ferrarezi, 2001, p.16).

Nas palavras de Ferrarezi (2001, p.17), “essa Lei é o resultado do trabalho de dezenas de organizações da sociedade civil, em parceria com o Governo Federal e o Congresso Nacional, articulado pelo Conselho da Comunidade Solidária”.

O conceito de Anderson (1995) sobre o ideário, programa e Estado neoliberal contribui para analisarmos os Governos de FHC e nos permite compreender que a proposta do Estado neoliberal no Brasil avançou e lançou mão de algumas estratégias para que os serviços públicos se tornassem cada vez mais precarizados e alvos da privatização ainda maior. Tem-se um marco desse processo na chamada “desertificação neoliberal” (Antunes, 2005), além das suas características maiores conforme demonstraremos nessa parte da análise. Segundo Antunes (2005, p.131): “No

Brasil, se o neoliberalismo começou com a eleição de Collor, em 1989, foi, entretanto, no Governo de FHC, entre 1994 e 2002, que ele de fato deslanchou”.

Tomando como base o pensamento de Antunes (2005, p.131), em *A desertificação neoliberal*¹³, para pensar nosso objeto e a problemática que a cerca, vinda dos impactos do Estado neoliberal sob o Governo e comando de FHC, o que vimos como impactados direto desse período foi “o desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social.”.

As marcas desse período são nefastas e devastadoras e podem ser encontradas nas diversas interpretações sobre o Brasil, durante os governos de FHC.

Nesta pesquisa tomamos como referencial teórico que nos auxiliará na reconstrução histórica do nosso objeto os escritos de Antunes (2005).

Na tabela a seguir, destacamos algumas das características dos Governos de FHC, no comando do Estado neoliberal e na execução do programa neoliberal de privatizações, no Brasil.

Tabela 10 Governos de FHC- privatizações

Alteração do parque produtivo	Este foi retraído pela política intensa de privatização do setor produtivo estatal
Privatizações do Governo FHC	A Cia siderúrgica – Vale do Rio Doce, anterior CSN
	As empresas de telecomunicações
	A empresa de distribuição de Energia elétrica
	As estradas
	Previdência social

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Antunes (2005).

Para Ricardo Antunes,

¹³ O Conceito de desertificação neoliberal está na obra “A Desertificação neoliberal no Brasil, (Collor, FHC e LULA)” - é uma obra, na qual, Antunes (2005) faz uma análise crítica na perspectiva de Marx, Engels e Lukács ao programa neoliberal na atual fase das contradições do capital – nesta obra escrita e publicada nos principais jornais do país, o autor critica o programa neoliberal em execução, desde Thatcher, Reagan aos governos ocidentais em especial, no Brasil.

após a desmontagem de tudo ou quase tudo, que foi criado desde o varguismo, por meio da ação de décadas de trabalho operário sob o comando do capital produtivo estatal- uma vez que nosso capital privado sempre viveu a reboque do Estado (Antunes, 2005, p.38).

O Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu “para o capital privado como parte da sua passividade e obediência ao capital externo” (Antunes, 2005, p.38)

Nas palavras do pesquisador, “era chegada a hora de privatizar tudo e entregar tudo funcionando, estruturado e rentável às burguesias nativa e mundial”. (Antunes, 2005, p.38).

Podemos classificar os dois governos de FHC, em dois atos: sendo o primeiro ato caracterizado por essa fase das desregulamentações, desestruturação fragilização para a privatizações e conseqüentemente para dependência do capital internacional. O processo mais acelerado da implementação do programa e do Estado Neoliberal.

Esse processo é marcado pelo desemprego, pelo desmonte da previdência social, e, pela desregulamentação do trabalho.

Segundo Antunes (2005, p.38), sobre esse período:

o desemprego em escala explosiva, que só em São Paulo, chega a quase 20% da sua força de trabalho, precarização dos direitos, do trabalho num país que sempre cuidou bem de seu capital, desmontagem da previdência dos assalariados (Antunes, 2005, p.38).

Os argumentos do autor (2005), nos ajudam na caracterização desse primeiro ato do Governo de FHC, sobre o processo da desregulamentação do trabalho, como parte que contribuiu diretamente para a flexibilização produtiva no país.

Observa-se que, ideário neoliberal, executado por FHC é muito claro aqui, no sentido de que, “quanto mais se produz mais se beneficia os capitais, mais destrói ou precariza os homens e as mulheres que vivem do trabalho” (Antunes, 2005, pp.38-39).

De forma sintética, nos mostra Antunes (2005, p.39), que “FHC realizou aqui, em quatro anos quase o mesmo que a *dama de ferro/ Margareth Thatcher* levou doze para fazer.”.

O segundo ato dos Governos de FHC é marcado pela subordinação ao FMI e as determinações do Banco Mundial e do capital financeiro, já enraizado no país. Um traço marcante desse período é o aumento dos impostos. Um exemplo marcante desse processo ficou conhecido no Brasil, como CPMF, ou a Contribuição Provisória sobre

Movimentação de Valores e de Créditos de Natureza Financeira. Segundo Antunes (2005, p.39), CPMF foi: “provisoriamente criada para suprir as deficiências da saúde, mas deve ser aumentada, sucessivamente, pois também os bancos ficam doentes.”.

Com base, neste estudo do pesquisador (2005, p.39), o que se estabeleceu no país após, esse segundo ato da implementação dos ideários neoliberal durante o segundo Governo de FHC, foi “mais recessão, mais precarização do trabalho, mais desindustrialização, mais destruição dos direitos sociais num país em que eles quase nunca realmente existiram.”.

É neste cenário das crises profundas do Governo de FHC, que nosso objeto de pesquisa e sua problemática se insere. Este processo é marcado pelos cortes na educação, pelas reformas neoliberais contínuas, pelos dos demonetes dos direitos sociais.

Quando nós analisamos as propostas da *Reforma do Aparelho do Estado e da Constituição Brasileira*, do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, no MARE, e Manual das OSCIP, podemos identificar as propostas do Estado neoliberal. Além disso, o programa neoliberal sob comando do Ministro, Luiz Carlos Bresser Pereira, articulado à Interlocução Política Do Conselho da Comunidade Solidária na gestão de FHC, lança mão de algumas estratégias para que os serviços públicos sejam reduzidos ao mínimo, e ao reduzir o Estado ao mínimo, entra em voga a máxima do Programa neoliberal.

Segundo Ferrarezi (2001, p.19) estão entre os objetivos da reforma do Estado brasileiro, presentes na Interlocução Política do Comunidade Solidária coadunados ao governo de FHC e consolidados na Lei 9.790/99. Primeiro: “fortalecer o Terceiro Setor, que constitui hoje uma orientação estratégica em virtude da sua capacidade de gerar projetos”, assim como “assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do País”.

Incluir organizações que se dedicam à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social, à defesa dos direitos de grupos específicos da população, ao trabalho voluntário, à proteção ao meio ambiente, à concessão de microcrédito, dentre outras (Antunes, 2005, p.19).

Este processo fica evidente a partir das quatro justificativas do programa neoliberal, contido no Mare, articulado pelo Ministério da Reformas do Estado sob comando de Bresser Pereira (1995), e Conselho do Comunidade Solidária nos seis anos da Interlocução Política de 1996-2002.

Destacamos as quatro justificativas, a seguir que marcam esse processo da inserção do Brasil no Neoliberalismo.

Segundo Pereira (1995, p.11), e Cardoso (2002), intelectuais do Estado cooptado pelo capital alinhados ao programa da “Interlocação Política do Conselho do Comunidade Solidária”, no governo de FHC, “conjuntamente, é preciso reformar o aparelho do Estado, e isto significa:

1) tornar a administração pública mais flexível e eficiente; 2-reduzir seu custo;3-garantir ao serviço público, particularmente aos serviços sociais do Estado, melhor qualidade e 4-levar o servidor público a ser mais valorizado pela sociedade ao mesmo tempo que ele valorize mais seu próprio trabalho, executando-o com mais motivação (Pereira, 1995, p.11).

De acordo com Pereira (1995), e Cardoso (2002), com a Interlocação Política do Comunidade Solidária (2002), promover a reforma do Estado brasileiro no governo de FHC:

É uma tarefa de todo o governo, em seus três níveis. Mais do que isto, é uma tarefa de toda a nação brasileira. Reformar o Estado significa superar de vez a crise fiscal, de forma que o país volte a apresentar uma poupança pública que lhe permita estabilizar solidamente os preços e financiar os investimentos. Significa completar a mudança na forma de intervenção do Estado no plano econômico e social, por meio de reformas voltadas para o mercado e para a justiça social. Reformar o Estado significa, finalmente, rever a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, a partir de uma crítica não apenas das velhas práticas patrimonialistas ou clientelistas, mas também do modelo burocrático clássico, com o objetivo de tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade (Pereira, 1995, p.04).

Esse argumento defendido pelo ministério de Bresser Pereira (1995) e pelo Conselho do Comunidade Solidária no Governo de FHC, é o de desmontar o Estado de bem-estar, que quase não existiu no Brasil. Mas já deve ser extinto para implementar o modelo do Estado neoliberal de Hayek e desenvolvido pelos Governos de Thatcher e de Reagan nos Estados Unidos da América coadunados aos interesses das intuições financeiras internacionais como FMI, Banco Mundial e Bird, como parte do ideal central do programa neoliberal presente nesta fase das contradições mundial do Capital em todos os espaços.

Tanto para Pereira (1995), no comando do Mare, quanto para O Conselho do Comunidade Solidária no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), é o momento

para executar-se as reformas do Aparelho do Estado em geral, mantido no Brasil, e cortar custos e gastos sociais. Elevando a máxima de que o “Estado é público, mas nem todos seus serviços devem ser gratuitos”.

Ao analisarmos o programa do Mare articulados e alinhados à interlocução política do Conselho da Comunidade Solidária, observa-se que Pereira (1995) também propõe separar aquilo que seria um papel ou dever de o Estado neoliberal manter, e aquilo que deveria fazer parte do Governo, neste caso deveria ser transformado em serviço, como por exemplo, o que foi feito com a educação pública no Brasil, conforme veremos mais adiante.

Destacamos essa passagem MARE, na qual, Pereira (1995) assume as mesmas orientações do PCS que desembocam na aprovação do Marco Legal do Terceiro Setor:

A partir de 1995, com o governo Fernando Henrique, surge uma nova oportunidade para a reforma do Estado em geral, e, em particular, do aparelho do Estado e do seu pessoal. Essa reforma pressuporá a existência de uma distinção fundamental entre o núcleo burocrático do Estado e o setor de serviços sociais e de infraestrutura (Pereira, 1995, p.9).

Quanto aos objetivos do Ministro (1995) e do Governo de FHC, para desmontar o Aparelho do Estado era preciso separar aquilo que era considerado parte e responsabilidade do Estado Neoliberal e aquilo que era parte e responsabilidade do Governo.

Para Pereira (1995, p.09), o ideário neoliberal precisa “ter claros os objetivos a serem alcançados”. De acordo com Ministro,

O núcleo burocrático corresponde ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e, no Poder Executivo, às Forças Armadas, à polícia, à diplomacia, à arrecadação de impostos, à administração do Tesouro público e à administração do pessoal do Estado. Também fazem parte desse núcleo as atividades definidoras de políticas públicas existentes em todos os ministérios. [...] O núcleo burocrático está voltado para as funções de governo, que nele se exercem de forma exclusiva: legislar e tributar, administrar a justiça, garantir a segurança e a ordem interna, defender o país contra o inimigo externo e estabelecer políticas públicas de caráter econômico, social, cultural e do meio ambiente (Pereira, 1995, p.10).

Separemos e sistematizemos os argumentos defendidos pelo Programa neoliberal, no Mare, Pereira (1995) coadunados ao Conselho da Comunidade Solidária,

pois eles nos ajudam a compreender a consistência da Reforma do Aparelho do Estado em geral, dessa perspectiva defendida por ambos os representantes do programa neoliberal no Brasil, no que tange às funções que devem pertencer ao Estado neoliberal e as que devem pertencer ao Governo no processo de redução do Estado ao mínimo de custos e o que pode ser custeado pela iniciativa privada e em parceria com a sociedade civil. Esta última vimos ganhar espaço profundo nos Governos de FHC via defesa do Marco legal na Interlocação Política da Comunidade Solidária, principalmente no que tange, as reformas da educação e a na inserção de ONGs em toda esfera pública.

Tanto o Mare quanto o PCS, defendem o mesmo programa de reforma do Estado brasileiro, inclusive os cortes quadro de servidores que devem ser mantidos sob custeios do Estado e aqueles que o novo gerencialismo devem promover separação e cortes.

Os argumentos de Pereira (1995) consistem no seguinte ideário sobre as carreiras que devem pertencer ao Estado afirma o ministro:

Todas as carreiras exclusivas do Estado, portanto, estão no núcleo burocrático, mas este é maior do que a somatória daquelas carreiras, já que inclui um grande número de administradores e técnicos cujas decisões não exigem uma especial proteção do Estado para que possam ser exercidas (Pereira, 1995, p.10).

O trecho a seguir, mostra que o setor de serviços dever ser associado ao Governo, e, nesse sentido, com o processo de reformas neoliberal defendido pelo ministro e pela Interlocação Política do Conselho do Comunidade Solidária no governo de FHC, transformar a educação pública num produto, que passa a ser tratada como um serviço ou mercadoria. E, como parte do programa da reforma do Estado neoliberal, tudo que passa a ser considerado serviços pós-reforma do Marco Legal deve receber financiamentos da parceria entre público privado; dessa forma podem ser caracterizados como serviço publico não- governamental serem realizados pelas ONGs.

Afirma Pereira (1995):

Já o setor de serviços é muito diferente. Cabe-lhe executar as decisões emanadas do governo. Faz parte do Estado, mas não é governo. Suas funções são cuidar da educação, da pesquisa, da saúde pública, da cultura e da seguridade social. São funções que também existem no setor privado e no setor público não-estatal das organizações sem fins lucrativos (Pereira, 1995, p.10).

A análise do Programa de Reformas do Estado Brasileiro e da Constituição no MARE, sob controle de Pereira (1995) e da Cartilha da OSCIP (2001) e, /ou do Marco Legal trazem no seu cerne as marcas da inserção do Brasil no Neoliberalismo - observa-se que ambos esses documentos mostram como de forma gradual o programa neoliberal é conduzido pelos intelectuais do capital à frente da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária.

Esse processo será mais bem discutido e explicitado na parte sobre a análise sobre o documento sobre os *Seis anos da Interlocução Política, Metodologia, Resultados e Avaliação 1996-2002*, adiante.

4.11 Os desmontes e cortes na educação no governo FHC

Este tópico apresentará alguns dados quantitativos, mesmo a nossa análise possuindo caráter qualitativo. Dos impactos do programa e Estado neoliberal implementado e executados durante os governos de FHC.

Segundo Netto (1999, p.81), “ao longo do primeiro governo FHC, o Executivo federal desenvolveu uma ação que, no marco das políticas sociais, só pode ser qualificada como a de uma intencional sabotagem.”.

Tomando os estudos de Netto (1999) sobre os cortes e a alocação desses recursos, no primeiro governo de FHC, houve impactos em quatro áreas, porém aqui destacamos apenas os cortes realizados por FHC da educação pública nos diferentes níveis no país.

Netto (1999, pp. 81-82), ao analisar

o Orçamento Geral da União juntamente com outros professores da Universidade de São Paulo”, mostra que houve: “uma contínua evolução negativa, no primeiro governo FHC, dos valores autorizados para a Educação e Cultura de bilhões de reais (Netto, 1999, pp.81-82).

Os valores adiante, representam o processo de redução contínua nos cortes de investimentos dos governos FHC sob comando, controle e gerência do Estado educador e da política de reformas para educação pública no país. A ordem dos cortes feitos no governo do PSDB de FHC, para educação no país foram “de 19,57% de 1995 para 1998, de 8,02% de 1996 para 1998 e de 7,78% para 1998” (Netto, 1999, p.81).

O pesquisador ressalta ainda sobre esses montantes que: “Contudo estes números não são inteiramente fiéis, uma vez que apontam somente os recursos autorizados, que não correspondem necessariamente ao que foi efetivamente aplicado” (Netto, 1999, p.81).

Levando em consideração as ressalvas de Netto (1999, p.81), “a aplicação, em geral tem sido menor que a dotação, assim, em 1995, aplicou-se somente 82,23%; em 1996, 86,18% e em 1997, até finais de outubro, 55,33%”. Esses são dados aproximados dos cortes continuados na educação que representam uma evolução negativa do processo de sabotagem dos recursos que financiavam a educação pública em todos os níveis.

Os estudos de Netto (1999) apresentam um panorama desses valores em porcentagem dos cortes, por ano, em valores aproximados, por programas; segundo o pesquisador corresponde aos seguintes valores:

Programa: “Educação de crianças de 0 a 6 anos”, o corte, entre 1995 e 1998, foi de 17,74%;

Programa: “Ensino Fundamental”, no mesmo período, o corte foi de 15,28%;

Programa: “Ensino Médio”, ao longo do primeiro governo de FHC, o corte foi de 31,51%;

Programa: “Ensino Superior”, o corte, entre 1995 e 1998, chegou a 28,7%. Os dois subprogramas, “Ensino de Graduação” e “Ensino de pós-graduação”, também foram objetos de cortes;

No programa: “Ensino supletivo”, o corte, no primeiro governo FHC, foi da ordem de 82,17% (Netto, 1999, p.82).

Esse quadro apresentado por Netto (1999) sobre os cortes contínuos na educação, mostra o estrangulamento em todas as áreas da educação e na última parte, especialmente, destacamos, praticamente, a destruição do EJA- o atual programa de Educação de Jovens e Adultos.

Netto (1999) ao tratar dos desmontes do Aparelho do Estado, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, afirma que:

É óbvio que o quadro de um país extremamente injusto e de uma sociedade onde a barbárie é um elemento constitutivo da vida cotidiana não se construiu no primeiro governo de FHC. Resulta de um processo de formação histórica de largo curso, no interior do qual, as camadas mais ativas das classes dominantes, mediante instrumentos de repressão aberta e/ou mecanismos mais refinados de controle, revelaram-se capazes de erguer sempre um renovado sistema de privilégios e uma metódica exclusão das classes e camadas subalternas dos avanços sociais (Netto, 1999, p.76).

Observa-se na literatura e na análise dos documentos sobre o Comunidade Solidária e Comunidade Ativa que o projeto político Construído pelo Conselho do Comunidade Solidária, no governo de FHC, tem como propósito promover os desmontes

do Aparelho do Estado em geral, em particular a reforma do Marco Legal consolidado na Lei 9.790/99. Estabelece o processo de reforma contínua na Constituição brasileira no que tange transformar a educação pública em um serviço do Governo

E com isso promover a descentralização e o enfraquecimento dos direitos conquistados historicamente na Constituição de 1988, Consolidados na LOA, nas três esferas do Estado: Federal, Estadual e Municipal. Esse processo é marcado pela “inviabilização da alternativa constitucional da construção de um Estado com amplas responsabilidades sociais, garantidor de direitos sociais universalizados” (Netto, 1999, p. 79).

Na prática, o Conselho do Comunidade Solidária, por meio da sua “Interlocução Política” no governo de FHC, conduziu “simultaneamente à implementação do projeto político do grande capital”, além de todos os argumentos, que já foram apresentados ao longo da nossa discussão, de forma sintética (Netto, 1999, p.79).

O PCS no governo de FHC demonstra uma espécie de “giro operado pela burguesia e seus associados a partir da promulgação da Carta de 1988 e do novo contexto internacional posto pela reestruturação do capitalismo” (Netto, 1999, p.79).

Nas palavras do autor (1999),

tratava-se de implantar uma orientação política macroscópica que, sem ferir grosseiramente os aspectos formais da democracia representativa, assegurasse ao executivo federal a margem de ação necessária para promover uma integração mais vigorosa ao sistema econômico mundializado (Netto, 1999, p.79).

Em suma, a execução das reformas do Aparelho do Estado geral, feitas por FHC, na atual fase das contradições da mundialização do capital representam: “a integração conforme às exigências do grande capital¹⁴. E, portanto, sumamente subalternas”. (Netto, 1999, p.79).

Segundo Neves (2005):

a consolidação desse novo projeto de sociabilidade burguesa vem-se processando ao longo das diferentes conjunturas de desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil, na medida em que o Estado brasileiro, enquanto Estado educador, redefine suas práticas de obtenção do consentimento ativo e/ou passivo do conjunto da população brasileira (Neves, 2005, p.91).

¹⁴Segundo Netto (1999, p.79), “estas exigências foram sintética e explicitamente formuladas na reunião de novembro de 1989 que, envolvendo representantes do FMI, do BID e do Banco Mundial, funcionários do governo norte-americano e economistas, tornou-se conhecida como Consenso de Washington.”.

De acordo com Neves (2005, p. 91), a fase inicial da implementação do projeto neoliberal de sociabilidade deu-se, na “primeira metade dos anos de 1990 e se encerrou com a implantação do Plano Real.”.

Segundo a pesquisadora (2005), as características mais profundas do projeto neoliberal podem ser observadas de forma mais precisa quando analisamos as etapas do ajuste financeiro no Brasil,

embora algumas iniciativas de legitimação social já pudessem ser captadas. Aliás, o próprio Plano Real constitui-se em importante mecanismo de obtenção do consentimento do brasileiro às ideias, ideais e práticas da classe dominante e dirigente (Neves, 1999, p.91).

É unânime a opinião dos pesquisadores sobre o tema em discussão, de que FHC durante seus dois governos executou as determinações das instituições financeiras internacionais e os projetos do grande capital.

Segundo afirma Neves (2005), FHC

seguir as diretrizes do FMI e do Banco Mundial para os países da periferia do capitalismo, o Estado viabilizou a abertura irrestrita do mercado nacional, o fim da reserva de mercado da informática, a privatização das empresas estatais, o desmonte do aparato de ciência e tecnologia instalado nos anos de desenvolvimento e iniciou o desmonte do Estado inspirado no modelo de bem-estar social, precarizando as políticas sociais públicas e estimulando sua privatização (Neves, 2005, pp. 91-92).

Neste subtópico apresentamos um panorama das primeiras articulações do processo programa de reforma do Estado Brasileiro no Mare. O Ministério das reformas sob o comando de Bresser Pereira (1995). Também apresentamos um pequeno balanço dos desmontes do aparelho do Estado articulado pela Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária à frente da articulação da reforma do Marco Legal executada no governo FHC. Vimos que tanto a ideologia neoliberal quanto a origem das reformas têm início na aprovação do Marco Legal/ Lei 9.790/99. Além disso, elaboramos um balanço do processo histórico do ajuste financeiro proposto pelo capital internacional e pelo programa neoliberal, haja vista, que, existem fortes evidências conforme mostram Anderson (2015), Pereira (1995) e Ferrarezi(2001) de que o programa, ideais do Estado neoliberal e o capital mundial veem, no governo de FHC, o espaço para construção e realização da reforma neoliberal no Aparelho do Estado em geral e, em especial, destaca-se o papel da Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária, que agindo no Governos de FHC para executar as reformas neoliberais em todas as áreas dos direitos

sociais, transferindo as garantias e os direitos sociais presentes na Constituição de 1988, Consolidados na LOAS, para as instituições da Sociedade civil e organizações não - governamentais seguindo as diretrizes do FMI e Banco Mundial, BID.

Observa-se que entra em prática a “Interlocução Política do Conselho do Comunidade Solidária” e Capilaridade dos Intelectuais do PSDB para articular e promover a descentralização das leis e construir o processo de reforma do Estado, e dá início a parceria entre público privado, e abrir caminhos para entrada da sociedade civil que passa a prestar serviços, público, mas não gratuitos. Dessa forma, “que o Estado neoliberal, redefine suas práticas do consentimento ativo e/ou passivo do conjunto da população brasileira” (Neves, 2005, p. 91).

A seguir, apresentamos um balanço dos seis anos da Interlocução Política da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária e das muitas frentes que compunham o PCS- sob o comando da ex primeira-Dama, Ruth Cardoso, na articulação e indução do programa de reformadora do Estado brasileiro. A revista *Comunitas* mostra os resultados de processo da articulação e indução da reforma do Estado feito pelo PCS alinhado à ideologia neoliberal que buscava a todo custo fortalecer a sociedade civil, e promover parcerias entre público e privado, nos governos de FHC.

4.12 Revista da Comunidade Solidária: publicização da metodologia resultados da política e ideologia neoliberal e alinhamento da interlocução política do PCS para os governos sucessores

A revista *Comunitas*¹⁵, Rio de Janeiro, edição 2002 — organizada por Ruth Cardoso, Miguel Darcy de Oliveira, Augusto de Franco e Thereza Lobo — é um documento fundamental que analisaremos como parte da reconstrução do período histórico da presente pesquisa, no qual podemos localizar e compreender o papel da ex primeira-dama, Ruth Cardoso, como organizadora, idealizadora e executora da política e da ideologia do Estado neoliberal no Brasil, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso.

¹⁵Segundo Ruth Cardoso (2002), na apresentação da *Comunitas*, esta edição da revista “é um relato de um processo de experimentação e inovação social desenvolvido ao longo dos últimos oito anos” (Cardoso, 2002, p.01).

Segundo Anderson (1995, p.23), “o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais embora não tão desestatizadas como queria”.

Além disso, para compor essa parte da nossa análise da revista *Comunitas*, recorreremos ao conceito de *hegemonia e suas condições históricas*, de Gramsci (Q.13, p.1590) e, que segundo Schlesener, (2016, p.40) consiste no fato do:

liberalismo, portanto, tem um programa político que visa a modificar não a estrutura do Estado, mas sim a sua orientação governamental e gerar uma alternância no poder a fim de fazer as modificações necessárias para o desenvolvimento do comércio e da indústria de acordo com os interesses dos grupos dominantes. A hegemonia se consolida na medida em que se forma o imaginário social baseado nas expectativas criadas por seu ideário ideológico, que oculta a real função do grupo dirigente em relação à consolidação e manutenção das atividades econômicas capitalistas (Schlesener, 2016, p.40).

Esse parece ser o princípio norteador da ex-primeira Dama Ruth Cardoso, como organizadora da revista *Comunitas*, enquanto meio de comunicação de massa a veicular o programa político, o ideário e a ideologia do Estado neoliberal durante os governos de FHC. Vale ressaltar que conforme nos mostra Anderson (1995, p. 23), “provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje.”.

As questões: Onde? Como? Quando? Para que e/ ou para quem serve este periódico? Serão os norteadores da reflexão a seguir.

A análise deste documento nos ajudará a compreender a importância de Ruth Cardoso, como Presidente da Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária promovendo o projeto de descentralização das leis fruto das conquistas históricas presentes na Constituição de 1988 e consolidados na LOAS. Essa revista apresenta os resultados dos desmontes nas políticas assistências direcionadas às para a ideologia de solidariedade que põem milhares de ONGs para realizá-los de forma pública, mas não gratuita. A revista mostra os resultados e publiciza os resultados desse processo das parcerias entre público privado: de incentivos, indução as parcerias entre Estado e sociedade civil construídos pela Comunidade Solidária/Comunidade Ativa: Um Passo Adiante e demais projetos sob o comando de Ruth Cardoso e os Intelectuais do PSDB e do Capital no tocante do programa de Reformas neoliberal no país nos governos de FHC, alinhado diretamente aos ideia do programa de reforma do Estado neoliberal.

Ressaltamos que o programa e a ideologia do Estado neoliberal, organizados por Ruth Cardoso na revista *Comunitas*, nessa edição da revista do Comunidade Solidária, no Brasil, é a apresentação dos resultados dos: Seis Anos de Interlocação Política, Metodologia, Resultados e Avaliação 1996-2002, Comunidade Ativa- Uma Estratégia de Indução ao Desenvolvimento Local Integral e Sustentável (DLIS-Resumido), Reforma do marco Legal ou Lei 9790/99. Também conhecida como Lei das OSCIP, Ministério das reformas do Estado e da Constituição de 1988(Mare) sob o comando de Luiz Carlos Bresser Pereira (1995), principalmente no programa de cortes para educação e das políticas assistências disseminando e articulando os pressupostos de “tornar flexível, eficiência, reduzir custos”, e usar a ideologia neoliberal de “aumentar qualidade, motivação”, “acrescidos a profissionalização dos serviço público”.

Dito isso, nós apontamos parte desses resultados que são frutos da Interlocação Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, nesses seis anos 1996-2002, da atuação e articulação da ex primeira Dama Ruth Cardoso (2002). E das muitas Frentes de atuação dos Intelectuais do PSDB e do capital à frente das diversas ações do PCS, agindo com o apoio de dez ministros de Estado, 21 entes da sociedade civil, apoio total da máquina do Estado nos governos de FHC, alinhado ao programa neoliberal de reformas estruturais do capital em todo o mundo.

4.12.1 Resultados alcançados pela “Interlocação política da Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária Nesses Seis 1996-2002”

Começamos pela Comunidade Solidária: inovação e transformação

De acordo com Cardoso (2002, p.5), “Os resultados são eloquentes”.

Segundo Cardoso (2002) são números que surpreendem pelas parcelas e impressionam pela soma:

3 milhões de alfabetizados nos municípios mais pobres do país, 114 mil jovens em situação de risco treinados para o novo mercado de trabalho, 17 mil universitário trabalhando em projetos sociais, 300 universidades articuladas em rede, 135 mil alfabetizados atuando como agentes de desenvolvimento nos municípios mais pobres do país. E mais 36 centros de voluntariado, 2 mil artesãos que retomaram atividades praticamente extintas, 2,500 ONGs e associações comunitárias fortalecidas com recursos financeiros e reconhecimento (Cardoso, 2002, p.5).

Esses resultados são os frutos diretos da reforma do Estado brasileiro consolidados na aprovação do Marco Legal com aprovação da Lei 9.790/99 que dar início prático da Interlocução Política do PCS.

Destacamos o processo da “Primeira Grande Virada”.

Segundo Cardoso (2002):

a concretização desse papel começa a ganhar forma ainda em 1995, com duas iniciativas que vieram a ser motores da primeira grande reformulação da Comunidade Solidária: os Programas Universidade Solidária e Sociedade civil. Em novembro de 1995 haviam sido lançadas as bases do programa de fortalecimento da sociedade civil. Num grande seminário nacional, realizado em Brasília, representantes das mais expressivas organizações do Terceiro Setor- ONGs, fundações e agências internacionais de desenvolvimento- discutiam e elaboravam uma agenda comum de iniciativas visando a fortalecer a sociedade civil e a participação dos cidadãos (Cardoso, 2002, p.10).

Essa amostra dos resultado nos ajuda a compreender quem são os parceiros interessados na reforma do Estado brasileiro, qual é a concepção defendidas pelos intelectuais do PSDB e do Capital a frente da Interlocução Política do PCS.

Para Cardoso (2002, p.14), também faz parte dos resultados alcançados pela “Interlocução Política da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária”, anunciar que:

O exercício pelo papel de sua função pública não é mais possível sem a participação e ação fiscalizadora da sociedade. O Estado não pode nem deve cuidar de tudo. Cuidar junto é uma alternativa mais eficiente e democrática. Fortalecer a cultura da solidariedade e da cidadania no Brasil é o objetivo e a razão de ser do Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil concebido e implementado pela Comunidade Solidária (Cardoso, 2002, p.14).

Esses resultados que Cardoso (2002) a apresenta nesta edição da revista *Comunitas* forma construídos segundo ela:

Com as rodadas, a Comunidade Solidária passou a dar voz à sociedade para que atores governamentais e não governamentais pudessem exprimir seus interesses e reivindicações. Reconhecendo conflitos e buscando convergências procurava-se chegar a uma agenda consensual de medidas concretas, de responsabilidade tanto dos três poderes do Estado- Executivo, Legislativo e Judiciário- quanto a própria sociedade (Cardoso, 2002, p.15).

Nas palavras de Cardoso (2002, p.15), “nesse processo de deliberação pública foi sendo tecida a teia de relações institucionais” e “que serviria para dar legitimidade à ação da Comunidade Solidária como promotor de um novo padrão de relacionamento entre Estado e Sociedade”.

Entre os destaques e resultados desse processo sobre as lições da experiência. Cardoso (2002), enfatiza que:

Em suas ações em parceria e iniciativas inovadoras a Comunidade Solidária construiu nestes oito anos, um acervo original de conhecimentos sobre cidadania e desenvolvimento social. O principal registro deste processo está no livro *Um novo referencial teórico para a ação social do Estado e da sociedade*, publicado em 2000, no qual estão relacionadas as sete principais lições aqui resumidas:

- 1) Não há contradição entre dever de Estado e responsabilidade do Cidadão;
- 2) Não há contradição entre política e dinâmicas comunitárias, entre ofertas de serviços e fortalecimento de capital social local;
- 3) Não há contradição entre política de alcance universal e políticas focalizadas;
- 4) Não há entre políticas assistenciais e políticas de indução do desenvolvimento;
- 5) Não deve haver contradição entre política econômica e política social; e não há caminho único nem receita infalível para superar a pobreza. (CARDOSO, 2002, pp.23-24).

Para além dos governos de FHC, a presidente da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária, anuncia como parte dos resultados ou faz a passagem de faixas do sucesso da Interlocução Política do Comunidade Solidária para os governos sucessores de FHC, e deixa esse resultado em formato de pacto social a ser continuado no tocar do Estado e Sociedade.

Segundo Cardoso (2002);

A dinâmica de transformação social é um processo contínuo que, evidentemente, não tem prazo para terminar. Neste sentido, cedo ou tarde a Comunidade Solidária se veria confrontada com o desafio da continuidade. Caberá o sucessor do presidente Fernando Henrique Cardoso decidir sobre o Futuro institucional da Comunidade Solidária. Aos Líderes da Comunidade Solidária, no entanto, já coube responsabilidade de tomaras medidas necessárias para que suas estratégias de ação tivessem condições de permanência e expansão (Cardoso, 2002, p.25).

Esse resultado de sucesso galgados pela Comunidade solidária e também a recomendação do pacto social a ser seguido pelos sucessores de FHC, tem origem teórica na obra de Bernardo Kliksberg: *Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional*. Ruth Cardoso (2002) o usa como referencias bibliográficas para seus projetos ao longo dois documentos que analisamos anteriormente.

Destacamos essa indicação como parte dos resultados apresentados na revista da Comunidade Solidária, pois concidentemente ou não. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez o prefácio dessa obra publicada pela Fundação Perseu Abramo em 2014, no Brasil, juntamente com o Partido dos Trabalhadores. Nesse prefácio, Lula afirma:

os governos alcançaram êxitos quando adotaram políticas de Estado, permanentes e sustentadas no orçamento nacional, como o objetivo de superar a pobreza e promover o desenvolvimento” (Lula, 2002, p.6).

Não é exatamente nosso foco essa aceitação do pacto com política neoliberal dos governos FHC, mas há aqui grandes indicadores nessa afirmação que os governos sucessores não efetivam rupturas com a política de governo de FHC. Desenhada e desenvolvida pela Comunidade Solidária, muito pelo contrário, efetivamente esse modelo neoliberal construído pelo PCS passou a ser adotado como política de Estado pelo governo Lula.

Por fim, destacamos desses resultados da interlocução da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, apresentados na revista Comunidade Solidária, os principais projetos e seus respectivos Coordenadores. Portanto, vemos que elaborar uma sistematização por projetos coordenadores / responsável, nos mostram que nessa linha da execução dos projetos, existe uma espécie de intelectuais do PSDB e do Capital que atuam à frente da execução dos trabalhos no processo da interlocução e no pós-reforma do Estado brasileiro.

Tabela 11

Alfabetização Solidária	Regina Esteves- Superintendente Executiva do Programa Alfabetização Solidária
Capacitação Solidária	Célia de Ávila – Coordenadora do Programa Capacitação Solidária até outubro de 2002
Universidade Solidária	Elisabeth Vargas- Coordenadora do Programa Universidade Solidária
Artesanato Solidário	Regina Dunlop- Coordenadora do Programa Artesanato Solidário até maio de 2002
Programa Voluntários	Miguel Darcy de Oliveira – Coordenador do Programa Voluntários

Rodadas de Interlocução Política	Augusto de Franco – Coordenador das Rodadas de Interlocução Política
Comunidade Ativa	Osmar Terra e Augusto de Franco - Secretário-Executivo Comunidade Ativa
Rede Jovem	Renata Affonso- Coordenadora da Rede jovem
RITS- Rede de Informações do Terceiro Setor	Paulo Henrique Lima – Secretário Executivo da RITS

Fonte: Revista Comunitas (2002). A Sistematização dos projetos e seus respectivos Coordenadores é feita por nós tomando como base o texto de Cardoso (2002) na revista

4.13 Resultados da pesquisa

A sistematização do quadro acima, nos ajuda compreender que existe uma espécie de segunda linha de intelectuais do PSDB e do capital que atuam nas linhas de frente da execução dos Projetos / Programas que tem origem na “Comunidade Solidária” e se estende pelo “Comunidade Ativa: Uma Passo Adiante” e demais projetos do PCS, sem rupturas durante toda Interlocução Política da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária. Como parte dos resultados apresentados nessa edição da revista *Comunitas*, queremos destacar com mais ênfase dois programas e seus respectivos resultados que são impotentes para compor os resultados do presente estudo.

1- O Programa Alfabetização Solidária

2- O Programa RITS-Rede de Informação do Terceiro Setor.

O Programa de Alfabetização Solidária, de acordo com Barreyro (2005), tem como propósito promover a redução dos altos índices de analfabetismo no Brasil. O seu público-alvo são os jovens com idade entre 12 e 18 anos.

Segundo Barreyro (2005),

em 1997, priorizava os municípios os municípios com taxas de analfabetismo superiores a 55%: os localizados nas regiões norte e nordeste. Em 1999, atingiu os Grandes Centros Urbanos e, em 2002, as regiões Centro-Oeste e Sudeste (Barreyro, 2005, p.176).

Para Barreyro (2005, p.180), “a elaboração de uma legislação para regulamentar esse setor foi uma das prioridades da Comunidade Solidária, sendo que, por essa via, o Estado brasileiro criou também” inúmeras “condições necessárias para viabilizar o processo de terceirização de políticas sociais, contando com financiamento do BID essas ações”.

Por fim, vemos que esse programa faz parte da segunda linha da “ação da Comunidade Solidária dos chamados programas inovadores, e sempre teve relação com aquela, até depois de passar a ser gerenciada por uma ÖNG”. A rigor uma Associação de Apoio. Por exemplo, a Dra. Ruth Cardoso, presidente da Comunidade Solidária e, depois da mudança de governo, em 2003, do *Comunitas*¹⁶, sempre compareceu aos eventos anuais do Programa, Semanas de Alfabetização, o que confirma a relação (Barreyro, 2005, p.180).

Feito essa contextualização do “Programa de Alfabetização Solidária”, nos chama atenção nessa parte dos resultados apresentados na Revista *Comunitas*, alguns elementos como, por exemplo, na parte, “um modelo a ser seguido”, esse mesmo Projeto/ Programa de Alfabetização Solidária foi vendido para outros países como: Timor Leste, foi o primeiro país africano a adotar o modelo do Programa da Alfabetização Solidária. Em seguida vem Moçambique. Segundo Cardoso (2002, p.32), “em 2002, o formato simples e eficiente do projeto brasileiro chegou também a Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau”.

Esse viés dos resultados apresenta números que não temos como medir numa análise qualitativa, como é nosso caso, e por questão de ausência de dados sobre o programa em áfrias, mas é de fato surpreender. Além disso, essa parte da revista *Comunitas* apresenta quem são os parceiros e evidencia quem são as organizações internacionais por traz dessa redistribuição/ ou compartilhamento do Programa da Alfabetização Solidária para os países africanos com realidades históricas e linguísticas totalmente diferentes do Brasil.

¹⁶ - Segundo o site da Comunitas- A organização Civil sem fins lucrativos Comunitas foi criada para “Dar Continuidade e fortalecer o trabalho iniciado pela Comunidade Solidária”. (www.comunitas.org.br), acesso em: 18/08/2024

4.12.1 Os parceiros do programa alfabetização solidária e resultados

Segundo Cardoso (2002), “Conta com a pareceria de cinco instituições brasileiras: Universidade Santa Cecília, Universidade do Rio de Janeiro, (Unirio), Universidade Mackenzie e Faculdades Interlagos. Em Moçambique, a parceria entre Alfabetização Solidária e o governo local beneficiou no projeto-piloto, implementando em 2000, 1.000 alunos- sendo assim inserido no projeto de alfabetizar 1 milhão de pessoas em cinco anos” (Cardoso, 2002, p.33).

Foram parceiros em Moçambique de acordo com a revista *Comunitas* (2002, p.33): “Universidade do Vale do Paraíba (Univap) Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)”.

Em São Tome de Príncipe, segundo a revista *Comunitas* (2002, p.33), “o projeto de cooperação, iniciado em setembro de 2001, com 10 salas de aula, funciona hoje em 110 salas de aula, atendendo a 2.500 alunos.” Nesse país, “O programa tem como parcerias duas universidades: Universidade Braz Cubas e PUC-RJ”.

Entre outros parceiros estabelece-se por meio da “Alfabetização Digital”. Segundo Cardoso (2002, p.38), mais uma parceria com firmada com a Cooperativa Nacional dos Trabalhadores em Empreendimentos Educacionais e Comunitários (CooteSol), foram montadas salas informatizadas em 20 municípios parceiros num projeto-piloto. Os computadores são usados por alunos alfabetizadores e também pelas comunidades. O Banco Central doou 287 máquinas para o Alfabetização Digital”.

Por fim, sobre esse verdadeiro nó de parcerias do Programa de Alfabetização Solidária. Destacamos “O Projeto Rádio Escola que foi desenvolvido pela Secretaria de Educação à Distância do MEC” em parceria com o “Alfabetização Solidária firmou parceria com 1.495 emissoras das regiões Norte e Nordeste”. Segundo Cardoso (2002, p.38), “a difusão ampliou-se em 2002, abrangendo todos os 2.010 municípios do Programa Alfabetização Solidária”.

Como parte dessas parcerias nacionais e internacionais há resultados também no Reconhecimento Internacional e nas Premiações do Alfabetização Solidária. Vamos a alguns desses resultados que nos permitem compreender as parcerias internacionais no maior programa de reforma do Estado brasileiro e que insere o país no neoliberalismo.

Segundo Cardoso (2002),

em pouco menos de cinco anos, de desenvolvimento com os mais diversos segmentos da sociedade brasileira, os resultados obtidos desde o projeto-piloto inscreveram definitivamente o Alfabetização Solidária no cenário internacional. Os destaques vieram das mais diversas fontes (Cardoso, 2002, p.38).

De acordo com a revista *Comunitas* (2002),

Foram prêmios, solicitações para participação em congressos e seminários, consultas de instituições ligadas à educação de jovens e adultos e outros tipos de ação social. Em 2002, o Programa Alfabetização Solidária foi primeira organização não- governamental a receber o prêmio de Direitos Humanos concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2001, recebeu a Medalha Comenius entre pelo Instituto de Genebra como resultado da atuação do programa no Brasil. O Prêmio é concedido pela Unesco e pelo governo da República Tcheca a programas e entidades que realizam trabalhos inovadores em educação. [...] O Alfabetização Solidária participou da Conferência sobre a Formação de Sociedades Letradas, promovida entre 5 e 9 de novembro de 2001, pelo Instituto de Educação de Hamburgo da Unesco. O Programa foi o único representante da América do Sul, entre 30 projetos selecionados. Foi ainda, um dos três estudos de caso de maior sucesso reportados pela Unesco no evento (Cardoso, 2002, p.39).

O segundo programa que nós destacamos, a “RITS- Rede de Informações para O Terceiro Setor”. Segundo a revista *Comunistas* (2002),

Foi fundada em 1997 como parte do Programa de fortalecimento da Sociedade Civil encaminhado pela Comunidade Solidária, com a missão de ser uma rede virtual de informações, capaz de proporcionar às organizações da sociedade civil a oportunidade de compartilhar informações, conhecimento, recursos, técnicos e promover a interação de suas atividades de uso de Tecnologias digitais de Comunicação e Informação (TICs)- em especial, na Internet” (*Comunitas*, 2002, p.113).

É estarrecedor e decisivo o papel da Rits para o desenvolvimento e para a sustentação da Reforma do Estado brasileiro e inserção do Brasil no neoliberalismo; primordialmente no que tange a produção de informação em rede sobre as ONGs, promovendo o fortalecimento, manutenção das parcerias entre Estado e Sociedade Civil, na internet no Brasil e internacionalmente.

Esse resultado mostra os múltiplos nós que os /(as) intelectuais das diversas áreas do conhecimento que se renderam ao PSDB e ao capital internacional amarraram à frente da Secretaria Executiva do Conselho do Comunidade Solidária durante a Interlocação Política do PCS no governo de FHC.

Segundo Cardoso (2002):

Em quatro anos, a Rits se consolidou como uma referência em produção de informações sobre e para o Terceiro Setor, na articulação das organizações da sociedade civil em redes, bem como no fortalecimento de ferramentas e capacitação para uso das TICs para estas organizações. [...] O conjunto de sites sediados pela Rits produz hoje uma média de dois milhões de page views por mês e oferece uma visão da pluralidade do Terceiro Setor no Brasil. As mais de 200 organizações associadas representam os mais variados segmentos da sociedade civil organizada no país, responsáveis pela defesa de direitos e pela promoção da cidadania sob múltiplos focos: das questões ambientais aos direitos da criança e dos adolescentes, do combate à pobreza ao desenvolvimento sustentável, da autogestão de empresas e novos paradigmas para a atividade econômica ao fortalecimento das comunidades (Cardoso, 2002, p.113-114).

A Rits possui uma infinidade de Redes em articulação até o presente não houve rupturas desse processo nos governos sucessores.

Entre projetos e parceria estão:

o Programa Interinstitucional de Educação Continuada para Fortalecimento da Gestão de Entidades do Terceiro Setor nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Na iniciativa são parceiros a Fundação Kellogg, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong). A ONG inglesa One World, a Plataforma pelo Direito à Comunicação. Rede participou do lançamento da campanha internacional CRIS (Communications Rights in the Information Society (Cardoso, 2002, pp.114-115).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa breve síntese, os documentos mostram o passo a passo da *Interlocação Política* em termos de ações, estratégias, metodologias e resultados alcançados pela Secretaria Executiva do Conselho Comunidade Solidária durante e após a inserção do Brasil no neoliberalismo. Isso ocorreu juntamente com o governo de FHC ou como parte dos *Nos feitos pelos PSDB e seus Intelectuais a frente PCS*.

Destaca-se entre os interesses do PCS tornar pública a agenda neoliberal no Brasil, alinhada ao programa de reformas internacionais na América Latina e no mundo, com o propósito de publicizar a agenda da reforma do Estado brasileiro.

Analisar esses documentos evidencia a maior conquista e/ou resultado da Interlocação Política, que foi a aprovação da Lei 9.79/99 ou a lei das OSCIPs como marco ou início da reforma do Estado brasileiro de 1996 a 2002. Esses documentos revelam ainda a origem da inserção das políticas neoliberais no Brasil, articuladas pelos PCS e governo de FHC, e seu aprofundamento de forma irreversível desde então até os dias atuais.

Como parte das estratégias e resultados alcançados pela Interlocação Política e Ações do PCS destacam-se os dez ministros a compor as ideias da reforma do Estado brasileiro, as quais foram trabalhadas ativamente para a Máquina do Estado e para os interesses do Capital, além da reestruturação do Estado na configuração do Estado mínimo. Dentre os ministérios, merecem destaque os ministérios da Agricultura, Casa Civil, Educação, Esportes, Fazenda, Justiça, Planejamento e Orçamento, Previdência e Assistência Social, Saúde e Trabalho. Tais ministérios foram coadunados aos interesses dos reformadores mais 21 entes da sociedade civil escolhidos pelos presidente FHC e Comunidade Solidária.

Os documentos do PCS apontam um processo contraditório e antidemocrático, já que desconsidera qualquer participação de movimentos sociais que não sejam aqueles pré-selecionados pelo Comunidade Solidária e pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. A análise dos documentos mostra exatamente o contraio daquilo que afirma o PCS e o governo de FHC nesse período.

Observa-se que o governo de FHC “ampliou e aperfeiçoou” com essa inovadora experiência do CONSEA e do Conselho do Comunidade Solidária mecanismos que

permitiram a extinção de dois ministérios na época conhecidos como os “ministérios-balcões”.

Os dois ministérios que foram extintos pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, a partir da Junção do CONSEA - Conselho do Comunidade solidária sob comando da presidente do PCS, Ruth Cardoso, foram: “MIR – (Ministério da Integração Regional) e o Ministério do Bem -Estar Social (MBES)”.

É possível afirmar que tanto o governo de FHC quanto o PCS, como uma estratégia, implementaram um novo estilo de gerenciar ações públicas com base na integração e descentralização das ações de governo no período de 1996 a 2002.

A literatura, as pesquisas já realizadas sobre esse tema e os Documentos Oficiais do PCS mostram que, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República juntamente com Ruth Cardoso, Presidente do PCS, teve início o processo reformas do Estado do brasileiro.

Essa iniciativa das reformas se acentuou de modo contínuo alinhada aos interesses e a propostas de reestruturação do Estado de bem-estar social pelo capital global, por meio das agências internacionais, entre elas, podemos destacar como exemplos: Banco Mundial, o Banco Interamericano de Recursos e Desenvolvimento- BIRD. E os impactos desse processo são os desmontes nas políticas públicas que nos assolam de forma irreversível e nefastas, em todas as esferas da sociedade brasileira e especialmente na ofensiva da redução do Estado mínimo para serviços públicos em geral.

Destacam-se como parte dos resultados da nossa pesquisa as principais características dos governos de FHC e do PCS - no comando do Estado neoliberal e na Execução do Programa Neoliberal de Privatizações, no Brasil.

Tabela 12

Nomenclatura	Descrição
Alteração do parque produtivo	Este foi retraído pela Política intensa de Privatizações
Privatização de FHC e PCS	A Cia –Siderúrgica – Vale do Rio Doce, anterior CS

	As empresas de Telecomunicações
	A empresa de distribuição de Energia Elétrica
	Estradas e a Previdência Social

Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos afirmar com base na análise dos documentos do PCS que o Governo de FHC entrega as principais fontes de riquezas do país e os direitos sociais construídos historicamente e consolidados na CF de 1988 para o capital privado como parte da sua passividade e obediência ao capital externo.

Em síntese, o PCS e Governo de FHC podem ser considerados um marco das privatizações e entrega do Estado brasileiro estruturado e rentável às burguesias nativa e mundial.

Dos projetos que deram certo nessa gestão das políticas neoliberais pelo PCS e governos FHC, destaca-se o Alfabetização Solidária, que foi vendido/exportado para diversos países africanos com realidades linguísticas e históricas distintas das brasileiras. Isso ocorreu em consonância com um alinhamento com a agenda neoliberal lucrativa que muitas vezes foi premiada pela UNESCO, BIRD e BANCO MUNDIAL.

Já o RITS - Rede de Informação do Terceiro Setor, foi uma forma de se perpetuar a reforma do Estado brasileiro e mantê-la e alimentá-la alinhada à agenda neoliberal mundial.

Em síntese:

Seção 02 – Nesta segunda seção nós construímos o debate sobre Estado Neoliberal e as origens do neoliberalismo como fenômeno distinto do liberalismo clássico. Também traçamos uma relação desse Estado Neoliberal com o nosso objeto de pesquisa que é o PCS.

Seção 03 – Nesta terceira seção, trazemos o debate sobre Estado Neoliberal, PCS e governos FHC alinhados à agenda do programa e ideais do Estado neoliberal. Isso foi definidor de políticas sociais da reforma do Estado brasileiro e o insere de modo contundente no neoliberalismo;

Seção 04 - Buscamos mostrar, a partir da análise dos documentos oficiais do PCS, como a Interlocução Política do PCS impõe e constrói uma visão e concepção teórica.

Estas norteiam os desmontes na Legislação do Estado Brasileiro para inserir o país nas políticas neoliberais de forma irreversível e os impactos disso até os dias atuais.

A análise bibliográfica e dos documentos oficiais produzidos sobre PCS e Governos FHC 1996 -2002 nos permitem primeiramente, compreender como PCS e governos FHC. Eles podem ser compreendidos como a primeira forma de manifestação/articulação da parceria público privado que insere o Brasil no neoliberalismo. Durante o governo de FHC, o PCS articula uma transformação em direção a um Estado mínimo e promove os desmontes dos direitos do Estado de bem estar social. Tais direitos tinham sido conquistados por meio da luta histórica dos trabalhadores, com uma consolidação na CF de 1998. Através da Interlocução Política do PCS, é alinhada a agenda e os interesses do programa neoliberal em uma fase da restauração produtiva do capital mundial.

Abre-se os caminhos para a parceria entre público e privado. Esses intelectuais, que trabalham ao longo do texto, promovem, estimulam e induzem as parcerias entre Estado e Sociedade Civil de forma contínua e intermitente conforme mostram os documentos / as fontes que nós analisamos em nossa pesquisa. Além disso, os resultados mostram que esses intelectuais /atores defendem e são norteados pelas concepção teórica metodológica neoliberal que insere o Brasil no neoliberalismo durante os governos de FHC.

A segunda linha dos intelectuais é aquela composta por coordenadores Executivos à frente da realização dos programas executados, tanto no Comunidade Solidária, no início da interlocução Política do PCS, quanto no processo da Indução que se firma com mais força e consenso entre Estado e sociedade civil no Comunidade Ativa: Um passo adiante. Os documentos e as fontes históricas do PCS evidenciam o papel desses intelectuais que se renderam ao PSDB/Estado e Capital alinhado ao programa neoliberal de reestruturação do capital promovendo os cortes dos gastos públicos em todas as esferas da sociedade brasileira.

Analisar esses documentos mostra que a proposta inovadora do PCS institui na verdade , uma versão brasileiras de outros projetos e programas de combate à fome , à miséria e à pobreza na América Latina, no cenário de crises econômica do desenvolvimento de políticas de cortes estrutural impostas no continente, desde o início dos anos de 1980, e que tardiamente no início dos anos 1990, o PCS inspirado

principalmente no modelo mexicano e chileno implementa do Brasil nos governos de FHC, coadunados a Programa Neoliberal e seus ideais .

Portanto, foi a partir desse processo de articulação Política do PCS e governo FHC que há a implementação de diferentes políticas direcionadas a garantir a estabilização econômica, enquanto exigência de inserção das economias neoliberais no processo de globalização do capital que podemos entender como o PCS e governos de FHC promovem as ações que inserem o Brasil no neoliberalismo.

Em síntese, podemos afirmar sem sombras que o PCS impõe sua intenção e seus ideais de reforma do Estado brasileiro com o propósito de favorecer e desresponsabilizar o papel social do Estado por via de um projeto de lei que dispõe “sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de caráter público”. (p.90). Em última instância, esse processo pode ser interpretado e compreendido de acordo com Secco.

Como a redução do liberalismo a uma ideologia que pode ser construída em sua genealogia é uma explicação unilateral, a lógica da submissão de indivíduos, empresas e até do Estado a um cálculo de custo não torna o neoliberalismo um inescapável um sistema normativo”. (Secco, 2022, p.474).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOV, Oleg. Governo FHC e Estratégia de Parceria: retomando a análise crítica do Programa Comunidade Solidária. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, [S.l.], v. 7, n. 2, dez. 2016. ISSN 2236-451X. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/48537>>. Acesso em: 01 set. 2024.

doi:<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i2.48537>.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. Ed, Campinas: Autores associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009

BRASIL. CASA CIVIL. Comunidade ativa: Uma estratégia de indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável. Brasília: Secretaria Executiva da Comunidade Solidária, 1999.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAMPOS, Edival. “A Lei Orgânica da Assistência Social frente ao Programa Comunidade Solidária”, *Cadernos de Textos de Serviço Social da UNAMA*. Belém, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso na cerimônia de apresentação do Avanço Brasil: Plano Plurianual 2000/2003 e do Orçamento da União para o ano 2000. Brasília : Palácio do Planalto, 1999.

CARDOSO, Ruth. **Comunidade Solidária: Fortalecendo a sociedade, promovendo o desenvolvimento** / Organizadores: Ruth Cardoso... [et al.]. Rio de Janeiro: Comunitas, 2002.

CARDOSO, Ruth. **Obra reunida**/Teresa Pires do Rio Caldeira(org.). 1ed.-São Paulo:Mameluco,2011

CARNEIRO, Sílvia Ricardo Gomes, JACOMINI, Márcia Aparecida, BELLO, Isabel Melero, **Políticas Curriculares na Rede Estadual Paulista, 1995-2018**. São Paulo: Alameda: FAPESP, 2022.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOSSUDOVSKY, M. (1999). **A globalização da pobreza -impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo, Moderna.

CONSELHO da Comunidade Solidária. Seis anos de Interlocução Política – Metodologia, Resultados e Avaliação 1996-2002, Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

DEL PORTO, Erick Brigante. **A trajetória do Programa Comunidade Solidária 1995-2002**. Campinas: 2002.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do Subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 2012.

FERRAREZZI, Elisabete. Organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP : a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor / Elisabete Ferrarezi, Valéria Rezende - Brasília : Comunidade Solidária, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: Nova direita, velhas ideias.** / Luiz Carlos de Freitas, --1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 4. Ed., São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILLI, PABLO A. A. **Neoliberalismo, Qualidade total e educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

BARREYRO, Gladys Beatriz. O "Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da reforma do Estado. *Educar em Revista*, n. 38, p. 175-191, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40602010000300012>. Acesso em: 01 set. 2024.

GRAMSCI **e verdade efetiva das coisas**/Marcos Del Roio e Leandro Galastri (Org.).1ed.-São Paulo: Expressão Popular,2022.

GRAMSCI, ANTONIO. **Cadernos do cárcere.** Volume 1/ Antonio Gramsci; [tradução Carlos Nelson Coutinho]. – 14. Ed. – Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo/ Antonio Gramsci; tradução Carlos Nelson Coutinho. – 9. ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política/ Antonio Gramsci; tradução Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. – 11.ed. -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 4: Antonio Gramsci; edição e tradução Carlos Nelson Coutinho Coedição, Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira. –3. ed. -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2011.

HEY, Ana Paula. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

JACOMINI, Márcia Aparecida, STOCO, Sérgio. **Política e Gestão na Rede Estadual Paulista 1995-2018**. 1. Ed., São Paulo: Alameda, 2022

JACOMINI, Márcia Aparecida, STOCO, Sérgio. **Relações e condições de trabalho dos profissionais na Rede Estadual Paulista (1995-2018)**, 1. Ed., São Paulo: Alameda, 2022

KRAWCZYK, Nora, CAMPOS, Maria Malta, HADDAD, Sérgio. **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Governo Lula: neoliberalismo requeitado e requintado e os elementos políticos da reforma da educação superior brasileira. Universidade e Sociedade: revistado Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior, Brasília, ano XIII, n.32, p.59-68, mar. 2004.

MARTINS, André Silva. A relação Estado e sociedade civil no governo Lula. Universidade e Sociedade, Brasília, ano XIII, n. 32, p.32-42, mar.2004.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista** / Karl Marx e Friedrich Engels; organização e introdução: Osvaldo Coggiola; [tradução do Manifesto Álvaro Pina e Ivana Jinkings]. – Ed. Revista, São Paulo: Boitempo, 2010.il. – (coleção Marx -Engels).

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A guerra civil na França**. Obras Escolhidas Volume 2, - 2. ed.1952. São Paulo: Editora Alfa Omega.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Furbach, Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)** /Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial,

Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Ghotá** /Karl Marx; seleção, tradução e notas Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

MELLO, Guimar Namo de. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 10. Ed São Paulo: Cortez, 2005.

MENEGUELLO, Rachel, KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no estado**. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

MEZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. Ed., São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DA EDUCAÇÃO, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO, Seminário Internacional Políticas Públicas do Ensino Médio, SÃO PAULO: CONSED, 1998

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensa neoliberal**. São Paulo : Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. FHC e as políticas sociais: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: um balanço do primeiro governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999. P.75-89.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**/ Lucia Maria Wanderley Neves (Org.). São Paulo: Xamã, 2005.

PAIVA, Beatriz Augusto de. “O social de FHC e o Programa Comunidade Solidária: o atraso da modernidade”. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, n. 8, Salvador, 1995

PELIANO, Ana. Comunidade Solidária: uma estratégia de combate à fome e à pobreza (Palestra proferida na I Conferência Nacional de Assistência Social), 1995.

POUPART, Jean, DESLAURIERS, Jean-Pierre, GROUXL, Lionel-H., LAPERRIERRE, Anne, MAYER, Robert, PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed., Petrópolis : Editora Vozes, 2014.

SÃO PAULO(Estado). Comunicado SE, de 22 de março de 1995^a. Diário Oficial, SP, 23 mar. 1995. P 8-10. Disponível em:
<https://www.imprensaoficial.com.br/Certificacao/Certificador.aspx?caderno=Executivo%20I&Name=139693N0007.PDF&SubDiretorio=0&Trinca=139&Data=19950323>.

Acesso em 03 fev. 2024

SÃO PAULO (Estado). Decreto n 40.536, de 12 de dezembro de 1995c. Institui o programa permanente da qualidade e produtividade no serviço público. Diário Oficial, SP, 13 dez. 1995. p. 1-2.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n 40.473, de 21 de novembro de 1995d. Institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual e dá providências correlatas. Diário Oficial, SP, 22 nov. 1995. p. 4-4.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: Por uma outra política educacional/ Dermeval Saviani**. – 4 ed.rev. – Campinas, SP: Autores Associados,2011. (Coleção Educação Contemporânea).

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais, educação e escola: um estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci**. São Paulo: Expressão Popular, 2021

SCHLESSNER, Anita Helena. **Grilhões invisíveis: As dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

SILVA, Deise Rosalio. **O lugar da educação em Gramsci**. 1 ed., Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Maria Abádia de. **Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial/ Maria Abádia da Silva**. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: FAPESP, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Camila Azevedo. **Educação básica em disputa: o jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento no século XXI/ Camila Azevedo Souza**. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.